

ANUÁRIO
DO
INSTITUTO RIO-BRANCO

1972

34.044.25 (C53) 1942/1945
B 323 a
Ex. 1

3366/99

INSTITUTO RIO-BRANCO

1972

Diretor:

EMBAIXADOR GERALDO EULÁLIO DO NASCIMENTO E SILVA
(De 17/11/69 a 31/7/72)

MINISTRO FREDERICO CARLOS CARNAÚBA
(*Diretor, interino*)

Coordenador de Cursos:

MINISTRO JORGE ALBERTO DE SEIXAS CORRÊA
(De 21/5/69 a 11/7/72)

Chefe da Secretaria:

CONSELHEIRO OTHON GUIMARÃES
(De 12/9/69 a 27/8/72)
SECRETÁRIO JOSÉ OLYMPIO RACHE DE ALMEIDA

Coordenador em Brasília:

CONSELHEIRO ARNALDO RIGUEIRA

Chefe da Seção de Administração:

NAURA TEIXEIRA LOPES DA CRUZ

Chefe da Seção de Pesquisas e Publicações:

MARIA VILHENA FABIANO DE ARAÚJO

Chefe da Seção Técnico-Pedagógica:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO

Secretárias do Diretor:

MARTHA FREIRE PEREIRA PINTO
LUCY SOARES CARNEIRO

HISTÓRICO

A criação do Instituto Rio-Branco se deve à feliz circunstância de haver sido designado, para integrar a Comissão Preparatória das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco, um entusiástico defensor da idéia de fundar-se um órgão destinado a selecionar, preparar e aperfeiçoar funcionários diplomáticos.

Ao ensejo de programar os festejos alusivos àquela data, o então Secretário Jorge Latour, na época à frente do Serviço de Documentação, sugeriu que se incluísse, entre os atos comemorativos, a assinatura e publicação de Decreto-lei dando existência legal ao que se denominaria «Instituto Barão do Rio-Branco». A proposta consta dos memorandos de 4 de maio e 4 de dezembro de 1944, que mereceram, em princípio, a acolhida das autoridades superiores.

Em tais documentos, o Secretário Jorge Latour retomou as idéias que expusera dez anos antes, precisamente em 7 de dezembro de 1934, através memorando no qual já sugeria a criação do órgão, com a dupla finalidade de ministrar dois cursos: «... um, de preparatórios, para a admissão de funcionários no Ministério e em repartições internacionais; outro, de aperfeiçoamento, para os funcionários do Ministério e para os investidos em comissões no exterior em cargos de responsabilidade...».

Apesar das naturais oposições a uma transformação radical do processo de seleção do pessoal diplomático, foi finalmente publicado o Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, ou seja, dois dias antes da data comemorativa do Centenário do grande brasileiro.

Entretanto, passadas as festividades, nenhuma medida foi tomada com vista à regulamentação daquele instrumento legal, embora em seu texto se fixasse o prazo de 60 dias para tal fim.

Somente no ano seguinte, já no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi baixado o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, que veio conferir ao Instituto Rio-Branco, com exclusividade, a missão de recrutar e selecionar os aspirantes ao serviço diplomático brasileiro, criando o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas.

Embora se possa considerar um marco da maior importância no processo de institucionalização e democratização da Carreira de Diplomata, o Decreto-lei nº 9.032 ainda se ressentia das restrições à concretização integral da idéia, apresentando certas concessões compreensíveis na época.

Assim é que, apesar de criar o Curso de Preparação, o referido Decreto-lei mantinha o Concurso de Provas como norma e o Exame Vestibular ao Curso como exceção.

Em vista, porém, da dificuldade para obtenção, dentro do sistema educacional existente, do treinamento de caráter profissional requerido dos candidatos, prevaleceu o bom senso no sentido de por em prática o Exame Vestibular e o Curso de Preparação, recorrendo-se ao Concurso de Provas apenas em situações excepcionais.

Já em 1946, abriam-se as inscrições para o primeiro Exame Vestibular, sistema que vem predominando durante os 25 anos de existência do Instituto Rio-Branco. Basta considerar que, nesse lapso de tempo, apenas 4 vezes, em situações justificáveis de excesso de vagas e carência de pessoal, apelou-se para o Concurso de Provas. Mesmo assim, esse processo de seleção não foi capaz de atender à finalidade esperada, fornecendo somente 55 novos diplomatas.

Em 5 de março de 1959, o Decreto nº 45.535 alterou a sistemática do Exame Vestibular, permitindo que seu processamento se fizesse em duas etapas, a primeira das quais constante de provas de seleção prévia a realizarem-se também nas capitais em que se apresente um número suficiente de candidatos. Dessa forma, ampliou-se a área geográfica de recrutamento e, ao mesmo tempo, foi possível a seleção de candidatos por meio da descentralização parcial do Exame Vestibular.

Até 1972, o Instituto Rio-Branco realizou 27 Exames Vestibulares e formou, através do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 503 diplomatas, contra apenas 55 recrutados mediante Concurso de Provas. Com a nomeação da turma de 1972, elevou-se a 558 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco, dos quais 47 do sexo feminino.

ORGANIZAÇÃO ATUAL

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Criado pelo Decreto-lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, alterado pelo Decreto-lei nº 8.461, de 26 de dezembro do mesmo ano, dele se ocupam o Decreto-lei nº 9.032, de 6 de março de 1946, a Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, e a Lei nº 5.131, de 1º de outubro de 1966. Possui Regimento e Regulamento próprios, aprovados, respectivamente, pelos Decretos nº 24.883, de 28 de abril de 1948, e nº 60.355, de 10 de março de 1967.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- I — o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro;
- II — o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- III — a realização, por iniciativa própria ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito de seus objetivos;
- IV — a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais;
- V — a realização de pesquisas, seja por iniciativa própria, dentro do âmbito de seus objetivos, seja, em colaboração com a Comissão de Planejamento Político e a Divisão de Documentação, quando se tratar de assuntos relacionados com outras finalidades do Ministério.

O Instituto, sob a chefia do Diretor, está organizado em Secretaria e Cursos.

O Diretor é nomeado pelo Presidente da República e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, dentre os Ministros de Primeira e Segunda Classe, inclusive os aposentados. Cabe ao Diretor administrar e representar o Instituto, bem como propor ao Ministro de Estado as providências e modificações que a experiência aconselhar em relação a programas, funcionamento dos cursos, realização de concursos e demais atividades.

Antes de serem submetidos à aprovação do Ministro de Estado, os programas de estudos e atividades são levados pelo Dire-

tor à apreciação da Comissão de Programas e Estudos, à qual compete emitir parecer sobre o mérito dos mesmos. Essa Comissão é presidida pelo Secretário Geral de Política Exterior e dela fazem parte os Secretários Gerais Adjuntos, os Chefes de Departamento, o Diretor do Instituto, o Ministro-Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra e três especialistas em assuntos internacionais, indicados pelo Diretor do Instituto e designados pelo Ministro de Estado para períodos de dois anos ⁽¹⁾

A Secretaria tem um Chefe designado pelo Ministro de Estado dentre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe e Primeiro Secretário. Compreende três Seções: de Administração, Técnico-Pedagógica e de Pesquisas e Publicações.

Cabe ao Instituto manter os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata;
- 2) Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas;
- 3) Curso de Altos Estudos;
- 4) Cursos Especiais;
- 5) Cursos de Extensão.

O Instituto poderá organizar outros cursos e estabelecer programas de estudos a serem cumpridos em outras instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras, com elas celebrando convênios, se necessário.

Compete ainda ao Instituto organizar concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro.

(1) A Comissão de Programas e Estudos foi criada pelo Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961, alterado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967.

CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA

EXAME VESTIBULAR

A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se faz mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases: a) provas de seleção prévia; b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista; c) provas vestibulares finais.

As provas de seleção prévia se realizam, concomitantemente, na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e nas capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes fora do Estado da Guanabara que se habilitam nas provas de seleção prévia o Instituto Rio-Branco provê transporte e hospedagem, para se submeterem aos demais exames e provas.

Anualmente, o Instituto Rio-Branco publica, no *Diário Oficial*, edital de abertura de inscrições para o Exame Vestibular e baixa as instruções que o regerão. São requisitos para a inscrição: a) ser brasileiro nato; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar quite com as obrigações militares; d) ter idoneidade moral, apresentando atestado de antecedentes; e) estar vacinado contra a varíola, apresentando atestado fornecido pela Saúde Pública; f) ter concluído, pelo menos, a segunda série de curso de graduação de escola superior, oficial ou reconhecida, ou de universidade estrangeira, neste caso, desde que comprovada a equivalência com os correspondentes estudos no Brasil. Por ocasião da inscrição, bastará a apresentação de atestado de matrícula na segunda série, mas será essencial prova de conclusão daquela série acadêmica para a efetivação da matrícula no Curso de Preparação. São admitidos candidatos de ambos os sexos. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As provas de seleção prévia, destinadas a medir o grau de maturidade e o nível mínimo de conhecimentos que os candidatos devem possuir para se submeterem às provas vestibulares finais, são

em número de três: Português, Francês e Inglês. Cada uma dessas provas é eliminatória; não lhes é atribuída nota e o seu resultado é indicado apenas por *aprovado* ou *reprovado*.

Os candidatos habilitados nas provas de seleção prévia são submetidos a exames de sanidade e capacidade física e psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada rigorosa investigação dos costumes e do conceito corrente dos candidatos. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Cabe a uma comissão designada pelo Diretor do Instituto efetuar aquela investigação e entrevistar cada candidato. Com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, a Comissão emite, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais. Quando a comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com o seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. De igual forma procede o Diretor caso discorde de parecer favorável da Comissão.

As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos indispensáveis aos estudos a serem realizados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Essas provas versam sobre as seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Geografia, História do Brasil, História Mundial e Direito. As provas de Francês e de Inglês são escritas e orais; as das demais matérias, apenas escritas.

Todas as matérias são eliminatórias. São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e a média global mínima de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados a matricular-se no 1º Ano do Curso de Preparação, de acordo com a classificação final e dentro do número de vagas fixado pelo edital de abertura de inscrições. O Exame vestibular só é válido para matrícula no C.P.C.D. no ano letivo imediato.

ORGANIZAÇÃO DO CURSO

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (C.P.C.D.), ministrado em dois anos, é gratuito e de freqüência obrigatória.

O Curso obedece a planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Ves-

tibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em departamentos. O plano de estudos do C.P.C.D. figura no quadro da página 13.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma a que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada departamento:

Português — Os alunos devem trazer do Exame Vestibular sólido conhecimento da língua e possuir capacidade de expressão clara e correta. No Curso, a cadeira de Português não se rege pelo sistema de aulas: é realizado um controle sistemático dos conhecimentos do idioma através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

Francês e Inglês — Os alunos também devem trazer do Exame Vestibular conhecimentos que os habilitem a ler, falar, traduzir e verter corretamente. Em 1972, as aulas foram dadas, parte em conjunto, e parte em turmas selecionadas de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.

Durante o Curso, os alunos recebem treinamento complementar destinado a desenvolver sua capacidade de compreensão e expressão oral e escrita, em condições tanto quanto possível semelhantes às situações reais de trabalho.

Política — Os estudos políticos realizados no Curso têm por fundamento três matérias do Exame Vestibular: Geografia (Sistemática, Regional e do Brasil); História do Brasil; e História Mundial (do Século XVIII até 1950 e uma parte especialmente dedicada à História das Américas). Com base nessas matérias, são ministradas, no 1º período do 1º ano, duas disciplinas de caráter nitidamente profissional: História das Relações Exteriores do Brasil e Pensamento Político Contemporâneo. Ao 2º período do 1º Ano corresponde a Cadeira de Geografia Política e ainda Pensamento Político Contemporâneo, matéria dada nos dois períodos. Finalmente, no decorrer do 2º Ano, são ministradas aulas de Política Internacional, no 1º e no 2º períodos.

Direito — Já tendo efetuado prova de Direito (Normas Gerais, Direito Civil e Direito Comercial) no Exame Vestibular, recebem os alunos, no 1º Ano, ensi-

C. P. C. D. — PLANO DE ESTUDOS

| DEPARTAMENTO | EXAME VESTIBULAR | G. P. C. D. | | |
|------------------------------|---|---|---|--|
| | | 1.º ANO | | 2.º ANO |
| | | I Período | II Período | I Período |
| LÍNGUAS..... | Português Francês Inglês | Português (*) Francês Inglês | Português (*) Francês Inglês | Português (*) Francês Inglês |
| POLÍTIKA..... | Geografia (Sistemática Regional e do Brasil) História Mundial (e das Américas) História do Brasil | História das Relações Exteriores do Brasil Pensamento Político Contemporâneo | Geografia Política Pensamento Político Contemporâneo | Política Internacional Política Internacional |
| DIREITO..... | Direito | Direito Comercial | Direito Constitucional | Direito Internacional Público Direito Internacional Privado |
| ECONOMIA..... | | Economia | Economia | Problemas Econômicos Contemporâneos Problemas Econômicos Contemporâneos |
| ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL..... | | | | Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E |

(*) Controle sistemático do conhecimento da língua através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos, das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

namentos de Direito Comercial (1º período) e de Direito Constitucional (2º período). No 2º Ano há duas Cadeiras de caráter profissional: Direito Internacional Público (1º período) e Direito Internacional Privado (2º período).

Economia — Todo o estudo da Teoria Econômica se faz nos dois anos do Curso. No tocante ao programa desta Cadeira, o estudo parecia indicar uma certa ênfase no aspecto teórico da matéria. Nestas condições, decidiu-se que mais valeria dedicar um maior número de aulas ao estudo dos Problemas Econômicos Contemporâneos. Esta matéria, ministrada nos dois períodos do 2º Ano, possibilitará ao futuro diplomata conhecimentos práticos e objetivos dos problemas nacionais e internacionais.

Orientação Profissional — Consta da matéria Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores, ministrada no 2º período do 2º Ano. Nesta Cadeira, os alunos recebem treinamento prático para as tarefas que deverão desempenhar na Secretaria de Estado.

REGIME DIDÁTICO

Na execução dos programas, são adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupos, exercícios, argüições e visitas a centros de interesse. Para cada matéria, em cada ano letivo, há provas periódicas e uma prova final. Essas provas podem tomar a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

A exemplo do ano anterior procedeu-se a uma coordenação das várias Cadeiras ministradas e o estudo dos problemas brasileiros contemporâneos. No primeiro semestre do 1º Ano, na Cadeira de História Diplomática, cada aluno foi encarregado de efetuar pesquisas referentes à demarcação de nossas fronteiras, enquanto que no segundo semestre, na Cadeira de Geografia Política, o aluno abordou este estudo do ponto de vista das perspectivas de desenvolvimento econômico e da integração das regiões fronteiriças. No 2º Ano, o assunto foi examinado sob o aspecto jurídico. Com esta orientação, o Instituto Rio-Branco vem propiciando aos alunos um estudo mais especializado sobre as fronteiras do país.

As questões do mar territorial e da plataforma continental, da exploração dos recursos do fundo do mar e outras análogas e da

maior importância, foram abordadas, por especialistas nas matérias, numa série de conferências.

Realizaram-se, com proveito, viagens de estudos, parte importante deste programa de conhecimento do Brasil

APROVAÇÃO

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria e 65 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média global mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do C.P.C.D. é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

PROFESSORES

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos dentre os professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

BÔLSAS

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

PRÊMIOS

Nos termos do art. 25 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, o aluno classificado em 1º lugar no C.P.C.D. recebe a medalha de ouro «Prêmio Rio-Branco» e no 2º lugar a medalha de prata.

Em 1956, foi instituído o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» constante de medalhas de prata e bronze conferidas ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao C.P.C.D.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

O aperfeiçoamento de diplomatas se faz através de cursos mantidos pelo Instituto Rio-Branco ou mediante programas de estudo por este estabelecidos para serem cumpridos em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras. O Instituto organizou o Curso de Prática Diplomática e Consular (C.P.), destinado a dar aos diplomatas da classe inicial orientação específica sobre as tarefas que terão de executar em postos no exterior.

Os diplomatas lotados no exterior beneficiam-se, em universidades estrangeiras, de um programa de treinamento avançado para a realização de estudos de pós-graduação em Política Internacional, Ciência Política, Economia, Direito Internacional ou Administração Pública.

CURSOS ESPECIAIS E DE EXTENSÃO

Além de cursos para diplomatas, é facultado ao Instituto Rio-Branco estabelecer Cursos Especiais e de Extensão. Os primeiros se destinam ao aperfeiçoamento ou à especialização, seja de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, seja de estudantes e graduados de escolas superiores, neste caso em mandato universitário. Os Cursos de Extensão têm por finalidade a difusão de conhecimentos relativos aos problemas nacionais e internacionais.

CONCURSOS

O Instituto Rio-Branco organiza concursos de provas para a carreira de Diplomata e outras carreiras do Serviço Exterior Brasileiro sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

BRASÍLIA

Dada a necessidade de um elemento de contato com os diversos setores da Secretaria de Estado, instituições culturais e com o público em geral, a direção do Instituto Rio Branco considerou necessária a manutenção, em caráter permanente, de um coordenador em Brasília. Compete àquele funcionário, além das mencionadas atividades, encarregar-se da realização de Cursos de Aperfeiçoamento, de Extensão e Especiais, de eventuais concursos e conferências, e das Provas de Seleção Prévia, do Exame Vestibular, para os candidatos de Brasília.

DIA DO DIPLOMATA

Pelo Decreto nº 66.217, de 17 de fevereiro de 1970, o Presidente da República instituiu o «Dia do Diplomata», a ser comemorado anualmente em 20 de abril, data do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco.

Como ficou estabelecido, realizou-se naquela data, em homenagem ao patrono do Instituto, a solenidade de formatura dos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Com a presença de Sua Excelência o Senhor Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mário Gibson Barboza, procedeu-se à entrega dos diplomas aos integrantes da turma do C.P.C.D. de 1971.

Naquela oportunidade, receberam o «Prêmio Rio-Branco» os Terceiros Secretários Valdemar Carneiro Leão Neto e Elisabeth Helena Erdos Magalhães e o «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva» os Terceiros Secretários Elisabeth Helena Erdos Magalhães e Carlos José Middeldorf, respectivamente, 1º e 2º colocados na classificação final do C.P.C.D. e do Vestibular.

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
EMBAIXADOR MÁRIO GIBSON BARBOZA, NAS COMEMORAÇÕES,
EM 1972, DO DIA DO DIPLOMATA E DA FORMATURA DA TURMA
DE 1971 DO INSTITUTO RIO-BRANCO

Senhor Vice-Presidente,

A alta honra de receber Vossa Excelência nesta Casa, para a cerimônia, que anualmente se repete, de incorporação de novos diplomatas aos quadros do Itamaraty, se acrescenta com o contentamento que sentimos pela convicção de bem haver cumprido nossa tarefa, no período transcorrido desde a última vez em que, pelo mesmo motivo, aqui nos reunimos. No ano que passou, atuamos mais uma vez com patriotismo, fidelidade, dedicação e constância para, em cumprimento das ordens de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, procurarmos fazer com que a política externa do Brasil antecipe as promessas do que já vamos sendo e reflita lá fora o reencontro do país com o seu destino.

Quando na vida de uma nação prevalecem a confiança tranqüila, a energia criadora e a vitalidade sempre renovada, nela também se fortifica a vontade de participar e contribuir na ordem universal, pois se reforça a vocação da solidariedade. Vivemos hoje no Brasil um destes grandes momentos de segurança íntima e de firme esperança. Quis o destino que esta retomada de consciência da Nação sobre si mesma, esta nova arrancada para o futuro, coincidissem com o período histórico em que comemoramos o sesquicentenário da nossa Independência. Dentro de poucos dias, o Senhor Presidente da República receberá, do eminente Chefe de Estado português, os restos mortais daquele que foi nosso primeiro Imperador, daquele que, cercado no Porto, Regente de Portugal, escrevia ao filho, criança ainda, em favor do qual abdicara: «... meu coração se sente estalar de dor por me ver longe de ti... fora do país em que me criei e do seio daquela nação a que pertence» — e adiante: «... eu sempre fui verdadeiramente brasileiro». Viveremos esse inigualável momento de comoção nacional no Dia da Comunidade Luso-Brasileira, quando entrará em vigor o Tratado de Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, eloqüente símbolo de uma das mais

altas aspirações do homem: a união na diversidade, ou seja, a verdadeira fraternidade que há de um dia prevalecer entre todos os povos.

Percebemos que o crescimento brasileiro aumenta nosso sentido de responsabilidade internacional e, com ele, a livre aceitação de compromissos e encargos. O desenvolvimento interno amplia as obrigações externas, sobretudo num país que, desde há muito, fez sua opção definitiva por tudo que pressupõe clareza e harmonia, pelo convívio reto com as demais nações, pela boa fé no cumprimento das obrigações contraídas, pela rejeição sistemática das teses do progresso separado e dos falsos direitos do poder.

A política externa da plenitude brasileira, que nossa diplomacia busca antecipar e revelar, não poderá ser outra senão a que vem sendo determinada pelo Presidente Médici — e desejada por toda a Nação. Nela se exprime, primeiramente, o repúdio ao poder como ordenador do sistema de vida internacional. Nela se reafirma a recusa brasileira de aceitar a cristalização de privilégios políticos, econômicos ou científicos, dos quais redunde uma nova divisão do mundo entre países que fazem a história e países que sofrem a história. Nela se expressa a repugnância do Brasil por qualquer tentativa de partilhar o mundo em esferas de influências.

Sabe o Brasil que não atendem aos interesses fundamentais e verdadeiros da humanidade os argumentos falazes com que se reclama, em nome da paz, o desarmamento dos desarmados; em nome da volta à natureza, a redução do ritmo de desenvolvimento e de industrialização, precisamente daquelas áreas do mundo que não são responsáveis pela destruição ecológica; e, paradoxalmente, em nome do patrimônio comum de todos os homens, que seja livre e desordenada em nossas costas a exploração, muitas vezes predatória, dos recursos do mar. Queremos o desarmamento dos que podem fazer a guerra, para apressar o desenvolvimento, que é a essência da paz. Queremos erradicar, pela aceleração do progresso, a pior e mais humilhante poluição, que é a do atraso e da miséria. Queremos proteger, contra a destruição e a competição desigual, os recursos que são nossos e assegurados por nossa soberania.

Diante dos que desejam perpetuar e acentuar posições de vantagem, a nossa atitude não pode ser senão a da coerência reivindicadora. Recusamo-nos a assinar tratados que dão a alguns países direitos para fazer o que é vedado aos demais. Reclamamos nosso livre e imediato acesso aos mercados internacionais de bens e serviços, às grandes rotas de transportes marítimos e aéreos, às conquistas da ciência e da técnica, a todos os setores da atividade humana que dão direção e impulso ao progresso. Por isso, lutamos

em todos os foros onde se possa discutir qualquer assunto que tenha influência sobre o nosso presente ou sobre o nosso futuro.

Não faltamos com a solidariedade criadora para com as nações em desenvolvimento, nesta peleja dura, incessante e fecunda. Com elas temos elaborado uma nova teoria da paz, fundada na segurança econômica coletiva, teoria que, se tem a solidariedade como fim, teve sempre a solidariedade como princípio.

Em nosso Continente empreendemos esforços continuados, precisos e realistas para reforçar as bases do entendimento hemisférico, para que se gerem novas aproximações e se diversifiquem os interesses. Empenhamo-nos em criar vínculos reais, em todos os níveis da ação humana, entre o Brasil e os demais países das Américas, vínculos fundados na cooperação bem compreendida, na evidência de que nossas coincidências são maiores, mais profundas e mais freqüentes do que nossas diferenças; de que a coordenação de esforços apressará inexoravelmente o progresso.

Nos encontros do Presidente Médici com os Chefes de Estado do Uruguai, do Paraguai, da Colômbia e da Bolívia — em regiões de fronteiras, em áreas votadas ao engrandecimento pelo trabalho conjunto — e no diálogo, em Brasília, com o Presidente da Argentina, criaram-se relevantes mecanismos de cooperação bilateral efetiva e deu-se um novo impulso à integração do Continente. Esses encontros — assim como as numerosas visitas de Chanceleres ao Brasil e as viagens que eu próprio fiz a vários países do Hemisfério — tiveram continuidade imediata em iniciativas práticas, para dar cumprimento cabal às intenções que os animaram. Idêntico roteiro de pensamento e ação marcará o próximo encontro com o Presidente da Venezuela, numa região aonde os dois lados da fronteira naturalmente se complementam e que apresenta, por isso mesmo, um excepcional desafio à colaboração de ambos os povos.

Com o mesmo espírito que orientou esses entendimentos, atendeu o Chefe de Estado brasileiro ao convite que lhe fez o Presidente dos Estados Unidos da América e viajou a Washington para, num encontro político que já se incorporou à história dos dois países, examinar em profundidade, com o Primeiro Mandatário da grande nação norte-americana, os mais prementes problemas da ordem mundial e regional, os largos temas da hora presente, os múltiplos aspectos das nossas relações bilaterais; tudo com a franqueza, a segurança, a lealdade e o respeito mútuo que se devem entre amigos, amigos que sabem não ser a concordância automática o que se espera entre o Brasil e os Estados Unidos, mas a cooperação nascida da soma das vontades e da identidade dos propósitos e objetivos.

Alegra-nos sempre a coincidência de posições com os países amigos, mas já nos acostumamos a encarar com serenidade e em sua justa medida as divergências que se processam no campo internacional. Se a continuada e estreita convivência entre dois países pode mais facilmente gerar algumas posições discordantes, proporciona também melhores meios de aproximar conceitos, de resolver dissensões, de conciliar diferenças. O que é essencial é que estejamos no mundo para atuar e influir, que nossa voz seja ouvida, que nossa amizade seja entendida, que os frutos de nosso trabalho sejam desejados, que a nossa cooperação seja esperada. Estamos presentes, somos ouvidos, ampliamos o convívio, unimos esforços.

Nossa política é a da colaboração para o desenvolvimento e nossa diplomacia se exerce no sentido de alargar os contactos com todas as áreas que possam ser postas a serviço de nosso progresso e do progresso da humanidade. O nosso crescimento, se nos tem aumentado os encargos no Continente a que pertencemos e criado novas obrigações para com os países que, como nós aspiram ao progresso, vem multiplicando igualmente nossas opções de comportamento internacional e abrindo avenidas cada vez mais largas e diversificadas para nossa crescente presença no cenário mundial.

Nosso desenvolvimento e a confiança por ele gerada aceleraram de forma extraordinária o relacionamento do Brasil com os países altamente desenvolvidos, com que mantemos antigos vínculos de interesses. Com a Europa, com os Estados Unidos e com o Japão estamos a aprofundar rapidamente todas as formas de intercâmbio e a criar, num ritmo sempre ascendente, novos sistemas de cooperação, buscando gerar formas mais audaciosas e mais complexas de trabalho conjunto com aquelas nações, certos de que do esforço próprio e da capacidade de absorver e adaptar o mais alto adiantamento científico e tecnológico às necessidades nacionais dependerá o encurtamento acelerado da distância que ainda nos separa dos países mais desenvolvidos.

Em áreas onde nossa presença foi no passado mais discreta, estamos agora empreendendo esforços, sempre bem respondidos, para identificar coincidências de posições e aprofundar a convivência. Não podemos esperar que surja espontaneamente a conjugação dos interesses, para só então intensificarmos o diálogo com países que antes não eram prioritários em nossas preocupações. Temos de tomar a iniciativa do encontro, de propor os estímulos à cooperação, de alentar o começo de um real intercâmbio. Pois a política externa de um país como o Brasil há de criar desafios a ele mesmo, se o objetivo da ação diplomática global é apressar o cumprimento das virtualidades da Nação, se está a serviço de seu progresso, se procura fazer justiça à sua grandeza. Muito estamos

fazendo e muito vamos continuar a fazer, em obediência à orientação ditada pelo Senhor Presidente da República, para aprofundar as relações do Brasil com países que tanto esperam de nossa amizade e cuja colaboração nos é crescentemente necessária.

É esse o sentido da visita que farei à África atlântica, para lançar as bases de formas mais positivas de relacionamento com povos de que estamos tão próximos pelo espírito e pelas afinidades de sentimento e cultura.

A provocadora tarefa que propomos à nossa imaginação e à atuação de nossa vontade é identificar todos os setores em que se possa desenvolver o intercâmbio direto de homens, idéias, experiências, bens e valores entre os países que lutam pelo desenvolvimento. Sempre que nos movemos nessa direção, temos verificado serem enganosos os estereótipos e artificiais as matrizes de intercâmbio, criadas aqui e lá pela experiência colonial, que relegavam os países subdesenvolvidos a viverem afastados uns dos outros, com o argumento de que nossas contribuições ao mundo seriam as mesmas e igualmente limitadas, e de que seriam idênticos nossos problemas. Ora, no esforço de aproximação que fazemos com outros países em desenvolvimento para com eles estabelecer vínculos permanentes, temos descoberto, sem cessar, inúmeros e importantes campos de cooperação mútua, onde experiências de cada um são inéditas para o outro, onde temos o que ofertar e o que receber.

Meus jovens colegas,

Penso que fica bem a prestação de contas na cerimônia em que os recebemos, pois os inventários do presente têm por endereço normal o futuro. É útil e prudente dar notícia, aos que chegam, do atual estado de coisas; e adverti-los do que vai a caminho, dos rumos que tomam os nossos impulsos, das diretrizes que trouxemos do passado, de tudo que reinterpretemos e fazemos, para acrescentar a nossa história diplomática. É bom que os novos tomem consciência, desde logo, de que, se a matéria do nosso trabalho é a vida presente, com ela fazemos história. Fazemos história, discreta e humildemente. Fazemos história de forma quase imperceptível na hora em que a fazemos, anonimamente, sem alarme ou prêmio. Este é um ofício para os que recolhem alegria do espírito de missão, para os que não têm a ânsia dos resultados imediatos, para os que confiam em projetar para o futuro o termo feliz dos esforços dispendidos. Aqui, nesta Casa, a riqueza única que se adquire é a de servir ao Brasil. Mas — acreditem no velho colega — não há felicidade maior.

Sejam bem-vindos.

ANEXOS

ATIVIDADES EM 1972

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA PARA
O ANO DE 1972

Tiveram início em janeiro de 1972 os Exames da 2ª Fase do Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata: exames de sanidade e capacidade física realizados no Centro de Medicina Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica, sob a direção do Coronel-Médico Doutor Octavio Almerindo Ferreira e exames de sanidade e capacidade psíquica efetuados nos Institutos de Psiquiatria e Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro pela seguinte comissão: Doutor José Leme Lopes, presidente; Doutores Miguel Chalub, Jaques Vieira Engel e Carlos Edson Duarte e Psicólogos Júlia Maria de Almeida Chermont e Flávia Annita Maria Passalacqua. Como coordenador dos referidos exames foi designado o Doutor Fernando Cardoso de Souza, chefe do Serviço de Assistência Médica da Delegação do Ministério das Relações Exteriores na Guanabara.

A comissão encarregada de avaliar a aptidão dos candidatos, de conformidade com o disposto no Art. 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foi assim constituída: Conselheiro Othon Guimarães, presidente; Secretário Ivan Velloso da Silveira Batalha e Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Submeteram-se a esses exames 61 candidatos: 24 aprovados nas provas de seleção prévia e 37 (*) anteriormente habilitados.

MOVIMENTO GERAL

| | |
|--------------------|----|
| Convocados | 61 |
| Desistentes | 2 |
| Inabilitados | 12 |
| Habilitados | 47 |

(*) Portaria nº 11, de 2 de agosto de 1971. De acordo com o parágrafo II da citada Portaria, 21 candidatos foram dispensados dos exames de saúde.

PROVAS VESTIBULARES FINAIS

As provas vestibulares finais se realizaram de 21 de fevereiro a 23 de março.

A banca examinadora, presidida pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, e assessorada pelo Ministro Jorge Alberto de Seixas Corrêa e pelo Conselheiro Othon Guimarães, ficou assim constituída:

Português

Professores Jesus Bello Galvão e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Jacques Auger e
Daniel Benson

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Gilberto C. Brown

Geografia

Professoras Bertha Koiffmann Becker e
Maria do Carmo Corrêa Galvão

História do Brasil

Professores Américo Lourenço Jacobina Lacombe e
José Sales Tiné

História Mundial

Professores Pedro Freire Ribeiro e
Antonio Traverso

Direito

Professor Theophilo de Azeredo Santos e
Desembargador Moacir Rebello Horta

MOVIMENTO GERAL

| Matérias | Prestaram Prova | Reprovados | Aprovados |
|-----------------------|-----------------|------------|-----------|
| Português | 46 (*) | 13 | 33 |
| Francês | 33 | 8 | 25 |
| Inglês | | | |
| Geografia | 25 | 6 | 19 |
| História do Brasil .. | | | |
| História Mundial .. | 19 | — | 19 |
| Direito | | | |

(4 em ambas as matérias, 3 em Francês e 1 em Inglês)

(2 em ambas as matérias, 3 em Geografia e 1 em Hist. do Brasil)

Foi a seguinte a classificação final:

- Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
- Sarkis Karmirian
- João Almino de Souza Filho
- Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolino
- Ivone Brandão Vieira Faria
- Antonio Herculano Lopes
- Luís Fernando de Andrade Serra
- Marcelo Andrade de Moraes Jardim
- Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
- Luiz Francisco Pandiá Braconnot
- Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
- Marco Antônio Diniz Brandão
- Heraldo Póvoas de Arruda
- Cláudia D'Angelo

(*) 1 candidato não compareceu à prova de Português.

Luiz Felipe Mendonça Filho
Barbara Goraczko
João Frederico Abbott Galvão Júnior
Maria Dulce Soares da Silva
Raul de Taunay

Fizeram jus às medalhas de prata e bronze do «Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva», correspondentes aos 1º e 2º lugares no Exame Vestibular, os candidatos Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira e Sarkis Karmirian.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA
(C.P.C.D.)

Em 1972, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata teve início a 6 de março e terminou a 24 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1º Ano

1º período — 3 de abril a 14 de julho

2º período — 14 de agosto a 24 de novembro, seguido das provas finais.

2º Ano

1º período — 6 de março a 30 de junho

2º período — 31 de julho a 24 de novembro, seguido das provas finais.

1º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas portarias ns. 7, 8 e 12, respectivamente de 29 de março, 3 de abril e 12 de julho de 1972, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores André Selon e
Jacques Auger

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Gilbert Clark Brown

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas cadeiras.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Geografia Política

Professora Bertha Koiffmann Becker

Pensamento Político Contemporâneo

Secretário Marcílio Marques Moreira,
Professores Alberto Venâncio Filho (substituto) e
Antonio Estevam de Lima Sobrinho (Ciber-
nética)

História das Relações Exteriores do Brasil

Professor Vicente Costa Santos Tapajós

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia

Professor Alfredo Luiz Baumgarten Júnior

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Direito Comercial

Professor Theophilo de Azeredo Santos

Direito Constitucional

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

CORPO DISCENTE

Cursaram o 1º Ano os 19 alunos aprovados no Exame Vestibular realizado de dezembro de 1971 a março de 1972. Dentre os componentes da turma, 1 aluno não conseguiu a média mínima exigida na Cadeira de Economia devendo, portanto, submeter-se a exame de 2ª época, conforme previsto no § 1º do Art. 17 do Regulamento do Instituto Rio-Branco. Seguem, relacionados na ordem de classificação, os alunos acima mencionados:

João Almino de Souza Filho
Antonio Herculano Lopes
Sarkis Karmirian
Manoel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Luiz Felipe Mendonça Filho
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Barbara Goraczko
Cláudia D'Angelo
Heraldo Póvoas de Arruda
Luiz Francisco Pandiá Braconnot
Marcelo Andrade de Moraes Jardim
Luís Fernando de Andrade Serra
Marco Antonio Diniz Brandão
Ivone Brandão Vieira Faria
Maria Dulce Soares da Silva
Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
Raul de Taunay
João Frederico Abbott Galvão Júnior

2º ANO

CORPO DOCENTE

Pelas Portarias do Diretor do Instituto Rio-Branco ns. 3 e 14, respectivamente de 29 de fevereiro e 19 de setembro, e pelas Portarias Ministeriais de 7 de março e 28 de setembro de 1972, foram designados os seguintes professores:

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS

Português

Secretário Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores Jacques Auger e
André Selon

Inglês

Professores Kenneth James Payne e
Gilbert C. Brown

As bancas das provas orais de Francês e de Inglês foram constituídas pelos titulares das respectivas Cadeiras.

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA

Política Internacional

Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Economia

Professor Moacyr Antonio Fioravante

Problemas Econômicos Contemporâneos

Secretário Raphael Valentino Sobrinho

DEPARTAMENTO DE DIREITO

Direito Internacional Público

Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches.

Direito Internacional Privado

Professores Haroldo Teixeira Valladão e
Hilton Rios (substituto)

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Organização e Métodos de Trabalho do Ministério das Relações Exteriores

Ministro Frederico Carlos Carnaúba

CORPO DISCENTE

A turma que concluiu o C.P.C.D. foi constituída dos seguintes alunos, relacionados na ordem de classificação final:

Carlos Antonio da Rocha Paranhos
Kywal de Oliveira
Jorge d'Escragnolle Taunay Filho
Pedro Motta Pinto Coelho
Antonino Marques Porto e Santos
Flávio Roberto Bonzanini
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
Ruy de Lima Casaes e Silva
Paulo Américo Veiga Wolowski
Hélio Magalhães de Mendonça
René Loncan
Sergio Eduardo Moreira Lima
Ilka Maria Lehmkuhl Trindade Cruz
Francisco Campos de Oliveira Pena

Fizeram jus ao «Prêmio Rio-Branco» os alunos Carlos Antonio da Rocha Paranhos — medalha de ouro, 1º lugar e Kywal de Oliveira — medalha de prata, 2º lugar.

Com a nomeação dessa turma elevou-se a 558 o número de funcionários que, desde 1947, ingressaram na Carreira de Diplomata através do Instituto Rio-Branco.

CONFERÊNCIAS

Dentro da programação do C.P.C.D. foi organizada a seguinte série de conferências:

Sistema Monetário Internacional — Professor Henri Guitton (da Universidade de Paris)

«ALALC» — Professor Manoel Vieira (Professor de Direito da Universidade de Montevideú)

O Mar e o Poder Nacional — Almirante Hilton Berutti Augusto Moreira (Diretor da Diretoria de Portos e Costas)

O Brasil e as 200 Milhas — Doutor Clovis Ramalhete

O Sistema Regional Centro-Americano — Embaixador Adolfo Molina Orantes (Representante da Guatemala na OEA)

«Sino—Soviet—American Relations» — Professor William Griffith (Consultor do Departamento de Estado Norte-americano e Catedrático do MIT)

«Inquest on Brazilian Major Power Aspirations» — Professor Jordan Young (da Universidade de Columbia)

A Liga Árabe — Embaixador Mansour Chalita (Presidente da Liga Árabe)

«The Middle—East and American Policy» — Professor William Griffith

Mercado Comum — Barão Paternotte de la Vaillée, Embaixador da Bélgica

Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — sua Organização e Atividades — Doutor Gilberto Freyre

A Secretaria-Geral Adjunta para Assuntos Econômicos — sua Estrutura e Funcionamento — Ministro Ronaldo Costa

Estrutura, Funcionamento e Atividades da EMBRATUR — Doutor Paulo Manoel Protásio (Presidente da EMBRATUR)

Relações entre o Poder Executivo e o Legislativo — Ministro Themistocles Brandão Cavalcante

Tecnologia e Humanismo — Professor Djacir Menezes (Reitor da UFRJ).

VISITAS

Dentre as mais importantes atividades do currículo escolar do C.P.C.D., destacam-se as viagens de estudos, que vêm proporcionando aos alunos do 2º ano uma visão realista dos problemas e das potencialidades das regiões visitadas, experiência altamente positiva para a formação dos futuros diplomatas.

Em 1972 foram realizadas as seguintes visitas:

I — Nordeste — Pernambuco, Paraíba e Bahia

No período de 26 de setembro a 3 de outubro, a convite dos Senhores Governadores Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, e Eraldo Gueiros Leite, de Pernambuco, os 14 alunos do 2º ano do C.P.C.D., acompanhados do 1º Secretário José Olympio Rache de Almeida, Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco, e de duas funcionárias administrativas, realizaram uma viagem de estudos àqueles estados, a qual se estendeu ao Estado da Paraíba, a convite do industrial Helveti Oliver Cruz, para visita a uma indústria local.

Recife

A visita ao Recife deveria ter sido iniciada no dia 26, quando a comitiva partiu em direção ao Nordeste, com escalas previstas em Vitória, Caravelas e Salvador. Em Caravelas (BA), por motivo de avaria em um dos motores do avião, os alunos foram obrigados a pernoitar, ficando alojados no Destacamento da FAB, só chegando ao Recife às primeiras horas da tarde do dia seguinte.

Dia 27:

Chegada ao aeroporto dos Guararapes onde os alunos foram recebidos pelo Senhor Jerônimo Heráclio, do Departamento do Cerimonial do Governo do Estado de Pernambuco e pelo Secretário José Olympio Rache de Almeida, que lá então já se encontrava. Devido ao pernoite forçado em Caravelas, a comitiva ficou impossibilitada de visitar Sua Excelência o Senhor Governador Eraldo Gueiros Leite, conforme havia sido programado pelo Cerimonial do Governo do Estado, e o CONDEPE (Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco). Neste mesmo dia os alunos visitaram a sede da SUDENE, onde o engenheiro Aluísio Didier, Superintendente-Adjunto, proferiu palestra sobre o desenvolvimento alcançado pelo Nordeste nos últimos doze anos, dando especial ênfase à atuação da Superintendência.

Dia 28:

As primeiras horas da manhã, os alunos seguiram para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, onde foram recebidos pelo Diretor-Executivo Fernando de Mello Freyre e por membros do corpo de pesquisadores do Instituto. Seguiram-se palestras proferidas pelos professores Waldemar de Figueiredo Valente, Chefe do Departamento de Antropologia, e Mauro Mota, do Departamento de História Social, sobre a criação, organização e atuação do IJNPS. Participou também da sessão o sociólogo Gilberto Freyre, Presidente do Conselho Diretor do Instituto, que falou aos alunos sobre a importância da inclusão de cientistas sociais nas equipes que elaboram os projetos desenvolvimentistas governamentais. A seguir, a comitiva do Instituto Rio-Branco visitou as instalações da SANTISTA — Indústria Têxtil do Nordeste S.A., no Distrito Industrial de Paulista. Os alunos, guiados por técnicos da fábrica, tiveram oportunidade de conhecer o mais moderno equipamento para indústria têxtil em operação na América Latina, sendo demonstrado o processo de obtenção de fios, tecelagem, tintura e empacotamento. Após o almoço, realizado no refeitório da empresa, o Dr. Arnaldo Lemos, Diretor da mesma, e o Sr. Alfred Schaffa, Gerente, forneceram dados sobre a produção e os planos de expansão da indústria. À tarde, os alunos partiram para Olinda, passando pelo Distrito Industrial de Paulista. Em Olinda, a comitiva foi recebida pelo Prefeito Ubiratan de Castro, em cuja companhia visitou os principais pontos turísticos da cidade: Igreja e Mosteiro de São Bento, Convento de São Francisco, Alto da Sé, Igreja da Misericórdia, Colégio Santa Gertrudes e Mercado da Ribeira, antigo mercado de escravos, hoje centro artesanal. Ao fim da tarde, o Prefeito ofereceu um lanche no restaurante típico Samburá, na praia da Casa Caiada, após o qual a comitiva voltou ao Recife.

Dia 29:

As primeiras horas da manhã, a comitiva seguiu em ônibus, fretado pelo industrial Helveti Oliver Cruz, em direção ao Estado da Paraíba. O Secretário José Olympio Rache de Almeida permaneceu no Recife a fim de visitar o Governador do Estado e apresentar-lhe os agradecimentos do Instituto Rio-Branco pela generosa acolhida dispensada à comitiva. Visitou igualmente, no mesmo dia, o Reitor da Universidade Federal do Recife.

Paraíba

Nas instalações da CONPEL, situadas no município de Conde, próximo a João Pessoa, os alunos foram recebidos pelos Senhores

Helveti Oliver Cruz e Abdias da Silva Sá, respectivamente Diretor-Financeiro e Diretor-Superintendente da empresa.

Seguiu-se visita às obras de instalação da fábrica, que deverá ser, até o final de 1972, a mais moderna produtora de sacos multifoldados da América Latina. A seguir, os alunos partiram para João Pessoa, em companhia do industrial Helveti Cruz. Visita ao Hotel Tambaú, na praia do mesmo nome. Almoço oferecido aos alunos pelo industrial no restaurante típico Badinaldo, situado na praia do Poço, no município de Cabedelo. Após o almoço, regresso ao Recife. Parada em Igarassu, onde a comitiva teve a oportunidade de visitar a Igreja de São Cosme e Damião, a mais antiga do Brasil (1535), a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o museu Histórico de Igarassu.

Dia 30:

Pela manhã, partida do Recife, em avião da FAB, com destino a Salvador.

Salvador

Ocorrendo a chegada num sábado, o programa, preparado pelo Cerimonial do Governo do Estado da Bahia, constou, nos dois primeiros dias, de visitas a pontos históricos e turísticos da velha capital baiana.

Dia 30:

Chegada ao aeroporto. Hospedagem no Pálace Hotel, situado no centro da cidade. Visita ao Museu Carlos Costa Pinto. Visita ao Museu de Arte Sacra. Visita à Colina do Bonfim. Retorno ao Hotel por Monserrate (visita à Igreja do mesmo nome e, posteriormente, à Igreja da Boa Viagem), túnel Américo Simas e Avenidas de Vale.

Dia 1º:

Visita à Igreja de São Francisco de Assis e à Igreja da Ordem de São Francisco. Visita ao Mercado Modelo. Passeio turístico pela orla marítima: Farol da Barra, Rio Vermelho, Amaralina, Pituba, Itapoan e Lagoa do Abaeté. À noite, show folclórico no Centro Folclórico — Praça Castro Alves.

Dia 2:

Visita ao Centro Industrial de Aratu onde, acompanhados do Relações Públicas do CIA, Coronel Evandro Carvalho dos Santos, tiveram oportunidade de ouvir palestra do Economista Antonio Carlos Lordello de Menezes. A seguir, percorreram,

em ônibus, toda a zona industrial. À tarde, os alunos, em companhia do Secretário José Olympio Rache de Almeida, fizeram uma visita de cortesia ao Reitor da Universidade do Estado da Bahia e outra, de agradecimento, ao Palácio do Governo.

Dia 3:

Pela manhã, regresso ao Rio de Janeiro.

II — São Paulo

Conforme o Convênio Itamaraty-Indústria assinado, em 1971, pelo Senhor Ministro de Estado e Presidentes da Confederação Nacional da Indústria e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ficou estabelecido que funcionários diplomáticos passarão a visitar, de maneira sistemática, os grandes centros industriais paulistas, mantendo contato com a classe empresarial nacional a fim de melhor conhecerem a realidade econômica do país, especialmente antes de serem designados para funções no exterior.

No período de 12 a 15 de outubro, os alunos do 2º ano do C.P.C.D., acompanhados do Secretário José Olympio Rache de Almeida, visitaram São Paulo, onde cumpriram o seguinte programa:

Dia 12:

Viagem a São Paulo, de ônibus.

Dia 13:

Teve início o programa oficial, com a visita, pela manhã, à sede do Sesi. Acompanhados pelo Senhor Oscar Carneiro, Relações Públicas da entidade, os alunos foram recebidos pelo Doutor Cláudio Rego Fontão, Diretor do Sesi de Santo André, e passaram, em seguida, a percorrer as instalações, setor por setor. Na referida sede, recentemente inaugurada e, segundo o seu diretor, a mais bem aparelhada das 67 unidades espalhadas pelo Estado de São Paulo, os alunos puderam avaliar a qualidade da atenção dispensada, pela moderna assistência social, ao operariado paulista. À visita, seguiu-se um almoço oferecido pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em sua sede, no Palácio Mauá. Após o almoço, os alunos visitaram o Colégio Industrial de Artes Gráficas, mantido pelo SENAI, pela União e pela Prefeitura de São Paulo, e inaugurado em 1971. O Colégio, estruturado em cursos de 4 anos de duração, tem por objetivo a formação de técnicos para a Indústria Gráfica, mantendo convênio com associações estrangeiras para atualização tecnológica.

Dia 14:

Pela manhã, visita à Indústria METAL LEVE. A comitiva foi recebida pelos engenheiros Doutores Olete Maia, gerente de vendas, Armando Costa e Sérgio Mardegan, sendo que os dois últimos se encarregaram de acompanhá-la, fornecendo explicações, sempre que solicitadas, durante o percurso pelas instalações da fábrica. A METAL LEVE, indústria inteiramente nacional, produz pistões, bronzinas e buchas. Cerca de 8% do faturamento da empresa refere-se à exportação, sobretudo para os EUA (fornecimento, sob contrato, de material para indústria naval e aeronáutica). Parte das vendas destina-se a países da América Latina (bronzinas) e da Europa. A maior parte da produção da indústria é absorvida pelo mercado brasileiro — Volkswagen, General Motors, etc. Depois do almoço servido na METAL LEVE, os alunos seguiram para a INBELSA — Indústria Brasileira de Eletricidade S.A., onde o grupo assistiu a uma palestra do Doutor Antoine Bahi, Diretor da Phillips, à qual a INBELSA é associada, sobre o papel da telecomunicação na vida moderna. Terminada a palestra, houve projeção de «slides» sobre o assunto tratado. A seguir, o grupo dirigiu-se para a sede da FIESP, onde foi recebido pelo Doutor Theobaldo de Nigris, Presidente da entidade. Na sala de conferências da Federação, houve um debate informal entre a comitiva dos estudantes do C.P.C.D. e alguns dos dirigentes e técnicos da FIESP, dentre os quais os Doutores Francisco de Assis Vilela, primeiro Presidente, Victor Resse Gouvea e Hamilcare Forghieri, diretores, e Ricardo Araújo Cintra, Chefe do Departamento de Economia. Desse debate, sumamente proveitoso, resultou uma apreciação global dos problemas que a indústria apresenta no Estado. Ao longo dos diversos assuntos abordados (histórico da implantação industrial no Estado, razões do desenvolvimento desordenado da área do ABC paulista, transferência de tecnologia no processo econômico nacional, Decreto 1236 e suas implicações, isenções fiscais para exportação, assistência à pequena e à média empresa, etc.), pôde-se verificar a total satisfação do empresariado paulista, em geral, em relação ao apoio prestado pelo Itamaraty às vendas, no exterior, de produtos brasileiros provenientes de São Paulo.

Dia 15:

Pela manhã, regresso ao Rio de Janeiro.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

CURSO DE PRÁTICA DIPLOMATICA E CONSULAR (C.P.)

O Curso de Prática Diplomática e Consular previsto nos artigos 26 e seu parágrafo único e 27 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, regeu-se pela Portaria nº 231, de 11 de julho de 1968, e foi realizado no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, no período de 31 de julho a 11 de setembro.

PROFESSORES

Pela Portaria nº 11, de 27 de julho de 1972, o Diretor do Instituto Rio-Branco designou os seguintes professores:

Prática Diplomática I

Embaixador André Teixeira de Mesquita.

Prática Diplomática II

Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e Silva.

Prática Consular

Conselheiro Raymundo Nonnato Loyolla de Castro.

Promoção Comercial

Ministro Paulo Tarso Flecha de Lima.

Organização e Administração de Chancelarias

Ministro Dário Moreira de Castro Alves

Comunicações

Secretário Jorge Carlos Ribeiro.

ALUNOS

Integraram a turma do C.P. 31 diplomatas, 17 que terminaram o C.P.C.D. em 1970 e os demais de turmas anteriores

que, por motivo justificado, só este ano puderam cursá-lo. A classificação final foi a seguinte:

Pedro Luiz Carneiro de Mendonça
Sergio Silva do Amaral
Arthur Vivacqua Corrêa Meyer
Affonso José Santos
Renato Luiz Rodrigues Marques
Hildebrando Tadeu Nascimento Valadares
Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos
Vitoria Alice Cleaver
Renate Stille
José Antonio de Castello Branco de Macedo Soares
Raul Campos e Castro
Julio Cezar Zelner Gonçalves
Isnard Penha Brasil Júnior
Márcio Botelho Serra do Valle Pereira (*)
Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Luiz Antonio Fachini Gomes
Geraldo Affonso Muzzi
Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
Luiz Guilherme de Moraes
Antonio Humberto dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes:
Braga
Gerson Machado Pires Filho
Godofredo Rayol Almeida Santos
Julio Celso Ramos
Sergio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
Cesar de Faria Domingues Moreira (*)
Luiz Alves da Fonseca Costa
Paulo Alberto da Silveira Soares (*)
Alexandre Ruben Milito Gueiros
Isis Martins Ribeiro de Andrade
Maria Helena da Fonseca Costa
Abílio Machado Cantuária (*)

APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS LOTADOS NO EXTERIOR

Dentro do programa de aperfeiçoamento profissional no exterior, previsto no art. 29 e seus parágrafos, do Regulamento do Instituto Rio-Branco, foram contemplados com auxílio financeiro, nos termos das circulares ns. 6.681, de 26 de abril de 1967 e 443, de 25 de fevereiro de 1971, os seguintes diplomatas matri-

(*) Os candidatos assinalados com asterisco iniciaram o Curso em 1971 e o concluíram em 1972.

culados em Universidades estrangeiras — alguns continuando os cursos anteriormente iniciados e outros matriculados no corrente ano:

Secretário Carlos Eduardo Paes de Carvalho — 1970/71/72 — E.U.A. — George Washington University — (Graduate School of Economics) — História do Pensamento Econômico, Teoria Macroeconômica, Teoria Microeconômica, Economia Internacional, Distribuição de Rendas e Desenvolvimento Econômico.

Secretário Christiano Whitaker — 1971/72 — E.U.A. — American University — (School of Government and Public Administration — SGPA) — Política e Governos Norte-americanos, Política Comparada das Sociedades em Vias de Desenvolvimento, Pensamento Político Contemporâneo, Introdução à Antropologia Cultural, Teoria das Relações Internacionais, História da América Latina a partir de 1860, Introdução à Antropologia Física — Evolução Bio-Cultural. Cursos em nível «undergraduate» exigidos para posterior ingresso na «Graduate School of Economics».

Ministro João Paulo da Silva Paranhos do Rio-Branco — 1968/69/70/71/72 — E.U.A. — Tulane University — Doutorado em Economia — Aprovado nos «Preliminary Examinations». Em preparo de Tese.

Ministro Luiz Benjamin de Almeida Cunha — 1971/72 — E.U.A. — Loyola University — Curso de Ciência Política.

Secretário Luiz Jorge Rangel de Castro — 1972 — Líbano — American University of Beirut — AUB — (Arts and Sciences Graduate Committee) — Comunicações de Massa: Ciência Política e Administração Pública, em nível de pós-graduação.

Conselheiro Othon do Amaral Henrique Filho — 1971/72 — Colômbia — Universidad de los Andes — (Faculdade de Engenharia e Economia) — Programa de Alta Gerência.

Secretário Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur — 1970/71/72 — Inglaterra — London School of Economics and Political Science — «Master» em Economia.

Secretário Rubens Antonio Barbosa — 1971/72 — Inglaterra — University of London — (Institute of Latin-American Studies) — «Master» em «Area Studies (Latin-America)».

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO A CARREIRA DE DIPLOMATA PARA O ANO DE 1973

O Exame Vestibular ao C.P.C.D. para o ano letivo de 1973 regeu-se por Edital de 10 de agosto de 1972, do Diretor do Instituto Rio-Branco, e pelos Programas e Instruções, aprovados, respectivamente, pelas Portarias Ministeriais ns. 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969.

Nos termos do Regulamento em vigor, o Exame Vestibular efetua-se em três fases:

- a) provas de Seleção Prévia;
- b) exames de sanidade e capacidade física e psíquica, investigação social e entrevista;
- c) provas vestibulares finais.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

As inscrições para as provas de Seleção Prévia permaneceram abertas de 4 de setembro a 27 de outubro. As provas se efetuaram nos dias 29 e 30 de novembro no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

A banca examinadora, presidida pelo Ministro Frederico Carlos Carnaúba, Diretor, interino, do Instituto Rio-Branco, ficou assim constituída:

Português

Professores: Jesus Bello Galvão e
Márcio Fortes de Almeida

Francês

Professores: Jacques Auger e
Daniel Benson

Inglês

Professores: Kenneth James Payne e
Gilbert C. Brown

As provas realizadas fora do Rio de Janeiro tiveram a supervisão dos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte — Secretário Geraldo Affonso Muzzi
 Brasília — Conselheiro Arnaldo Rigueira
 Porto Alegre — Secretário Sebastião Neves
 Recife — Secretário Luiz Antonio Fachini Gomes
 Salvador — Secretário Cristovam de Oliveira Araújo Filho
 São Paulo — Secretário Cesário Melantonio Neto

MOVIMENTO GERAL

| | |
|--|-----|
| Inscritos | 270 |
| Dispensados das provas (*) | 14 |
| Sujeitos às provas | 256 |
| Desistentes: | |
| Antes das provas | 116 |
| Durante as provas | 17 |
| Submeteram-se às provas | 123 |
| Homens | 98 |
| Mulheres | 25 |
| Aprovados | 36 |
| Rio de Janeiro 27 (7 do sexo feminino); Brasília 4; Recife 1; São Paulo 4 (1 do sexo feminino). | |

As 2ª e 3ª fases do Exame Vestibular prosseguirão no início do próximo ano.

(*) Portaria Ministerial nº 343, de 21 de junho de 1972.

Turma Elementar

Anna Maria Michelangela Vittoria Manzolillo
Antonio Herculano Lopes
Barbara Goraczko
Cláudia d'Angelo
Hélio Magalhães de Mendonça
Heraldo Póvoas de Arruda
Ivone Brandão Vieira Faria
João Almino de Souza Filho
João Frederico Abbott Galvão Jr.
Luiz Felipe Mendonça Filho
Luiz Fernando de Andrade Serra
Luiz Francisco Pandiá Braconnot
Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira
Marco Antonio Diniz Brandão
Maria Dulce Soares da Silva
Maria Eduarda Santos Pompeu Brasil
Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil
Raul de Taunay
Sarkis Karmirian

Turma Adiantada

Kywal de Oliveira
Pedro Motta Pinto Coelho
Ricardo Carvalho do Nascimento Borges
Ruy de Lima Casaes e Silva
Sérgio Eduardo Moreira Lima

Brasília

O Curso, no qual se inscreveram funcionários diplomáticos e administrativos deste Ministério, teve início a 14 de março e terminou a 30 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1º período — 14 de março a 6 de julho

2º período — 7 de agosto a 30 de novembro.

Pela Portaria nº 6, de 10 de março de 1972, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foram designados os professores Helga de Godoy Lopes e Ernesto Schlieper para lecionarem, respectivamente, a turma adiantada e a turma elementar.

CURSOS ESPECIAIS

(C.E.)

LINGUA ALEMA

A exemplo do ano anterior, o Instituto Rio-Branco realizou, em colaboração com o Instituto Brasil-Alemanha, um curso facultativo de conhecimentos básicos da Língua Alemã, que funcionou no Rio de Janeiro e em Brasília.

O Curso, no qual tomaram parte alunos do C.P.C.D. e funcionários diplomáticos e administrativos, foi ministrado em dois semestres e constou de duas turmas:

a) Elementar

b) Adiantada

Conforme determinação do Senhor Ministro de Estado, será incluída menção especial nos assentamentos dos que concluírem o Curso com bom aproveitamento.

Poderá haver, futuramente, um Curso de Especialização, em 2 semestres, ao término do qual os alunos aprovados terão direito ao diploma: «Grundkenntnisse der Deutschen Sprachchen», do «Goethe-Institut München».

Rio de Janeiro

O Curso, no qual se inscreveram alunos do 1º e 2º anos do C.P.C.D., teve início a 8 de março e terminou a 27 de novembro, com o seguinte desdobramento:

1º período — 8 de março a 30 de junho

2º período — 11 de julho a 27 de novembro

Pela Portaria nº 4, de 3 de março de 1972, do Diretor do Instituto Rio-Branco, foi mantida a professora Gretchen Becker, que teve a seu cargo as duas turmas.

Terminaram o ano letivo de 1972 os alunos abaixo relacionados:

Terminaram o ano letivo de 1972 os alunos abaixo relacionados:

Turma Elementar

Álvaro Ribeiro (Oficial de Chancelaria)
Aloysio Marés Dias Gomide (Conselheiro)
Ana Maria Penha Brasil (Secretário)
Carlos José Middeldorf (Secretário)
Cesário Melantonio Neto (Secretário)
Clarisse da Silva (Oficial de Chancelaria)
Clovis Abuhamad (Secretário)
Gilda Abuhamad (Secretário)
Helio Araújo Lobo (Oficial de Chancelaria)
Isis Martins Ribeiro de Andrade (Secretário)
Luiz Fernando de Freitas Ligiero (Secretário)
Maria Elisa de Bittencourt Berenguer (Secretário)
Marina Montero da Silva (Oficial de Chancelaria)
Vera Maria Sâ Pereira (Oficial de Chancelaria)

Turma Adiantada

Antonio Baptista da Luz (Oficial de Chancelaria)
Gilberto Ferreira Martins (Secretário)
Isnard Penha Brasil Júnior (Secretário)
Jayme Villa-Lobos (Secretário)
João Alfredo Pinheiro Monteiro (Secretário)
Lenita Conil Cavalcanti (Oficial de Chancelaria)
Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos (Secretário)
Oswaldo Biato (Secretário)
Renato Xavier (Secretário)
Vital Fernando Lopes de Souza (Secretário)
Vitória Alice Cleaver (Secretário)

Os alunos Jayme Villa-Lobos, Isnard Penha Brasil Júnior, Antonio Baptista da Luz e Oswaldo Biato obtiveram o diploma concedido pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Em meados de 1972 foi publicado, com a tiragem de 1.000 exemplares, o «Anuário do Instituto Rio-Branco — 1971», cuja distribuição foi feita aos interessados, a universidades e a diversos centros de estudos brasileiros e estrangeiros.

Coube ainda à Seção atualizar a Legislação do Instituto e organizar o Anuário referente ao ano em curso.

Proseguiram normalmente os trabalhos de rotina, tais como atendimento a pedidos de obras anteriormente editadas, controle dos cartões de retorno e do estoque de livros, atualização do fichário e de listas de autoridades, bibliotecas e instituições culturais do país e do exterior.

O movimento geral de distribuição de publicações editadas pelo Instituto Rio-Branco atingiu o total de 920 volumes.

Devido à redução de verbas e encarecimento dos trabalhos tipográficos e fotolitográficos, foi suspensa a impressão das demais obras programadas.

BIBLIOTECA

Em 1972 foram incorporadas ao acervo da Biblioteca do Instituto Rio-Branco 144 obras, em 227 volumes e 91 folhetos, abrangendo um total de 12.971 livros.

Foram catalogadas, durante o ano, 345 obras.

Dentro dos limitados recursos de que dispõe, a Biblioteca procurou atender às necessidades do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, comprando as obras indicadas pelos professores. As aquisições, entretanto, conforme demonstra o quadro abaixo, foram feitas, na maioria, através de doações e permutas com entidades nacionais e estrangeiras.

| Origem | Obras | Volumes | Folhetos | Total |
|--------------|-------|---------|----------|-------|
| Compra | 23 | 101 | 0 | 124 |
| Doação | 121 | 126 | 91 | 338 |
| Total | 144 | 227 | 91 | 462 |

Vale ainda mencionar o intercâmbio de livros e periódicos feito através do sistema de empréstimo entre bibliotecas, que possibilitou aos alunos do C.P.C.D. acesso ao acervo de outras instituições, favorecendo, ademais, consulentes de outras entidades. Em 1972 esse intercâmbio estabeleceu-se com as seguintes biblio-

tecas: Fundação Getúlio Vargas, Demonstrativa Castro Alves, Ministério da Fazenda, Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) e Ministério das Relações Exteriores (Brasília e DELEGUAN).

Foi feita revisão total no Catálogo Dicionário, introduzindo-se as alterações necessárias.

A Encadernação Lage, firma que trabalha regularmente para o Itamaraty, foram enviados 88 livros do setor de currículo, restando ainda apreciável número a encadernar.

Excetuadas as consultas na sede, a Biblioteca computou o seguinte movimento de empréstimo: 1.394 livros e 31 periódicos. (*)

(*) Os periódicos desta Biblioteca foram, na maioria, incorporados à Biblioteca do M.R.E.

C.P.C.D.

TURMA DE 1972

ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972). «Certificat Pratique de Langue Française» e «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy. «Lower Certificate in English» da Universidade de Cambridge. Participante do «Seminar on American Culture and Civilization — (1972)» realizado na Universidade da Califórnia (Los Angeles).

CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS — (Estado da Guanabara)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de prata, 1º lugar. Prêmio Rio-Branco — Medalha de ouro, 1º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan (Curso completo de Inglês do Instituto Brasil-Estados Unidos). «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Françaises — 3e degré» (Curso completo da Associação de Cultura Franco-Brasileira). Participante do «IX Brazil Student Leader Seminar on United States Culture and Civilization — (1970)» realizado na Universidade da Califórnia (Los Angeles).

FLÁVIO ROBERTO BONZANINI — (Estado do Rio Grande do Sul)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas — 1972 (Sociedade Universitária de Ensino Superior e Cultura — S.U.E.S.C. — Rio — GB). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Certificat Pratique de Langue Française» e «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy.

FRANCISCO CAMPOS DE OLIVEIRA PENA — (Estado de Minas Gerais)

Cursou até a 3ª série de Ciências Sociais na Faculdade Federal de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais (1970). Cursou até a 2ª série do Curso de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965).

HÉLIO MAGALHÃES DE MENDONÇA — (Estado da Guanabara)

Aluno do Curso de Bacharelado (5º ano) da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. Diploma do 5º ano de Estudos Práticos da Associação de Cultura Franco-Brasileira. Completou o 1º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio Branco. Aspirante a Oficial da Reserva do Exército Brasileiro — Arma de Infantaria.

ILKA MARIA LEHMKUHL TRINDADE CRUZ — (Espanha — Madrid — Brasileira de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1º ano (1966). Curso Elementar da Sociedade de Cultura Franco-Brasileira. Certificado de Inglês do Curso Yazigi. Cursos de Alemão: «Eurozentrum der deutsche Sprache — Köln — 1972», «Grunderkenntnisse der deutsche Sprache Goethe Institut — München — Deutschland — 1972» e «Mittelstufe I» — Instituto Cultural Brasil-Alemanha.

JORGE d'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO — (França — Paris — Brasileiro de acordo com o art. 129, item II, da Constituição de 1946)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas — 1972 — (Sociedade Universitária de Ensino Superior e Cultura — S.U.E.S.C. — Rio — GB.). «Brevet Élémentaire de la Langue Française» expedido pela Aliança Francesa do Uruguai. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Cambridge. «Certificate of Proficiency in English» pela Universidade de Michigan.

KYWAL DE OLIVEIRA — (Estado da Guanabara)

Prêmio Rio-Branco — Medalha de prata, 2º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1968). Completou o 2º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara.

PAULO AMÉRICO VEIGA WOLOWSKI — (Estado do Paraná)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1970). Curso de Criminologia Aplicada do Instituto de Criminologia da UEG (1966). Curso de Português do Instituto de Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica (1970). Curso de Inglês no «Americanization School — Washington — EE.UU. (1967). Certificado de conclusão do Curso de Inglês do Instituto de Idiomas Yazigi (1964/66). Certificado de conclusão do Curso de Inglês no Laboratório Eletrônico de Línguas — (LEL) — (1964/65). cursou até o 4º ano da Associação de Cultura Franco-Brasileira (1964/67). Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1969).

PEDRO MOTTA PINTO COELHO — (Estado de Minas Gerais)

Cursou até o 2º ano da Escola Naval (1965/66). Matriculado no 5º ano do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. «Certificat Pratique de Langue Française» e «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Michigan. «Lower and Proficiency Certificates in English» da Universidade de Cambridge. Completou o 2º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Professor do Instituto Brasil-Estados Unidos (IBELI) GB. 1971, do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, em Belo Horizonte (1969/70), da Escola de Tradutores e Intérpretes de Minas Gerais (1969/70).

RENÉ LONCAN FILHO — (Estado do Rio Grande do Sul)

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva — Medalha de bronze, 2º lugar. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1971).

RICARDO CARVALHO DO NASCIMENTO BORGES — (Estado de São Paulo)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1968). «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. «Diplôme Supérieur de Langue et Littérature Française (2º degré)» da Universidade de Nancy. Completou o 2º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1968).

RUY DE LIMA CASAES E SILVA — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969). Completou o 2º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Guanabara (1969).

SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA — (Estado da Guanabara)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (1972). «Certificat Pratique de Langue Française» e «Diplôme d'Études Françaises» da Universidade de Nancy. «Certificate of Proficiency in English» da Universidade de Cambridge. Certificado de conclusão do Curso de Língua Inglesa (Instituto Brasil-Estados Unidos — IBELI). Certificado de Curso na «International House» (Londres). Certificado de participação no «Brazilian Student Leader Seminar (1969)» realizado na Universidade da Califórnia (Los Angeles). Completou o 2º ano do Curso Especial de Língua Alemã do Instituto Rio-Branco.

PROGRAMAS E MODELOS DE PROVAS

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
A CARREIRA DE DIPLOMATA

PROVAS VESTIBULARES FINAIS (*)

PORTUGUÊS

Literatura

Comentário crítico das seguintes obras, de leitura obrigatória:

1) *Literatura Portuguesa*

Camões — *Os Sonetos*

Almeida Garrett — *As viagens na minha terra*

Júlio Diniz — *Uma família inglesa*

Ramalho Ortigão — *A Holanda*

Eça de Queiroz — *Correspondência de Fradique
Mendes*

Ferreira de Castro — *A Selva*

2) *Literatura Brasileira*

Basilio da Gama — *O Uruguay*

(Visão global da obra e principais episódios)

Castro Alves — *Os Escravos*

Vicente de Carvalho — *Sonetos*

Cecília Meireles — *Mar Absoluto*

Jorge de Lima — *Túnica Inconsútil*

José de Alencar — *As Minas de Prata*

Machado de Assis — *Esaú e Jacob*

Jorge Amado — *Velhos Marinheiros*

Graciliano Ramos — *São Bernardo*

Rachel de Queiroz — *Crônicas*

Guimarães Rosa — *Primeiras Estórias*

(*) Provas Vestibulares Finais relativas ao Exame Vestibular realizado entre dezembro de 1971 e março de 1972.

FRANÇÊS

Gramática

Formação das palavras derivadas e compostas.

Famílias de palavras, sinônimos, antônimos.

Formas e sintaxe:

- dos artigos definidos, indefinidos, partitivos.
- dos adjetivos qualificativos.
- dos adjetivos numerais.
- dos pronomes pessoais.
- dos adjetivos e dos pronomes demonstrativos.
- dos adjetivos e dos pronomes possessivos.
- dos adjetivos e dos pronomes indefinidos.
- dos adjetivos e dos pronomes interrogativos.
- dos pronomes relativos.
- dos advérbios.
- das preposições e das conjunções.
- do verbo.

Galicismos, expressões idiomáticas de uso corrente.

INGLÊS

Gramática

Substantivos: plurais, formas do possessivo, coletivos compostos, emprego dos artigos.

Adjetivos.

Numerais.

Pronomes (inclusive adjetivos pronominais).

Advérbios (formas, colocação, emprego).

Preposições e conjunções.

Verbos: formas regulares e irregulares. Verbos auxiliares. Emprego das formas verbais.

Verbos compostos (expressões verbais).

Construção da frase e colocação das palavras.

Relação entre ortografia e pronúncia. Acentuação.

GEOGRAFIA

A) *A organização do espaço terrestre*

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, solo e vegetações: características dos grandes eco-sistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
 - 1.1 — as terras áridas.

1.2 — as florestas e savanas tropicais.

1.3 — as terras mediterrâneas.

1.4 — as florestas e os campos das latitudes médias.

1.5 — as florestas boreais e as terras polares.

1.6 — as terras montanhosas.

2. O homem e suas atividades.

2.1 — A distribuição mundial da população e seus fatores.

2.2 — A mobilidade da população; o crescimento vegetativo, as migrações internacionais e as migrações internas.

2.3 — O desenvolvimento da agricultura; condições naturais e culturais.

2.4 — Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).

2.5 — Condições geográficas, características e distribuição do desenvolvimento industrial moderno.

2.6 — As fontes de energia: reservas e aproveitamento; seu papel na indústria moderna.

2.7 — O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

B) *Os grandes conjuntos regionais*

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente africano: características gerais. A África do Norte. A África ao sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia e o Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

C) *O Brasil*

1. O quadro natural:

- 1.1 — Características gerais e principais unidades morfo-estruturais do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.

- 1.2 — Inter-relações do clima, solo e vegetação: as grandes unidades climato-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
2. A distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização do país. Estrutura etária e profissional da população. O potencial humano do país.
3. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris.
4. A atividade industrial: características e distribuição espacial. O potencial energético e seu aproveitamento. Principais centros industriais.
5. Características da rede de transportes.
6. As Grandes Regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte:

1. *O Descobrimento do Brasil*: As características econômicas, sociais e políticas da Europa, no fim da Idade Média. O Reino Português: características da sua evolução até o advento da União Ibérica. A expansão marítima européia nos séculos XV e XVI: o papel pioneiro de Portugal; problemas diplomáticos: as bulas de Alexandre VI, o Tratado de Tordesilhas e as bulas complementares. O Descobrimento do Brasil.
2. *O Período Pré-Colonizador*: O reconhecimento do litoral brasileiro. O pau-brasil e os problemas da sua exploração. Aspectos internacionais correlatos. As capitulações de Saragoça.
3. *O Brasil colonial — Política e Administração*: As capitânias hereditárias e sua evolução. O governo-geral e os vice-reis. O Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O município. A administração metropolitana e o Brasil.
4. *O Brasil colonial — Economia*: A economia agrária: a agro-indústria do açúcar e outras culturas, a pecuária, a economia de subsistência e a coleta amazônica. A sesmaria e a posse da terra. A mineração. O comércio colonial. Agitações de caráter econômico e social.
5. *O Brasil colonial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território, principais

- concentrações urbanas. A estrutura social. A mão de obra: o braço indígena e o escravo africano. Relações com a África. A Igreja. A vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura, os centros culturais e sua repercussão na vida social.
6. *A integração territorial*: A ocupação do litoral. O sertanismo e a fixação humana. A ação missionária. A expansão para o extremo sul e para o extremo norte. Os ajustes diplomáticos na fase colonial. Papel de Alexandre de Gusmão. As repercussões no Brasil da política portuguesa e européia. As intervenções estrangeiras no Brasil e os principais problemas decorrentes no período colonial.
 7. *A evolução da Independência*: A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2ª Parte:

8. *O Brasil imperial — Política e administração*: A Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834. A evolução dos partidos políticos. Os poderes constitucionais e a solução parlamentar. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
9. *O Brasil imperial — Economia*: A estrutura econômica: as heranças coloniais e o advento do café. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão de obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado. A imigração e a colonização européia.
10. *O Brasil imperial — Sociedade e cultura*: A população: crescimento demográfico, ocupação do território; principais concentrações urbanas. A estrutura social. Vida cultural: as possibilidades de acesso à cultura: os centros culturais e sua repercussão na vida social.
11. *O Brasil imperial — Política externa*: O reconhecimento da independência. A questão dinástica portuguesa. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
12. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O desgaste da Monarquia. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo. A proclamação da República.

3ª Parte:

13. *O Brasil republicano — Política e administração:*
- a) *A Primeira República (1889-1930) — O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A consolidação da República. O federalismo: as oligarquias estaduais, a política dos governadores. A Emenda Constitucional de 1926. A revolução de 1930.*
 - b) *A Segunda República (1930-1950) — O Governo Provisório Revolucionário e sua atuação. O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado-Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.*
14. *O Brasil republicano — Economia:*
- a) *A Primeira República (1889-1930) — A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.*
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930): industrialização. A política econômico-financeira. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. O programa das metas. A política econômica a partir do Movimento de 1964.*
15. *O Brasil Republicano — Sociedade e cultura:*
A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. A ampliação do horizonte cultural.
16. *O Brasil republicano — Política externa:*
- a) *A Primeira República (1889-1930). O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio-Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.*
 - b) *A Segunda República (1930-1950) — Política exterior do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.*

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. As principais potências européias no século XVIII e sua política exterior. A península ibérica.

- 2. O pensamento político, social, econômico e científico do século XVIII. A revolução industrial e a transformação das estruturas sociais.
- 3. A Revolução francesa: principais fases. Reorganização política, social e econômica. Política exterior. A Era Napoleônica.
- 4. O Congresso de Viena e as restaurações na Europa. A política de intervenção e os Congressos. Os problemas mundiais.
- 5. As revoluções liberais e nacionais de 1830 a 1848.
- 6. A Inglaterra: suas reformas, sua expansão colonial.
- 7. A França: da Segunda à Terceira República.
- 8. Cavour e a unidade italiana. A Questão Romana.
- 9. Bismarck, a Prússia e o Império Alemão.
- 10. A Rússia. Expansão continental. Absolutismo e reformas.
- 11. A Questão do Oriente. Os Balcãs. A Conferência de Berlim de 1878.
- 12. O Extremo Oriente. A política das Grandes Potências. A China e o Japão.
- 13. A partilha da África. A Conferência de Berlim de 1885.
- 14. As relações internacionais de 1885 a 1914. A política das alianças. As rivalidades coloniais. Os problemas balcânicos.
- 15. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O progresso científico e tecnológico.

2ª Parte:

- 16. A Primeira Guerra Mundial. A situação internacional nas vésperas da guerra. O desencadear da guerra; as principais frentes de combate; as inovações tecnológicas, a guerra naval. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. A participação americana; a retirada da Rússia.
- 17. A elaboração da paz. Os Princípios de Wilson. Os tratados de paz e suas conseqüências políticas, econômicas e sociais. O problema das nacionalidades. As reparações da guerra.
- 18. A Liga das Nações. A organização da Liga das Nações. A Corte Internacional de Justiça e a Organização Internacional do Trabalho. O papel da Liga das Nações entre as duas guerras: sua significação; suas realizações e seus insucessos. Os mandatos.

19. A Europa entre as duas guerras. Problemas econômicos e relações internacionais; a crise econômica de 1929, suas repercussões. A Rússia Soviética: política interna e externa. A Alemanha: a República de Weimar; a ascensão do Nazismo; o III Reich. A Itália e o Fascismo. O Tratado de Latrão. As crises: Etiópia, Espanha, Áustria, Tcheco-Eslováquia, Mandchúria.
20. A Ásia entre as duas guerras. A dissolução do Império Otomano e o mundo árabe. O Irã. A Índia. A China. O Japão.
21. A Segunda Guerra Mundial. Início e propagação do conflito: a guerra na Europa na África e na Ásia. As negociações diplomáticas no decorrer do conflito. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
22. A Organização das Nações Unidas. A Carta de São Francisco. Atuação da ONU até 1951.
23. O pós-guerra (1945-1951). A reconstrução da Europa Ocidental: o Plano Marshall e a integração da Europa. O Bloco Soviético. Os tratados de paz. O problema alemão. A Grã-Bretanha e a Comunidade Britânica.
24. O pós-guerra (1945-1951). O Extremo-Oriente: a ocupação do Japão e o tratado de paz; a revolução chinesa. A emancipação do sudeste asiático. A Liga Árabe, o Próximo e o Médio Oriente. A formação do Estado de Israel.
25. A guerra fria e a formação de blocos. As crises internacionais. O problema de Berlim. A guerra da Coreia. A política soviética no pós-guerra e a OTAN.
26. O mundo, de 1955 a 1965. Problemas econômicos. Principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3ª Parte:

27. As colônias européias na América no século XVIII: organização político-administrativa, aspectos sócio-econômicos e culturais. Comparação entre os diversos tipos de colonização. Conflitos de interesses colonias.
28. A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte. A formação dos Estados Unidos da América. A consolidação da Independência.
29. A Independência da América Latina. Os diversos movimentos. A formação dos novos Estados.

30. A Anglo-América. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial: expansão territorial, Guerra de Secessão e desenvolvimento econômico. O Canadá do fim do século XVIII à Primeira Guerra Mundial.
31. A política externa dos Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
32. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
33. A Anglo-América entre as duas Guerras. Os Estados Unidos: o isolacionismo; Roosevelt, o New Deal e a política da Boa Vizinhança. O Canadá.
34. A América Latina entre as duas Guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
35. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução até a Segunda Guerra Mundial.
36. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano. O Pan-Americanismo no pós-guerra; o Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
37. A América, de 1955 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO

NORMAS GERAIS

1. Direito e Estado. O Direito e as outras normas sociais. Direito e Moral. Direito natural e Direito positivo.
2. O Direito objetivo: conceito, conteúdo. A norma jurídica: definição e elementos. O Direito subjetivo.
3. As fontes do Direito objetivo: a lei e o costume, a analogia e os princípios gerais do Direito.
4. A autonomia da vontade e a ordem pública. A doutrina e a jurisprudência.
5. A Lei, espécies. A constituição e as leis ordinárias. O Decreto e o Regulamento. Os Tratados.

6. Promulgação e publicação. Vigência espacial e temporal. Revogação.
7. Conflitos de leis. Hierarquia das normas. Conflitos no espaço: Direito Internacional Privado.
8. Conflitos no tempo: direito intertemporal. Princípios básicos do direito brasileiro no assunto.
9. A interpretação da norma jurídica; os métodos tradicionais. O bem comum, a justiça social, a equidade. Condenação do abuso do direito.

DIREITO CIVIL

10. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Partes Especiais.
11. Pessoa natural; o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
12. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
13. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
14. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico.
15. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
16. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
17. O Direito das Coisas. Os direitos reais. A propriedade e a posse.
18. Os direitos reais limitados. Os direitos reais à substância e ao valor da coisa. A propriedade literária, científica e artística.
19. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessão de créditos.
20. Os contratos. A compra e venda, a doação, a locação, o empréstimo, o depósito, o mandato, a sociedade, a parceria, o seguro, a fiança, a conta corrente e a abertura de crédito.
21. O Direito de família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.

22. Regimes de bens.
23. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Patrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
24. Direito das sucessões; conceito e espécies de sucessão. Herança e legado. Transmissão de herança. Aceitação e renúncia. Herança jacente e herança vacante.
25. A sucessão legítima. Representação.
26. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento.
27. Herdeiros necessários. Redução. Substituições. Deserdades: indignidade. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

DIREITO COMERCIAL

28. Direito Comercial: conceito, fontes e interpretação.
29. Comerciante: o nome comercial.
30. Comerciante pessoa física e pessoa jurídica.
31. Nacionalidade das sociedades comerciais.
32. Sociedade em nome coletivo: características.
33. Sociedade em comandita simples, de capital e indústria e em conta de participação: características.
34. Sociedade por quotas, de responsabilidade limitada: características.
35. Sociedade por ações: sociedades anônimas e sociedade em comandita por ações: características.
36. Títulos de crédito: noções gerais sobre letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata, conhecimento de depósito, warrant, debênture.
37. Conceito de navio e de aeronave. As funções do capitão do navio. A utilização do navio e suas formas contratuais.
38. Princípios gerais sobre falências e concordatas.
39. Nacionalidade do navio e da aeronave.
40. Empresas de Depósito.

C — *Resumo*

Após leitura do trecho abaixo, resuma as idéias e considerações fundamentais do Autor sobre o *tema desenvolvido*.

Nota: Valha-se o candidato de seus próprios recursos expressivos!
(De 150 a 200 palavras no máximo)

Valor: 25 pontos.

«É fácil tarefa a de citar autoridades e nomear escritores; nem muito mais difícil a de notar defeitos de uns, excelências de outros. De críticas e críticos está cheio o mundo. Eu não pretendo examinar, um por um, os sistemas e os tratados de Aristóteles e Plutarco, de Fénelon e Rollin, de Rousseau e Helvécio, de Loke e Condillac, de Genlis e de tantos outros enfim antigos e modernos que da matéria trataram, — porque não vou escrever uma obra de controvérsia, nem batalhar uma guerra de teorias filosóficas, de pouca glória para quem as briga, de nenhum proveito para quem as lê, e de prejuízo certo para quem nelas quer aprender. Direi neste ponto e do plano destas Cartas o que de sua galante obra de *Guia de Casados* escrevia o nosso D. Francisco Manuel de Melo.

Do que li, do que vi, do que estudei, do que refleti em mim e nos outros, do que observei nos meios empregados e resultados obtidos de diversas educações, formei para mim um sistema, um encadeamento de idéias e princípios, que singela e chãmente exporei sem a linguagem hirsuta das cadeiras, sem presunções de originalidade, bem como sem servilismo de escola. Julgue-me razão reta e corações direitos, não me examinem sábios e grandes homens. De teorias sei pouco ou me esqueci delas, de autoridades não fiz cabedal, de escolas, não as tenho; e não quero glória nem renome que só fito a utilidade.

Educar um príncipe não é o mesmo que educar um simples cidadão; educar um príncipe que há de ser soberano é mais transcendente ainda; educar uma jovem princesa que por si e por seu direito próprio há de reinar, tresdobra de dificuldade: mas educar uma jovem rainha nas circunstâncias extraordinárias e únicas da nossa Augusta Soberana, uma soberana que já reina, que reina em tão calamitosos e difíceis tempos, na era em que vivemos, com os olhos dos reis e dos povos cravados todos sobre ela, é certamente das mais árduas empresas com que ainda se carregaram ombros humanos.

MODELO DAS PROVAS VESTIBULARES FINAIS

PORTUGUES

A — *Redação*

Valor: 50 pontos.

Extensão: 450 a 600 palavras.

Discorra sobre o seguinte tema:

«A verdadeira ciência nunca passará do andaime que o homem arma sobre aquilo que ele vê para tentar atingir aquilo que nunca poderá ver».

B — *Literatura*

1 — Faça o comentário crítico de *O Urugay*, situando a obra no respectivo período literário e apreciando-a como expressão do contexto cultural.

(Cerca de 200 palavras)

Valor: 10 pontos.

2 — Apoiado na leitura que fez do romance *A Selva*, teça considerações críticas que *avaliem e comprovem a justeza*, ou não, do julgamento abaixo transcrito:

«Apesar de termos conhecido grandes escritores, que aqui conviveram, escrevendo páginas maravilhosas sobre o Amazonas, nenhum dos muitos, dos muitíssimos livros publicados sobre esta vida reuniu todos os seus motivos de encantamento, as suas torturas, as angústias e mágoas, como esse romance do escritor português que é a crônica sincera e palpitante da sua realidade.

É o romance do Amazonas, o poema de suas belezas, o cântico das tristezas profundas, que lhe transfiguram a fisionomia, enchendo a floresta de uma esquisita animação de sombras e fulgurações».

(Cerca de 250 palavras)

Valor: 15 pontos.

Mas estas gradações progressivas, estas distinções crescentes na complicação do alto objeto de que se trata, não tiram que as bases da geral educação não sejam as mesmas para todos os entes racionais. Estas diversas circunstâncias restringem aqui, alargam acolá o círculo da educação, porém o círculo é o mesmo; nada lhe varia a forma, nada lhe altera a essência. A educação é uma só: o sexo, a posição social, os destinos futuros do educando a modificam de mil modos, mas sua natureza permanece a mesma. Não podemos portanto tratar imediatamente da educação de uma jovem princesa sem falar primeiro da educação em geral: não se conhece bem a espécie sem primeiro conhecer o gênero. E, se é lícito seguir na metáfora zoológica ou botânica, temos forçosamente de vir da classe ao gênero, do gênero à espécie, da espécie enfim à variedade.

O fim geral da educação é fazer um membro útil e feliz da sociedade. O objeto da educação é formar o corpo, o coração, e o espírito do educando.

Daqui as três divisões naturais de educação física, moral e intelectual. Fazem-se estas divisões para clareza da matéria e facilidade do plano de educador, porque as não fez a natureza nem as comporta a prática. Todas três estão ligadas, são objetos que juntos se devem obter, em que ao mesmo tempo se deve trabalhar, e que sem mútua destruição de todos se não podem separar. Como a carroça que uma só quadriga modera, que a um único ponto se dirige, e que simultaneamente tirada por três ginetes, jamais chegaria ao ponto dado, nem se moveria para ele a distância de uma linha, se cada um dos três ginetes puxasse descontrado, e não fossem uniformes seus — todavia distintos — movimentos.

Um mau corpo, mal formado e doentio, com mau estômago e maus nervos, raro e quase impossivelmente terá um coração bem formado, forte, aberto, generoso. Com maus nervos e mau coração, mau há de ser o cérebro. E vice-versa, o mau coração desarranjará tarde ou cedo a flexibilidade e *justa tensão* dos nervos, e a perfeição do cérebro, — e o cérebro a um deles e a todos; e mútua e simultaneamente assim.

Não é preciso fazer gala de leitura de Cabanis nem adotar seus princípios perigosos, ou ser Helveciano, ou fazer seita enfim com qualquer dos suspeitos de materialismo para entender e receber esta teoria simples, que não é mais do que o resultado experimental do que todos os dias se vê, do que todos os dias nos mete pelos olhos a observação constante e a inalterável ordem das coisas.

Sem as separar nem dividir pois, já que inseparáveis e indivisíveis são, distinguiremos para clareza e facilidade, as três educa-

ções: física ou do corpo, — moral ou do coração, — intelectual ou do espírito.

Disse, e não me canso de repetir que a educação física, a moral e a intelectual são conexas e inseparáveis. Mas pela ordem natural da divisão, segue a do coração à do corpo.

A educação intelectual ou do espírito subdivide-se em necessária, útil e de ornamento; e as linhas divisórias que marcam as raias destas três províncias variam de posição segundo varia o sexo, a aptidão, o estado, os destinos futuros do educando. Porém a educação moral é uma e a mesma, e apenas sujeita a certas modificações que o sexo e a posição social requerem.

Não sei se me engano, mas parece-me que a educação moral se podia reduzir, tanto em teoria como em prática, a um único princípio. — Explico-me. Eu quisera que como base de toda a moral se estabelecesse e firmasse no coração do educando uma única virtude primordial em que todas as outras se contivessem e da qual ele formasse uma noção perfeita e clara. Esta virtude não pode ser senão a *Justiça*. Justiça é tudo, Justiça é as virtudes todas, Justiça é religião, Justiça é caridade, Justiça é sociabilidade, é respeito às leis, é lealdade, é honra, — é tudo enfim. Acaso parecerá absurda esta proposição assim enunciada e seca. Medite-mo-la, desenvolvamo-la e apliquemo-la; talvez o não pareça então.

Para que se educa um ente racional? Em relação à natureza, para *filho, esposo e pai*; — em relação à sociedade civil e ao Estado, para *cidadão, súdito ou soberano*; — em relação a Deus, para *religioso*, determinadamente nós para *cristão*.

Trata-se de um Soberano, de um príncipe que o há de ser? — É fácil a inversão. O Soberano não é súdito, mas é cidadão. Como cidadão, os deveres do príncipe são os mesmos — porém mais extensos, mais fortes, mais amplos, mais obrigatórios, mais diretamente nascidos da justiça; porque de mais forçosa justiça é o retribuir à sociedade favores e gozos mais amplos, e confiança e honra, e elevação maior e sem par. Como soberano, os deveres do príncipe, esses estão absolutamente na justiça, única, inteiramente na justiça. É justiça governar segundo as leis, justiça respeitá-las e fazê-las respeitar, promover o bem público, e o particular de cada indivíduo, justiça até ser indulgente quando convém à causa pública, magnânimo quando ela não é lesada. Pois que maior *justiça* do que ser indulgente com homens governados o homem que governa e que, só porque é *homem*, a todos os momentos carecerá da deles para que o respeitem, o amem e o honrem apesar de seus defeitos e misérias, porque como a *homem* lhe não faltarão! — e nem toda a púrpura e arminhos do manto real as podem sempre e eficazmente encobrir».

FRANÇES

1ère Partie — Redaction

Valeur: 50 points

Minimum: 400 mots

«S'il fallait définir moralement notre temps, on serait tenté de dire: c'est celui où les hommes au coeur pur passent le plus facilement de l'utopie au nihilisme. Certains deviennent ainsi des traîtres, d'autres des héros. Mais ce sont souvent les mêmes.»

Commentez cette affirmation de Georges Henein et donnez, en la justifiant, une définition personnelle de notre époque..

2ème Partie — Thème

Valeur: 35 points

Traduire en français

LEMBRANÇA DE MEU PAI

«Entre duas irmãs, dois cunhados e o marido, todos escritores, pode parecer ousadia que também eu venha prestar homenagem à memória de meu Pai. Não quero, porém, esquivar-me de lhe trazer uma palavra de respeito e admiração.

Torna-se ainda mais difícil esse depoimento porque quase não conheci meu Pai. Quando adoeceu, eu tinha dois anos e seu longo calvário encerrou-se quando contava apenas sete. A imagem física que me ficou dele é a de um homem sempre sentado em uma cadeira de rodas, a quem o alimento era dado na boca, que se exprimia indicando com os olhos as letras de um alfabeto aproveitado de um jogo meu e cuja única distração era olhar da sacada o movimento e a beleza da praia de Botafogo, onde morávamos.

Talvez mesmo essa recordação seja mais alimentada pelos relatos ouvidos posteriormente do que propriamente provinda do que vi e presenciei. As lembranças da primeira infância se embaralham e confundem com o que a gente ouve depois e as histórias e recordações se misturam e interpenetram de tal modo que não se sabe mais o que foi fato lembrado e o que foi episódio contado depois e misteriosamente incorporado à memória.»

(Revista «Arte & Educação» — Dezembro 1971)

3ème Partie — Questions

Valeur: 15 points

«Si, une nuit, en regardant le ciel, on apercevait soudain deux ou plusieurs lunes, de quelle terreur panique ne serait-on pas saisi! On croirait venues la fin de la vie et la destruction du monde.

Quelle serait la source d'un tel effroi? — La rupture du règne de la causalité.

Rien en effet ne saurait être plus terrifiant que de voir rompu le règne de la causalité. La nature n'obéissant plus à des lois, l'ordre naturel s'effondre. Avec notre croyance en l'ordre naturel, s'effondre aussi notre confiance en la nature. Les causes de l'événement étant inconnues, ses suites deviennent imprévisibles; des lunes, des astres, pourraient se détacher du fond du ciel, rouler vers la terre, la menaçant d'anéantissement.

Cet événement, le plus effrayant qui puisse être, nous semble impossible, précisément parce que nous avons confiance en les lois de la nature. C'est le long travail de l'esprit, le travail scientifique, qui a enraciné en nous cette confiance dans la régularité et la stabilité de la nature ambiante.»

(Paul DIEL — «La Divinité»)

Après avoir lu attentivement le texte, répondez aux questions.

Questions

- I. Commencez la première phrase par: «Si, une nuit, en regardant le ciel, on aperçoit» et effectuez les transformations nécessaires.
- II. «De quelle terreur panique ne serait-on pas saisi!» Dans la phrase ci-dessus, remplacez «ON» par «ELLE» et effectuez les transformations nécessaires.
- III. «Quelle serait la source d'un tel effroi ?» Transformez cette phrase en remplaçant «La Source» par «LES MOTIFS» et «EFFROI» par «CRAINTES».
- IV. «Rien ne saurait être plus terrifiant» Employez une autre forme verbale à la place de «Savoir être» mais en conservant à la phrase le même sens.
- V. «La nature n'obéissant plus à des lois, l'ordre naturel s'effondre» Transformez la phrase ci-dessus pour exprimer le rapport de causalité à l'aide de la conjonction COMME.

- VI. D'après le texte, dites quelle serait la réaction de celui qui constaterait brutalement un bouleversement dans l'ordre des astres.
- VII. Pourquoi est-il terrifiant de voir rompu le règne de la causalité?
- VIII. D'où vient notre confiance en les lois de la nature? (D'après le texte).

INGLES

Part I — Composition

Value: 50 marks

Discuss the following subject in a composition of not less than 400 words:

«The determining force in international relations is, of course, fear».

Part II — Translation

Value: 35 marks

Um dos amigos da cultura brasileira, Jean-Michel Massa, assumiu a tarefa penosa, mas necessária, de recompor a juventude de Machado de Assis. Apesar de suas quase 700 páginas, o livro não é uma biografia convencional, ligada mais ao homem que à obra, pois o nosso grande escritor primou pela discrição, sobretudo na maturidade, e, além disso, cultivamos do passado apenas o vício de não saber preservá-lo: coleções, arquivos e documentos esparsos desaparecem com rapidez na voragem de um desprezo ou de uma negligência quase ostensivos.

É inegável, ao primeiro exame, a importância do livro. Se outros méritos lhe faltassem, sobraria sempre o caráter pioneiro. Apesar de toda a vasta bibliografia sobre Machado, persiste em sua vida de homem e de escritor um espaço relativamente vazio, que é o de sua juventude. A crítica procurou ocupá-lo, e como lhe escasseassem informações, ou lhe faltasse esforço de pesquisa, criou alguns mitos. Em função desses mitos juvenis o escritor tem sido julgado até hoje. Nos últimos 10 ou 20 anos a atitude inver-teu-se: a crítica passou a concentrar-se nas obras de maturidade, a partir das «Memórias Póstumas de Brás Cubas», incorrendo na deformação de querer explicar o homem através da obra. «Em lugar de escutar o que a obra tinha a dizer, obrigaram-na a falar», anota Massa.

Salvo algumas crônicas e críticas, a produção de Machado de Assis referente à sua juventude tende a ser considerada de

somenos importância. Esta primeira parte de sua carreira prestou-se a muitas hipóteses e interpretações malévolas. Houve quem recorresse até mesmo à Psicanálise. Não admira, portanto, que o pesquisador Jean-Michel Massa fosse atraído para esse fenômeno e desejasse verificar até que ponto a juventude de Machado pesou na sua evolução intelectual.

Hélio Pólvoira: O Jovem Machado

(Jornal do Brasil, 23/2/72).

Parte III — Text Questions

Value: 15 marks

Answer the questions when you have read the text carefully.

One of the side-effects of the increasing bankruptcy of the film industry has been its correspondingly increasing reliance on pop to bail it out. Perhaps the marriage was inevitable, since the singable and trusty theme song, whether relevant or not, became,

- 5 almost from the first, an essential ingredient of the commercially successful movie. It's only a short logical step from that fantasy to the belief that maybe the pop theme song is more important than the film itself. The soundtrack record from the film «Easy Rider», for example,
- 10 which mostly consisted of oldies and not so goldies, very nearly outgrossed the film itself, and many suspected that a great number of the songs had been plastered on as an afterthought in the hope of rescuing what was then thought to be an otherwise dubious commercial property. Certainly in terms of financing films, the wheel really
- 15 has gone full circle, in that prohibitively expensive movies are now partly paid for by record advances handed over to the film company by pop impresarios. Such a system suits both the film's producer, whose capital outlay on the record is nil, and the pop star, for whom the film is
- 20 a gigantic slice of free advertising. Conversely it sometimes happens that music written specially for a film is vetoed by the producer because it won't fill up two sides of an L.P.

Tony Palmer: Soundtrack Salvation

(The Observer, 30/1/72).

1. Express the sense of the following as simply as you can, using your own words and making it quite clear what is meant in the context.

- a) relevant (line 4)
- b) oldies and not so goldies (line 10)
- c) very nearly outgrossed the film itself (lines 10-11)
- d) whose capital outlay on the record is nil (line 18-19)

2. It is clear from the passage that, essentially, the author thinks one of the following statements is true. Which one? (Mark with an X)

- a) The film industry depends on pop music. ()
- b) Pop music depends on the film industry. ()
- c) Pop music and the film industry depend equally on each other. ()

Rewrite the final sentence of the passage to keep the full sense of it. Begin as shown, but otherwise make as few changes as possible in the words of the original.

Conversely, unless music

GEOGRAFIA

Parte A — Dissertação

A Amazônia brasileira: seus problemas geo-econômicos e perspectivas de desenvolvimento.

Valor: Roteiro: 5 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Parte B — Questões

1. Assinale as principais razões e características da urbanização no mundo contemporâneo.

Valor: 20 pontos

2. Caracterize a agricultura de especulação e explique as razões de sua mobilidade espacial na superfície da Terra.

Valor: 20 pontos

3. Aponte as formas tradicionais e modernas da organização do espaço na África do Norte.

Valor: 20 pontos

Nota: vinte (20) linhas para cada pergunta.

HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A — Dissertação

Causas da expansão marítima portuguesa.

Valor: 40 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Roteiro: 5 pontos

Parte B — Questões

- 1. A Carta Constitucional de 1824.
- 2. A extinção do tráfico negreiro.
- 3. O Governo Provisório da Primeira República.

Valor: 20 pontos cada questão

Limite: 20 linhas aproximadamente, cada item.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte — Dissertação

A evolução política dos Estados Unidos, da declaração da Independência até o fim do século XIX.

Valor: 40 pontos

Desenvolvimento: 35 pontos

Roteiro: 5 pontos

2ª Parte — Questões

- a) Principais aspectos da organização interna da França entre 1830 e 1852: I) a Monarquia de julho; II) a Segunda República.
- b) O plano Marshall: I) características e resultados; II) a reação soviética e seus aspectos.

Valor: 30 pontos para cada item.

Extensão: 15 linhas, aproximadamente, para cada item.

DIREITO

1ª Parte — Dissertação

Os Tratados e a sua incorporação ao direito interno.

Valor: 40 pontos

Extensão: 60 linhas

2ª Parte — Questões

- 1ª) Abuso do direito e sua condenação: regras que vigoram entre nós.
- 2ª) Quais as principais características das sociedades anônimas?
- 3ª) Conceito de cheque e de duplicata.
- 4ª) Conceito de navio.

Valor: 15 pontos cada questão.

PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA (*)

PORTUGUES

A prova de Português terá a duração de três horas e constará das seguintes partes:

A) *Redação* sobre tema da atualidade, com a extensão de 250 a 300 palavras. Objetiva apurar a capacidade de expressão clara e correta do candidato e seu grau de maturidade, através de interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

B) *Questões Objetivas* destinadas a medir a capacidade de compressão do candidato e seu domínio prático dos recursos gramaticais de expressão.

Gramática

- 1) *Fonética*: Distinção entre fonema e letra. Prosódia e ortoepia. Fonética sintática.
- 2) *Morfologia*: Flexão nominal e verbal. A estrutura e a formação das palavras portuguesas.
- 3) *Sintaxe e Estilística*: Concordância nominal e verbal. Regência. Figuras de sintaxe. Sintaxe de colocação. Emprego dos modos e dos tempos verbais.
- 4) *Semântica*: Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado: comparação, imagem e metáfora; metonímia e sinédoque.
- 5) *Versificação*: Principais tipos de versos portugueses: O ritmo do verso. Prosa e verso. O verso livre.

(*) Provas de Seleção Prévia relativas ao Exame Vestibular realizado entre novembro de 1972 e março de 1973.

- 6) *História da Língua*: O caráter românico da língua portuguesa evidenciado através de sua evolução: latim clássico e latim vulgar; principais mudanças fonéticas; a ação da analogia. A formação do léxico português; vocábulos populares e eruditos. Principais caracteres do português do Brasil.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas de Francês e Inglês terão, cada uma, a duração de duas horas e meia e constarão de três partes:

- A) Redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de aproximadamente 250 palavras.
- B) Versão de um texto em português corrente.
- C) Questões Objetivas sobre formas sintáticas correntes.

Observações: Na correção da redação e da versão serão levados em conta principalmente: a riqueza e a precisão do vocabulário; o correto emprego dos verbos; ortografia, concordância; a riqueza e a correção das formas sintáticas; a correção no uso das preposições; a frequência e a correção do emprego de palavras de ligação lógica que não sejam *et, ou, mais e and, or, but*; a capacidade de desenvolver e expor corretamente as idéias apresentadas.

MODELO DAS PROVAS DE SELEÇÃO PRÉVIA

PORTUGUÊS

Esta prova terá a duração de três horas e constará de duas partes:

- A — Redação
- B — Questões Objetivas

Parte A — Redação

Tecer considerações sobre o conagraçamento do Brasil e países da África tendo em mira seus interesses políticos, humanos e econômicos.

Observação — Esta redação deverá ter a extensão de 200 a 250 palavras. Tem como finalidade essencial aferir a capacidade de expressão clara e correta em língua portuguesa. Destina-se também a apurar o grau de maturidade do candidato através da interpretação pessoal do tema. Não pretende verificar conhecimento técnico especializado.

Parte B — Questões Objetivas

1. Escreva entre os parênteses a palavra sinônima, cabível na frase, dos termos sublinhados:

O desconhecido () entrou e sentou-se.
 Era um tipo comum, mas o que havia nele de particular era a gordura (). Não era desmedida ou grotesca (), mas tinha um aspecto desonesto ().

2. Escreva entre os parênteses a palavra antônima do termo sublinhado:

peessoa suspicaz ()
vaticínio extemporâneo ()
 assomar ao longe ()
fervor cristão ()

3. Transcreva as palavras cuja grafia ou acentuação estejam erradas:

| | |
|-------------------|-----------------|
| sugeitar | sossegado |
| deshumano | estóico |
| ogeriza | pretensão |
| consciência | gratuito |
| paralisar | erva |
| tribo | pêssego |
| defesa | cedição |
| réis | págem |
| gorjeta | crânio |
| após | consulesa |

4. Numere convenientemente a coluna da esquerda de acordo com a idéia que os prefixos acrescentam a cada palavra:

| | |
|-----------------|------------------|
| () distrofia | 1. separação |
| () diagnóstico | 2. privação |
| () parônimo | 3. repetição |
| () deslindar | 4. através |
| | 5. perfeição |
| | 6. abaixo |
| | 7. para dentro |
| | 8. proximidade |
| | 9. para a frente |
| | 10. dificuldade |

- d) Se todos fossem justos, não _____
(*dever haver, futuro do pretérito*)
rêus e criminosos.
- e) _____ mal durante a festa todos os
(*haver-se, futuro do pretérito*)
meninos? — era o temor dos pais.
- f) _____ lugares reservados
(*Ter de haver, presente do indicativo*)
para os visitantes.

13. Dê nova redação às frases abaixo, passando os verbos de voz ativa para a voz passiva e *vice-versa*:

- a) Espera-se que a parte requererá mandado de segurança.
- b) Se forem admitidos novos funcionários, breve se concluirá a obra.
- c) Consta que os trabalhos teriam sido terminados pelo próprio engenheiro que, assim, liquidou todos os compromissos.
- d) Com grandes gestos de agradecimento, Carlos despediu os festeiros que foram anunciar a festa nos jornais.

14. Assinale com um (X), dentro dos parênteses, as frases corretas nos grupos abaixo:

- a) () — Prefiro mais um livro do que um brinquedo.
() — Prefiro um livro do que um brinquedo.
() — Prefiro mais um livro que a um brinquedo.
() — Prefiro um livro a um brinquedo.
() — A um brinquedo prefiro mais um livro.
- b) () — Indenizaram-lhe de todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lhe todos os prejuízos, mas não o perdoaram o crime.
() — Indenizaram-no de todos os prejuízos, mas lhe não perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lhe por todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.
() — Indenizaram-lo de todos os prejuízos, mas não lhe perdoaram o crime.
- c) () — Dera cumprimento os seus deveres, por isso o investiram nas funções de chefe.

- () — Dera cumprimento de seus deveres, por isso o investiram as funções de chefe.
 - () — Dera cumprimento a seus deveres, por isso lhe investiram as funções de chefe.
 - () — Dera cumprimento a seus deveres, por isso lhe investiram nas funções de chefe.
 - () — Dera cumprimento aos seus deveres, por isso o investiram das funções de chefe.
- d) () — Trata-se de leis que devemos obedecer.
() — Tratam-se leis de que devemos obedecer.
() — Trata-se de leis à que devemos obedecer.
() — Trata-se sobre leis as quais devemos obedecer.
() — Trata-se de leis a que devemos obedecer.

15. Complete as frases abaixo com o pronome relativo conveniente, fazendo-o, quando necessário, precedido da preposição adequada:

- a) A saúde é um bem, todos os outros de nada servem.
- b) Belo o espetáculo êxito nos encantou.
- c) É muito raro reconciliarmo-nos nos feriu o amor próprio.
- d) Muito aplaudida a conferência tema todos nos interessamos.
- e) As leis do Estado, se referiu o magistrado, continuam vigendo.
- f) Fácil a prova apuração se procedeu sem perda de tempo.

16. Faça a escansão dos versos abaixo, sublinhando as sílabas rítmicas:

- a) Meu ser evaporei na lida insana
- b) Era uma mosca azul, asas de ouro e granada
- c) Filha da China ou do Indostão
- d) Arroja-te às ondas, oh! duro gigante

17. Complete o trecho abaixo com os termos cabíveis e responda à pergunta final:

Provindos das formas românicas e os vocábulos portugueses *disse* e *ânsia*, um tem *ss*, outro *s*. A diferença é gráfica ou fonética?
Resposta

18. Complete com os termos próprios o trecho abaixo:
 Procedente de *vitta* — e de *vita* —, do latim
 temos em português, respectivamente, *beta* e
 Isto porque, no primeiro caso, as consoantes se
 simplificam, enquanto, no segundo caso, a consoante
t intervocálica
19. Indique três diferenças de pronúncia entre os falares brasi-
 leiro e português, exemplificando cada caso com um vocábulo.
20. A língua portuguesa possui uma forma verbal que não se
 encontra em nenhuma das modernas línguas neolatinas:

FRANÇES

L'épreuve durera deux heures et demie et sera composée de trois parties:

- A) Rédaction;
- B) Thème;
- C) Questions gramaticales.

Partie A — Redaction

Comment le Brésil peut-il concilier la protection de l'environnement avec les impératifs de son développement?

La rédaction devra être écrite en 250 mots approximativement.

Partie B — Thème

Todas as pesquisas sociais são feitas na esperança de se encontrar um remanescente do «homem de bem». Toda sociedade humana gravita em torno de um certo tipo de gente que é sempre considerada como seu modelo. Estes modelos, morais e socialmente dirigentes, se renovavam através dos séculos e se multiplicavam por uma relação assídua e cotidiana.

Nos últimos 100 anos foram substituídos por uma nova classe dirigente, sem exemplo na História. Podemos assinalar os seus arautos ainda no século XVIII. Foi aí que a vida humana passou a ser dominada por uma nova aristocracia: os intelectuais, que não cessam de renascer sob as formas mais diversas. Escritores, jornalistas, artistas, sábios, pensadores, todos os identificados por Thibaudet na sua República de Professores, e que hoje estão colocados como tecnocratas no campo da política, da informação, das

relações sociais, da economia, da religião, todos, ou quase todos impondo ao homem contemporâneo suas mensagens, mandamentos, instruções, diretivas e consignas. Consideram-se investidos de uma missão: mudar as idéias e os gostos, impor uma nova concepção do mundo, fazer surgir da alquimia da evolução ou da magia da revolução um homem novo, uma nova sociedade.

(Nuno Veloso — Jornal do Brasil
9 de setembro de 1972).

Partie C — Questions Gramaticales

- 1) Transformez chacune des phrases suivantes en les commençant comme indiqué:
- Ils n'auront sans doute pas besoin de faire renouveler leur passeport.
 Sans doute
 - Il a peut-être entendu dire qu'il était trop tard pour s'inscrire.
 Peut-être
 - Le spectacle venait à peine de commencer qu'il a dû partir.
 À peine
- 2) Introduisez l'adverbe JAMAIS dans chacune des deux phrases suivantes.
- Ne vous est-il rien arrivé depuis que vous voyagez?
 - Promettez-moi de ne plus conduire aussi vite.
- 3) Transformez les phrases suivantes en les commençant comme indiqué.
- Si j'ai des capitaux à investir, j'achèterai des actions.
 Si j'avais
 - Si j'avais eu
 - Si la tenue de soirée est de rigueur, nous n'irons pas à l'Opéra ce soir.
 Si la tenue de soirée était
 - Si la tenue de soirée avait été
- 4) Répondez aux questions suivantes en utilisant un pronom à la place de chacun des termes soulignés.
- Avez-vous compris *la leçon*?
 Oui,
 - Où avez-vous pris *les enveloppes*?
 Je
 - Lui avez-vous donné *cette machine à écrire*?
 Oui,

V. Composez une phrase complète utilisant chacune des expressions suivantes: .

- AVANT QUE
- APRÈS QUE
- À MOINS QUE

INGLÈS

This test lasts for 2 1/2 hours, and consists of three parts:

- A) Composition;
- B) Translation;
- C) Questions on grammar and structure.

Part A — Composition

Write on the following subject:

Are educated people happier than primitive ones?

The composition should be about 250 words in length.

Part B — Translation

Sete países da Europa foram atingidos pelas chuvas, tempestades de neve e ventos que em dois dias já mataram pelo menos 63 pessoas e deixaram centenas de feridos e desabrigados.

O maior número de vítimas foi registrado na Alemanha Ocidental, onde 33 pessoas morreram em consequência de inundações, desabamentos de telhados e queda de árvores.

Nas montanhas a Leste da França, máquinas limpadoras de neve abriram caminho para diversas ambulâncias, a fim de que fossem resgatadas 26 crianças que ficaram presas durante 24 horas em uma cabana sem calefação.

Na Irlanda do Sul, todas as forças de segurança foram mobilizadas para enfrentar a pior inundação do país em dez anos. Inglaterra, Holanda e Bélgica foram os outros países atingidos, com um número reduzido de vítimas, porém com grandes danos materiais.

Ventos de 150 quilômetros por hora impediram a partida de navios nos portos do Atlântico e do canal da Mancha. No porto de Rotterdam, na Holanda, os ventos derrubaram guindastes e danificaram diversos navios.

Jornal do Brasil, 15/11/72.

Part C — Questions on Grammar and Structure

- I) Put in «a» or «the» in the spaces where necessary. Where neither «a» nor «the» is necessary, put the sign Ø.
1. _____ men, who lack wings, cannot fly. Nor can they swim, or run very fast.
 2. _____ Beethoven's music is considered to be among the greatest in the world.
 3. What kind of film do _____ most people like to see?
 4. I have studied _____ American literature for several years now.
 5. We have called _____ police, and now we are waiting!
- II) Put in the correct word or phrase from among those given below each sentence.
6. He was not a brilliant thinker. He was, _____, a very patient one.
 - (a) on the contrary
 - (b) yet
 - (c) on the other hand
 - (d) although
 - (e) besides
 7. _____ many attempts he remained unable to decipher the documents.
 - (a) lest
 - (b) despite
 - (c) although
 - (d) however
 - (e) though
 8. _____ loud he shouted, nobody took any notice of him.
 - (a) however
 - (b) lest
 - (c) nevertheless
 - (d) whether
 - (e) anyway

9. He held on tight, gripping the rope with both hands,
_____ he should fall and hurt himself.

- (a) nevertheless
- (b) despite
- (c) lest
- (d) however
- (e) in any case

10. I can't afford this book. _____ it's too difficult
for me to understand.

- (a) However
- (b) Anyway
- (c) Although
- (d) On the other hand
- (e) Lest

III) Rewrite the following quotations, beginning as shown and
continuing as in the example (i. e. reporting what is said).

Ex. «It's raining».
He said *that it was raining*.

- 11. «Shall I take the book with me or may I leave it with
you?»
She asked me _____
- 12. «Nobody should have difficulty with this easy question».
He said _____
- 13. «Somebody must have broken my watch».
He said _____
- 14. «Don't waste your time. It's getting late.»
He told us _____
- 15. «Does «ouro» mean «gold»?»
I asked him _____

IV) Put a dash (—) for each syllable of the following words,
and mark the *stressed* syllable with a stroke (/), as in the
following examples:

doctor —/— —
America — —/— — —

- 16. exchanges
- 17. development
- 18. reproduced
- 19. separating
- 20. independence

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

1º ANO

PORTUGUÊS

(1º e 2º Ano)

A cadeira de Português não se regeu pelo sistema de aulas.
Foi realizado um controle sistemático do conhecimento da *língua*
através da apreciação, sob os aspectos gramaticais e estilísticos,
das provas e trabalhos escolares de outras matérias.

FRANCÊS E INGLÊS

(1º e 2º Ano)

Objetivos:

Conseguir que cada aluno:

- a) compreenda perfeitamente exposições e textos em francês
e inglês sobre:
política
política internacional
direito internacional
economia
cultura geral: filosofia, sociologia, história, arte, etc.;
- b) possa verter para essas línguas, de modo claro e preciso,
textos em português sobre os temas acima mencionados;
- c) possa expressar-se sobre os mesmos temas, de modo claro
e preciso, nos referidos idiomas;
- d) conheça as normas básicas de correspondência epistolar
e protocolar nas línguas francesa e inglesa.

Métodos:

— Utilização de textos variados referentes ao maior número
possível de assuntos.

— Coordenação com outras matérias ensinadas no Instituto Rio-Branco.

Prática de exercícios tais como:

- Sumário de exposições
- Sumário de leituras
- versão
- exposição
- debate
- redação de correspondência.

— Os pontos de gramática serão estudados unicamente a título corretivo: não se fará estudo sistemático e serão apenas sanadas as deficiências demonstradas no decorrer dos exercícios práticos acima mencionados.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

I — *A Herança de Portugal*

1. Bulas, Papéis e Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, até meados do século XVIII.
2. Do Tratado de Madrid ao de Badajoz.
3. A política exterior de D. João VI no Brasil: A Cisplatina e Caiena. Tratados.

II — *O Brasil e o Mundo*

1. O reconhecimento da Independência.
2. O Brasil na política internacional, da Independência à Primeira Guerra Mundial.
3. O Brasil, do Tratado de Versalhes à Segunda Guerra Mundial.
4. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
5. O Brasil e a ONU.

III — *O Brasil e a América do Sul*

1. *O Brasil e as nações platinas*
 - 1.1 Evolução histórica do Rio da Prata e Paraguai.
 - 1.2 Relações do Brasil com as nações platinas.
 - 1.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.
2. *O Brasil e as nações andinas*
 - 2.1 Evolução histórica da área andina.
 - 2.2 Relações do Brasil com as nações andinas.
 - 2.3 Limites e fronteiras. Tratados e demarcações.

3. *O Brasil e as nações setentrionais da América do Sul*

- 3.1 Evolução histórica do Norte da América do Sul (Colômbia, Venezuela e Guianas).
- 3.2 Relações do Brasil com a Colômbia e Venezuela.
- 3.3 Limites e fronteiras com a Colômbia, Venezuela e Guianas. Tratados e demarcações.

IV — *O Brasil e a América do Norte e Central*

1. *O Brasil e os EE. UU.*

- 1.1 Evolução histórica dos EE. UU.
- 1.2 Relações do Brasil com os EE. UU. (1822-1950). Tratados.

2. *O Brasil e o México*

- 2.1 Evolução histórica do México.
- 2.2 Relações do Brasil com o México. Tratados.

3. *O Brasil e a América Central e Antilhana*

- 3.1 Evolução histórica da América Central.
- 3.2 Relações do Brasil com a América Central. Tratados.
- 3.3 Evolução histórica das Antilhas.
- 3.4 Relações do Brasil com as nações antilhanas. Tratados.

V — *O Brasil e o Pan-Americanismo*

1. O Pan-americanismo, do Congresso de Panamá à OEA. As conferências pan-americanas.
2. O Brasil e o Pan-americanismo; participação nas conferências pan-americanas e na OEA.

GEOGRAFIA POLITICA

1 — *Geografia e Política*

- 1.1 — Natureza, objeto e método da geografia.
- 1.2 — Utilidade do método geográfico para o estudo das Relações Internacionais.
- 1.3 — Fundamentos geográficos do Poder.
- 1.4 — Geografia Política e Geopolítica.
- 1.5 — Concepções geográficas — O Poder Terrestre.
- 1.6 — Concepções geográficas — O Poder Marítimo e o Poder aéreo.

- 1.7 — Regiões geoestratégicas e regiões geopolíticas.
- 1.8 — «Centros» e «periferias» do mundo contemporâneo.
- 2 — *Características e potencialidade do espaço: o Brasil na América Latina.*
 - 2.1 — América Latina, posição no mundo contemporâneo, características formais do espaço: dimensão, forma e fronteiras.
 - 2.2 — O potencial natural da América Latina.
 - 2.3 — Etapas de organização do espaço na América Latina.
 - 2.4 — A capacidade produtiva da América Latina: o potencial humano.
 - 2.5 — A capacidade produtiva da América Latina: organização industrial.
 - 2.6 — A capacidade produtiva da América Latina: processo de urbanização.
 - 2.7 — A capacidade produtiva da América Latina: organização agrária.
 - 2.8 — A capacidade produtiva da América Latina: padrões de transporte e de comércio.
 - 2.9 — A diversidade regional na América Latina.
 - 2.10 — A estrutura espacial da América Latina; disparidades regionais e integração nacional e continental.

PENSAMENTO POLÍTICO CONTEMPORANEO

1. O pensamento realista em política. «Realpolitik» e razão de Estado.
2. Dialética e nacionalismo.
3. As raízes da democracia.
4. As fontes do marxismo.
5. O pensamento liberal.
6. A interrelação entre fatores ideais e reais e a sociologia política.
7. A «revisão leninista».
8. O papel das ideologias e a sociologia do conhecimento.
9. As teorias elitistas do poder.
10. A aplicação dos novos instrumentos científicos e tecnológicos ao estudo da política.

ECONOMIA

1.º Período

I — O Funcionamento do Sistema Econômico

A produção, o consumo, a circulação e a repartição. A divisão do trabalho e os fatores de produção. O funcionamento do sistema de mercado. A poupança e o investimento. As possibilidades de produção e a noção de custo alternativo. O papel do Governo.

II — Análise Microeconômica

1. Estruturas de mercado. O consumo, a produção, mercados de produtos e de fatores. Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística.
2. Teoria do Consumidor:
 - 2.1. A procura de bens de consumo. O conceito de utilidade e de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. Efeitos renda e preço. O conceito de elasticidade.
 - 2.2. A procura de bens duráveis de consumo. A demanda de expansão e de reposição. O princípio de aceleração.
3. Teoria da Produção:
 - 3.1. Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. As curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementaridade e substituição.
 - 3.2. As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e de longo prazo. A curva de oferta da firma.
4. A Formação dos Preços dos Bens:
 - 4.1. A formação dos preços em concorrência perfeita. A oferta e a procura. Equilíbrio instantâneo, a curto e a longo prazo.
 - 4.2. Eficiência econômica e concorrência perfeita. O conceito de eficiência de Pareto.
 - 4.3. Aplicações da teoria da concorrência. Efeitos de impostos. As oscilações tipo «teia de

aranha» na agricultura. Preços mínimos e controles de preços.

- 4.4. A formação de preços em regime de monopólio. Distorções típicas. Os monopólios naturais. Intervenção do Governo e controle de preços. Discriminação de preços e outras práticas.
- 4.5. O oligopólio e a concorrência monopolística.
- 4.6. Estruturas monopolísticas. O acesso financeiro pelos trustes e holdings. Cartéis. Legislação antitruste. Legislação brasileira contra abusos do poder econômico.
5. Preços dos Fatores de Produção:
 - 5.1. A procura de matérias primas, bens intermediários e bens de capital. A noção de procura derivada.
 - 5.2. Salários concorrenciais. O princípio da produtividade marginal. Os efeitos da acumulação de capital e do progresso tecnológico. Diferenças salariais e equilíbrio do mercado de trabalho. A interferência institucional do salário mínimo. A negociação coletiva.
 - 5.3. Juro e Capital. Produtividade de capital. Equilíbrio do investimento. A teoria do juro.
 - 5.4. Lucros e riscos. O lucro como remuneração do risco. O lucro como remuneração implícita dos fatores de produção.
 - 5.5. A renda da terra. A teoria de Ricardo.
6. Revisão da formação de preços. Análise de equilíbrio geral. Maximização do bem-estar social.

2.º Período

I — Contabilidade Nacional

- 1 — Noções básicas de Contabilidade Nacional. Produto, Renda e Despesa.
- 2 — Sistemas de Contas Nacionais.
 - 2.1. Economia fechada sem governo.
 - 2.2. Economia fechada com governo.
 - 3.3. Economia aberta com governo.
- 3 — Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
- 4 — Medição do crescimento econômico. Índice do produto real e do produto real *per capita*.
- 5 — Sistema de Leontief. Sistema de fluxos financeiros.

II — Moeda e Política Monetária

- 1 — Funções e tipos de moeda. O conceito de meios de pagamentos.
- 2 — O papel dos bancos na criação de moeda.
- 3 — Bancos Centrais.
- 4 — Estrutura do sistema monetário no Brasil.
- 5 — Exame das contas monetárias no Brasil.
- 6 — Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios, etc.

III — Análise Macroeconômica

- 1 — Introdução.
- 2 — Teoria Néo-clássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1. Lei de Say.
 - 2.2. Função de produção a curto prazo.
 - 2.3. Mercado de trabalho.
 - 2.4. Teoria quantitativa da moeda.
 - 2.5. Modelo não-clássico simplificado.
 - 2.6. Mecanismo cumulativo de Wicksell.
 - 2.7. Modelo neo-clássico completo.
- 3 — Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 3.1. Fundamentos da teoria keynesiana. Tipos de desemprego.
 - 3.2. Princípio da demanda efetiva. Funções. Consumo e poupança. Propensão marginal a consumir e a poupar.
 - 3.3. Teoria de preferência pela liquidez.
 - 3.4. Modelo keynesiano simplificado. Multiplicador.
 - 3.5. Teoria keynesiana do investimento.
 - 3.6. Derivação gráfica das curvas IS e IM.
 - 3.7. Modelo keynesiano completo.
 - 3.8. Política anticíclica.

IV — Política Fiscal

- 1 — O papel do Governo no sistema econômico.
- 2 — Tipos de impostos. Impostos diretos e impostos indiretos. Progressividade e regressividade.
- 3 — Efeitos econômicos da tributação.
- 4 — Despesa pública. Classificação e efeitos.

- 5 — Orçamento público.
- 6 — Política fiscal anticíclica.
- 7 — Política fiscal para o desenvolvimento.

DIREITO COMERCIAL

- 1 — Estrutura e funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.
- 2 — Mercado de Capitais.
- 3 — Estímulo e incentivos fiscais às empresas e aos investidores.
- 4 — Constituição e funcionamento das sociedades anônimas. As sociedades estrangeiras.
- 5 — A arbitragem comercial.
- 6 — A compra e venda no comércio internacional.
- 7 — A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo. A cláusula de não indenizar ou de irresponsabilidade.
- 8 — Operações cambiais: importação, exportação.
- 9 — Repasses de empréstimos obtidos no Exterior. Empréstimos a filiais de empresas estrangeiras (Instrução n.º 289, da SUMOC).
- 10 — Empresas multinacionais. Fusão de empresas nacionais e estrangeiras. Aspectos jurídicos do mercado comum latino-americano.

Observações

- 1 — *Prática* — Serão discutidos, durante as aulas, casos práticos a fim de os ensinamentos teóricos serem convenientemente assimilados e resolvidas as hipóteses que normalmente ocorrem no exercício das funções da carreira diplomática.
- 2 — *Trabalhos de equipe* — Os alunos serão divididos em equipes, a fim de realizarem estudos conjunturais, versando temas de maior alcance prático-profissional.
- 3 — *Direito Comparado* — As referências à legislação e doutrina estrangeiras serão realizadas para familiarizar os alunos com a sistemática jurídica dos demais países.
- 4 — *Visitas* — Os setores da Administração Pública Federal ligados ao Comércio Exterior serão visitados, para iniciar os alunos no diálogo sobre os temas mais relevantes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

I — *Introdução — Princípios de Ciência Política*

1. O Fenômeno Político. A Ciência Política e as Ciências da Política: conteúdo.
2. Os métodos da Ciência Política. A observação direta extensiva e intensiva. Os métodos comparativos. A sistematização parcial e geral.
3. A vida política como sistema de comportamento. O isolamento e o «status» teórico dos sistemas.
4. As estruturas políticas contemporâneas: o hiato «ideologia-ação política». O controle do Estado, a participação popular e a política como realização de valores.

II — *Ciência Política Aplicada.*

1. Análise exemplificativa de modelos contemporâneos de ação política: o modelo Schreiber. Estudo do modelo brasileiro atual.
2. Constitucionalismo e vida política na América Latina: as fontes do poder e as instituições. Os fatores individuais e coletivos nos antagonismos políticos, na América Latina. A integração transnacional e o comportamento político latino-americano.
3. A vida política brasileira: tipologia social, instituições, usos e costumes. O constitucionalismo brasileiro no contexto político-institucional latino-americano.

III — *Direito Constitucional Brasileiro.*

1. A Constituição vigente: seus princípios fundamentais e sua posição no contexto do pensamento político contemporâneo. A concepção política e a instrumentação jurídica da segurança nacional.
2. A integração dos Poderes na Constituição Brasileira.
3. O processo legislativo.
4. O federalismo brasileiro.
5. Os partidos políticos.
6. O sistema tributário. Orçamentação e fiscalização financeira.
7. Direitos e garantias individuais.

2º ANO

PORTUGUES (*)

FRANÇES E INGLES (*)

POLÍTICA INTERNACIONAL

1º PERÍODO

I — *Introdução*

1. Política internacional. Conceito. Autonomia. Relações com demais ciências. Fontes. Sistemática.
2. Teorias contemporâneas sobre política internacional; idealismo e realismo; *power politics, behavioral approach*.
Teoria dos jogos.

II — *O Estado Nacional*

3. O Estado Nacional. Surgimento do Estado moderno. Formação de Estados.
4. Nação e nacionalidade. A doutrina das nacionalidades.
5. Autodeterminação.
6. Soberania.
7. Imperialismo. Colonialismo e neocolonialismo.

III — *O Poder Nacional*

8. O Poder Nacional. Os objetivos nacionais permanentes. Avaliação do Poder Nacional e dos objetivos nacionais.
9. A Segurança Nacional.
10. Elementos constitutivos do poder nacional. Os fatores geográficos. O território.
11. O mar. Largura do mar territorial. Aspectos político, econômico e jurídico.
12. Fatores demográficos. Composição étnica. Movimentos migratórios.
13. Recursos naturais.
14. Forças econômicas. O problema do desenvolvimento.

(*) Vide — 1º Ano — pág. 97.

15. Indústria e desenvolvimento tecnológico.
16. Fatores militares.
17. O elemento humano e o poder nacional. Psicologia dos dirigentes. Relações entre os dirigentes e o povo.
18. A diplomacia e o poder nacional.

IV — *Limitações ao Poder Nacional*

19. Limitações ao poder nacional na ordem interna e internacional.
20. Equilíbrio de poderes. Bipolarização do mundo. Alianças. Esferas de influências.
21. Neutralidade, neutralismo e neutralização.
22. Moral internacional e opinião pública mundial.
23. O direito internacional como limitação ao poder nacional.

V — *Diplomacia*

24. Política internacional e diplomacia. Conceito de diplomacia. Diplomacia bi e multilateral. Diplomacia parlamentar e diplomacia *ad-hoc*.
25. Evolução da instituição diplomática. Na Antiguidade, na Idade Média. A paz de Westfália e o Congresso de Viena de 1815.
26. Antiga e moderna diplomacia. A melhoria dos meios de comunicações e a diplomacia. Diplomacia e tecnologia.
27. A dinâmica diplomática e os órgãos de decisão nacional. Chefes de Estado. Chefes de Governo e Ministros das Relações Exteriores.
28. Planejamento da política exterior.
29. Diplomacia de prestígio e o cerimonial diplomático.
30. Atribuições diplomáticas.
31. A instituição consular.

VI — *Técnicas de Política Internacional*

32. Diplomacia e negociações diplomáticas. Pressão diplomática e militar.
33. Isolacionismo, neutralismo e neutralidade. Países não-alinhados.
34. Intervenção e não intervenção.
35. Técnica revolucionária. Terrorismo. Combate ao terrorismo. O problema no âmbito interamericano.
36. Propaganda e diplomacia pública.

VII — *Litígios Internacionais*

37. Soluções pacíficas de litígios internacionais. Meios diplomáticos.
38. Soluções jurídicas de litígios internacionais. A arbitragem.
39. A solução de litígios no sistema mundial e no interamericano.
40. Sanções e medidas coercitivas.
41. A Guerra e política internacional. O Problema de unidade da política externa.
42. Guerra total. Guerra revolucionária. Guerra fria.
43. Desarmamento.

VIII — *Formulação e Execução da Política Exterior*

44. Determinação da política exterior. Planejamento.
45. Política exterior do Brasil e de outros Estados.

2º PERÍODO

I — *Organizações Internacionais*

1. A organização jurídica da comunidade internacional. Apreciação histórica. Diplomacia bilateral e multilateral.
2. Organizações internacionais e organismos internacionais. Organizações intergovernamentais e não-governamentais. Classificação dos organismos internacionais.
3. Evolução histórica — Na antigüidade. As grandes conferências dos séculos XIX e XX. As comissões fluviais e as uniões administrativas.
4. A Sociedade das Nações. Origens, estrutura e funcionamento.
5. A experiência da Sociedade das Nações. O Brasil e a Sociedade das Nações.
6. A 2ª Guerra Mundial. A Carta do Atlântico, Bumbarton Oaks e Chapultepeque.

II — *As Nações Unidas*

7. A Conferência de São Francisco e a Carta das Nações Unidas.
8. Propósitos e princípios.
9. Composição, estrutura e funcionamento.
10. A Assembléia Geral.
11. O Conselho de Segurança.

12. O Conselho Econômico e Social.
13. Os territórios sem governo próprio e o sistema internacional de tutela.
14. A Corte Internacional de Justiça.
15. Poderes e atribuições. Limitações às funções. A jurisdição interna e a legítima defesa.
16. Solução pacífica de controvérsias.
17. Sistema de segurança coletiva. As Nações Unidas e a força internacional. As sanções internacionais.
18. Desarmamento.
19. As Nações Unidas e os direitos humanos.
20. Revisão da Carta. Emendas.

III — *Os Organismos Especializados*

21. A Organização Internacional do Trabalho (ILO).
22. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).
23. UNESCO. Organização Mundial de Saúde.
24. ICAO e IMCO.
25. União Postal Universal (UPU), União Telegráfica Internacional (ITU) e Organização Meteorológica Internacional (IMO).
26. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BANK) e o Fundo Monetário Internacional (FUND).
27. Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).
28. GATT e UNCTAD.
29. Os produtos de base. Organização Internacional do Café.

IV — *Os Sistemas Regionais*

30. As Nações Unidas e os sistemas regionais.
31. O sistema interamericano. O pan-americanismo.
32. Organização dos Estados Americanos. A Carta da OEA.
33. Estrutura e funcionamento da OEA.
34. O sistema Centro Americano.
35. A Liga Árabe.
36. A Comunidade Européia. Histórico. Conselho de Europa.
37. Benelux e o Mercado Comum Europeu.
38. A Comunidade Européia do Carvão e do Aço e a Euratom.
39. A Corte de Justiça das Comunidades Européias e os direitos humanos.

40. COMECON e EFTA.
41. Organização da Unidade Africana.

V — *Os Sistemas Regionais de Defesa*

42. O artigo 51 da Carta das Nações Unidas e a legítima defesa individual e coletiva. Os tratados bilaterais de defesa.
43. O Tratado do Rio de Janeiro.
44. A organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
45. Pacto de Varsóvia.
46. DEATO, CENTO e ANZUS.

ECONOMIA

I — *Desenvolvimento Econômico*

1. Medidas do Desenvolvimento e Crescimento Econômico — Estatísticas Nacionais — Comparações Internacionais.
2. Estágios do Desenvolvimento Econômico — Sociedade Tradicional — Pré-Condições — Arranco.
3. Fatores do Crescimento Econômico — O Papel da Acumulação de Capital — A relação Capital/Produto — Recursos Humanos e Educação.
4. Teorias do Crescimento Econômico — Ricardo — Harrod/Domar — Modelos Neoclássicos — Crescimento equilibrado x Crescimento desequilibrado.
5. Inflação e Desenvolvimento.
6. Ajuda externa e comércio exterior.
7. Industrialização e agricultura.
8. Desenvolvimento brasileiro.

II — *Comércio Internacional*

1. Balanço de Pagamentos — estrutura e análise.
2. Teoria pura do Comércio Internacional — Vantagens Comparativas — Termos de troca.
3. Taxa de Câmbio — Mecanismo de determinação — Paridade do Poder de Compra — Efeitos da desvalorização.
4. Tarifas aduaneiras — Protecionismo x Integração Econômica.
5. O comércio exterior brasileiro.

PROBLEMAS ECONÔMICOS CONTEMPORANEOS

I — *Introdução e Definição do Campo de Análise*

1. Os conflitos internacionais de interesses e o desenvolvimento econômico. A diplomacia econômica: tendências e estratégias básicas.
2. Os participantes e as práticas das relações econômicas internacionais: os Governos e o setor privado — cooperação e conflito.
3. O comércio e o desenvolvimento internacional na década dos 60. As transformações econômico-institucionais das relações internacionais nos anos 70: avaliação e prospectiva.

II — *Os Problemas Monetários Internacionais e o Desenvolvimento Econômico*

4. As premissas históricas e político-econômicas: a Conferência de Bretton Woods. O Plano Keynes e o Plano White.
5. O Fundo Monetário Internacional: estrutura financeira e institucional. Funções do Fundo Monetário Internacional: o Código de boa conduta, operações de assistência financeira, assistência técnica aos países membros.
6. As paridades de câmbio: o princípio da fixação das paridades iniciais, as margens de flutuação e o acordo sobre as desvalorizações, no Fundo Monetário Internacional.
7. A conversibilidade monetária e as transações em ouro: a supressão das restrições sobre as operações correntes e as obrigações dos membros do Fundo Monetário Internacional nas operações no mercado do ouro.
8. Os movimentos de capital a longo prazo e os movimentos erráticos de capital. Os fluxos de capitais e as taxas de juros. Taxas de longo prazo versus taxas de curto prazo. Os fluxos de capitais e o euromercado.
9. O Fundo Monetário Internacional e o problema da liquidez internacional. Os planos de reforma do Fundo Monetário Internacional; o Comitê dos 20. O acréscimo da liquidez internacional: os direitos

especiais de saque e a sua competitividade com as moedas internacionais de reserva e com o ouro.

10. O ajustamento do balanço de pagamentos e a repartição internacional do seu ônus. A transmissão internacional da inflação.
11. A lógica monetária e o crescimento contemporâneo. Tempo econômico e «tempo financeiro internacional» (posição de Henri Guitton).

III — *Os Espaços Econômicos-Institucionais e a Economia Internacional*

12. As modalidades de integração: zona de livre comércio, união aduaneira e união econômica e suas diferentes gradações.
13. A teoria econômica e a integração: análise dos efeitos-desvio e dos efeitos-criação. As posições de Viner e de Meade (efeito terciário) e o teorema de Lipsey e Lancaster. A integração das economias dos países em desenvolvimento: as análises de Gunnar Myrdal e de Henri Bourguinat.
14. A integração européia: origens, filosofias em presença e linhas de resistência.
15. As Comunidades Européias: estrutura institucional e dinâmica político-econômica. Estratégias e problemas fundamentais da Comunidade Econômica Européia: o desarmamento aduaneiro e o protecionismo não-tarifário, o pacto agro-industrial franco-alemão e a Comunidade ampliada, a política agrícola comum. A Comunidade Européia e os problemas monetários: a harmonização de políticas nacionais.
16. A Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos da América: o contencioso comercial e o contencioso monetário. A Comunidade Econômica Européia e os países em desenvolvimento: estudo de caso das posições da África e da América Latina.
17. Formação e transformações da Zona Européia de Livre Comércio.
18. O Bloco Socialista e as suas técnicas de comércio exterior. O comércio Leste Europeu-Occidente: sistema de preços, conversibilidade e moeda-convênio, operações de arbitragem, «report» e «deport». O COMECON: análise do seu significado político

e operacional-integrativo. As «empresas transideológicas».

19. A integração latino-americana: premissas teóricas versus pragmatismo comercial. Os Governos («a integração negativa») e a complementariedade empresarial. O «efeito Prebisch» e neo-empresa. A comparabilidade entre as economias nacionais.
20. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio: origens e análise críticas da sua estrutura e mecanismo operacional. O Tratado de Montevideu e o Protocolo de Caracas. A complementariedade industrial e a política agrícola. O Grupo Andino: seus objetivos e estratégias; o regime comum de tratamento ao capital estrangeiro. O Mercado Comum Centro-Americano.
21. As empresas estrangeiras, transnacionais e multinacionais na América Latina: suas relações com o desenvolvimento e o comércio exterior da região. O setor público e os projetos binacionais e plurinacionais na América Latina.
22. A inserção do Japão nas relações econômicas internacionais «O milagre japonês» e seus antecedentes. Os elementos do crescimento japonês: mitos e causas reais. A «economia concertada» e a sua posição ante o setor externo («O Programa de Oito Pontos» do Governo Japonês, o documento da J.E.T.R.O. e o manifesto UEMURA, do Keidanren).
23. O Japão e os Estados Unidos da América: protecionismo comercial e autolimitação das exportações. O Japão e a Europa Ocidental. O Japão e o GATT (o pretendido «Japan Round» e o seu significado real).

IV — *Política Comercial Internacional*

24. O equilíbrio entre o princípio de base do liberalismo e as suas exceções. A Carta de Havana e o GATT: antecedentes e problemas básicos.
25. O princípio da não-discriminação: a cláusula da nação mais favorecida e o tratamento nacional das importações. A aceitação dos regimes preferenciais. A não-reciprocidade para os países em desenvolvimento: a IV parte do Acordo Geral e o Kennedy Round.

26. O GATT e a redução dos direitos alfandegários: consolidação das concessões tarifárias, a técnica linear e a negociação produto por produto, os obstáculos paratarifários e não-tarifários. Apreciação crítica do Kennedy Round. Apreciação prospectiva das negociações de 1973. A eliminação das restrições quantitativas.
27. As carências do GATT: a agricultura, as relações Leste-Oeste e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

V — *Financiamento Internacional do Desenvolvimento*

28. O falso dilema: ajuda versus comércio. Inter-relação funcional entre ajuda ao comércio e ajuda ao desenvolvimento. Ajuda intergovernamental e investimento direto externo: complementariedade ou substituição? (a tese de Kindleberger). A transferência de tecnologia dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento. O Relatório Pearson.
29. Os mecanismos institucionais da ajuda externa: bilateralismo e multilateralismo. O Plano Mc Namara.
30. O Grupo do Banco Mundial: O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (IBRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e a Sociedade Financeira Internacional (SFI). Objetivos e características do Banco Mundial, recursos e empréstimos, assistência técnica e estudos econômicos, coordenação da ajuda ao desenvolvimento (consórcios e grupos consultivos): Exame de acordos de empréstimo do Banco Mundial ao Brasil e estudo dos respectivos projetos financiados.
31. O Banco Interamericano de Desenvolvimento: estrutura institucional, recursos, fundos especiais, empréstimos, assistência técnica aos países membros. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a integração continental. O Banco Interamericano de Desenvolvimento e o mercado de capitais, zonal e extrazonal. Exame de acordos entre o BID e o Brasil.
32. A cooperação financeira bilateral; análise do esforço global. Exame de casos específicos: Estados Unidos da América, República Federal da Alemanha,

- Grã-Bretanha e França. Exame de empréstimos ao Governo brasileiro.
33. A cooperação técnica: princípios gerais. Análise de acordos básicos e de convênios complementares. Avaliação de resultados de casos de prestação de cooperação técnica externa ao Governo brasileiro.
 34. O mercado internacional de capitais: características e técnicas. Os centros financeiros do mercado internacional de capitais. O Relatório Ossola.
 35. O papel dos Governos e os investimentos diretos externos: os acordos de bitributação e os acordos de garantia de investimentos. Os sistemas de garantia governamental à exportação.

VI — *Comércio e Desenvolvimento na perspectiva da Integração Institucional*

36. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento: instituições e ações no domínio do intercâmbio comercial, do financiamento do desenvolvimento, dos invisíveis e da transferência de tecnologia. O Plano Horowitz e a ajuda externa.
37. O sistema geral de preferências: princípios e mecanismos. Preferências generalizadas, preferências especiais e preferências inversas. As «conclusões concertadas» do Comitê Especial de Preferências do Conselho do Comércio e Desenvolvimento. As preferências generalizadas e os países menos desenvolvidos dentre os países em desenvolvimento.
38. Os acordos internacionais sobre produtos de base: principais tipos, os diversos acordos e arranjos institucionais. Os acordos de Teerã e de Trípoli. A reorganização do mercado internacional dos produtos agrícolas: o Plano Baumgartner-Pisani e o Kennedy Round.

VII — *Conclusões*

39. A lógica do desenvolvimento e suas conseqüências. As resistências ao desenvolvimento. As tentativas de justificação econômica do não-desenvolvimento. Poder e desenvolvimento auto-sustentato (análise das etapas rostowianas e da complementação políti-

co-institucional pelo próprio autor). Desenvolvimento e poder, na análise de Kindleberger e Jacques Austruy. Conclusões operacionais, com ênfase no caso brasileiro.

Trabalhos práticos

- 1) Elaboração de monografias semestrais pelos alunos, sob a orientação direta do professor, sobre tópicos específicos do programa, com o objetivo de integrar a pesquisa teórica do tema aos seus aspectos diplomático-operacionais.
- 2) Levantamento de dados e esquematização de modelos para a preparação de um trabalho coletivo acerca da Diplomacia Econômica Brasileira no Governo atual.
- 3) O Nordeste brasileiro e o setor externo: estudo de caso, com base em pesquisas teóricas e viagem de observação, promovida pelo Instituto Rio-Branco.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

I — Introdução.

1. Conceitos e terminologia.
2. A comunidade não organizada dos Estados.
3. Natureza das relações interestatais.
4. Formação e evolução do Direito Internacional.
5. Irrompimento do homem no Direito Internacional.
6. Função do Direito na comunidade universal.
7. Conceito do Direito Internacional.

II — Organização Jurídica da Sociedade Internacional.

1. Antecedentes. Independência e interdependência dos Estados. As duas ordens jurídicas.
2. Nações Unidas. Bases da Carta, sua natureza constitucional e emendas. Membros.
3. Objetivos e Princípios.
4. Assuntos da competência nacional (art. 2º, nº 7). Determinação pelo D.I. do âmbito de eficácia da norma interna.
5. Órgãos principais, a Corte e o Secretariado.
6. Organismos especializados.
7. Organização dos Estados Americanos. Princípios e estrutura. Protocolo de Buenos Aires, 1967.
8. Outras organizações regionais.
9. Universalização da ONU, voto ponderado, jurisdição internacional obrigatória e força policial supranacional.

III — Natureza do Direito Internacional.

1. Estrutura da norma interestatal. D.I. geral e particular, comum e consensual. *Jus cogens*.
2. Força obrigatória do Direito Internacional. Teorias jusnaturalistas, voluntaristas e objetivas.
3. Validade do art. 2º, nº 6, da Carta da ONU
4. Peculiaridades da norma internacional quanto à:
a) elaboração; b) aplicação judicial; c) execução coercitiva.
5. Relação entre a norma internacional e interna.
6. Dualismo e monismo. Primado da norma internacional.
7. Textos convencionais e prática consuetudinária dos Estados nessa matéria.
8. Principais sistemas constitucionais.

IV — Fontes do Direito Internacional.

1. Conceito. Fonte material e formal.
2. Art. 38, nº 1, do Estatuto da CIJ.
3. Convenção internacional. *Pacta sunt servanda*.
4. Prática consuetudinária dos Estados.
5. Princípios gerais de direito.
6. Precedente judicial e doutrina dos publicistas.
7. Resolução de organização internacional.
8. Codificação. Obra da comissão de Direito Internacional da ONU.

V — Sujeitos de Direito Internacional.

1. Estado. Elementos constitutivos. Formas especiais.
2. Soberania (art. 2º, nº 1, da Carta da ONU).
3. Estrutura do Estado.
4. Reconhecimento de Estado e de Governo.
5. Territórios sem governo próprio. Mandato. Tutela. Aquisição de independência.
6. Sucessão de Estados.
7. Personalidade das organizações internacionais.
8. Indivíduos. Responsabilidade internacional. Direitos.

VI — Atos Jurídicos Internacionais.

1. Atos unilaterais. Acordos bi e multilaterais. Tratado-lei e tratado-contrato. Terminologia.
2. Prática dos Estados. Convenções de Havana, 1928, e de Viena, 1969.
3. Capacidade. Estado e Organização Internacional. *Treaty-making power*.

4. Consentimento, objeto e forma. Nulidade.
5. Celebração, ratificação, vigência e registro. Adesão.
6. Reservas. Interpretação, execução e efeitos.
7. Incorporação ao direito interno.
8. Revisão, denúncia e terminação.

VII — *Direitos e Deveres do Estado.*

1. Independência. Autodeterminação.
2. Exercício da competência, inclusive jurisdicional.
3. Igualdade jurídica.
4. Legítima defesa.
5. Não-intervenção e ação coletiva.
6. Cooperação internacional. Extensão e órgãos.
7. Outros deveres.

VIII — *Competência do Estado.*

1. Fatores determinantes: espaço, pessoas e outros. Âmbito da eficácia territorial de norma interna.
2. Elementos do território. Natureza da autoridade do Estado sobre cada elemento. Atos de império.
3. Território terrestre. Estabelecimento e perda de competência. Limites. Zonas polares.
4. Território equóreo. Zona contígua. Plataforma continental.
5. Alto-Mar. Competência relativa à navegação, pesca, outras utilizações econômicas e cabos submarinos. Testes nucleares e usos bélicos. Repressão da pirataria e tráfico de escravos.
6. Território aéreo. Competência relativa ao espaço aéreo não abrangido nos territórios estatais.
7. Espaço exterior e corpos celestes. Internacionalização. Tratado de 1967.
8. Competência extraterritorial, pessoal ou por outro título.

IX — *Órgãos das Relações Interestatais.*

1. Chefe de Estado. Atribuições do Executivo, do Legislativo e Judiciário.
2. Ministro das Relações Exteriores e outros órgãos.
3. Relações e imunidades diplomáticas. Convenções de Havana, 1928, e Viena, 1961.
4. Congressos e conferências. Diplomacia parlamentar.
5. Relações consulares. Convenção de Viena, 1963.
6. Bens e serviços do Estado no estrangeiro. Doutrina dos Atos de Estado.

7. Organizações internacionais em suas relações externas.
8. Imunidades e privilégios das organizações internacionais.

X — *Proteção Internacional dos Direitos Humanos.*

1. Distinção entre homem e súdito. Defesa de nacionais e estrangeiros contra abusos do Estado. Pressupostos.
2. Cartas da ONU e OEA. Declarações Americana e Universal.
3. Tratado de Roma, 1950, e protocolos adicionais. Carta Social da Europa. Pactos aprovados pela ONU em 1966.
4. Convenção Americana sobre Proteção de Direitos Humanos.
5. Órgãos de execução. Esgotamento dos recursos da jurisdição interna.
6. Direito de petição e acesso à jurisdição internacional.
7. Convenções especiais. Genocídio. Direitos da mulher. Escravidão e trabalho forçado. Discriminação. Asilo e outras.
8. Relação entre direitos humanos e democracia representativa. Projetos.

XI — *Responsabilidade Internacional.*

1. Fundamentos: dever de reparar, abuso de direito ou teoria da boa-fé.
2. Ação ou omissão violadora do Direito Internacional. Atos do Legislativo, Executivo, Judiciário e fatos de particulares.
3. Imputabilidade. Causas excludentes da responsabilidade.
4. Denegação de justiça, negligência e violação de direito adquirido.
5. Proteção diplomática. Reclamação. Esgotamento dos recursos internos.
6. Danos causados por uso da energia nuclear ou do espaço exterior.
7. Reparação do dano.
8. Responsabilidade das organizações internacionais.

XII — *Comunicações Internacionais.*

1. Vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas. Liberdade de circulação e comunicação. Direito de passagem inofensiva.
2. Convenções sobre circulação por estrada e ferrovia.

3. Principais convenções sobre rios, canais e estreitos internacionais. Tratados e legislação do Brasil.
4. Navios e estações. Regime da navegação.
5. Aeronaves. Convenção de Chicago, 1944, e as posteriores. OACI.
6. Foguetes e naves espaciais. Assistência a astronauta. Regime jurídico.
7. Convenção sobre telecomunicações. Repartição de frequências. Satélites de comunicação.

XIII — Solução Pacífica das Controvérsias.

1. Controvérsia jurídica e conflito político. Distinção.
2. Negociação, bons ofícios e mediação.
3. Investigação e conciliação.
4. Solução através de organização internacional.
5. Arbitragem. Natureza e forma. Corte Permanente de Arbitragem. Processo. Efeitos do laudo. Convenções vigentes.
6. Solução judiciária. Corte Internacional de Justiça. Artigos 92 a 96 da Carta da ONU. Estatuto anexo.
7. Competência contenciosa e consultiva. Cláusula facultativa. Processo. Execução das decisões.
8. Outras cortes internacionais.

XIV — Segurança Coletiva e Uso da Força.

1. Limitações do *jus ad bellum*. Pacto Brian-Kellog. Guerra crime. Interdição do uso da força (art. 2º, nº 4, da Carta da ONU).
2. Segurança internacional. Ameaça à paz. Medidas não coercitivas (arts. 39 a 41). Emprego de forças aéreas, navais ou terrestres (arts. 42 a 50).
3. Legítima defesa. Conceito de ataque armado. Limite ao exercício da defesa (art. 51).
4. Organismos regionais e ação coletiva (arts. 52 a 54).
5. Casos de uso da força pela ONU. As operações preventivas ou assecuratórias da paz. Custeio e aplicação do art. 19 da Carta. Força interamericana de Paz.
6. *Jus in bello*. Convenções. Violações.
7. Neutralidade. Direitos dos beligerantes e neutros.
8. Testes nucleares. Tratado de Moscou, 1963. Proscrição das armas nucleares. Tratado do México, 1967. Tratado de Não-Proliferação.
9. Projetos de desarmamento. Requisitos de viabilidade jurídica.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
2. Fontes especiais do DIP: internacionais e internas. Relevância da jurisprudência e da doutrina. Conflitos entre as diversas fontes. Natureza das normas do DIP. Regras unilaterais e bilaterais.
3. Divergência espacial de normas do DIP, teorias da renúncia e da devolução e divergência temporal das normas do DIP.
4. Conflitos de qualificação. Dos elementos de conexão. Conflitos sobre sua determinação.
5. Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com serviço público, residência e opção. Opção inconstitucional — Direito intertemporal — Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.
6. Naturalização. Espécies. Condições. Processo. Efeitos. Revogação.
7. Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
8. Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
9. Domicílio. Aquisição. Domicílio necessário. Domicílio de origem. Domicílio voluntário. Domicílio especial. Prova de domicílio. Mudança de domicílio. Perda e reaquisição do domicílio. Pluralidade e falta de domicílio. Residência.
10. Autonomia da vontade. Outros elementos de conexão: território, foro, religião, raça, etc. Efeitos da mudança dos elementos de conexão.
11. Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciários. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.

12. Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
13. Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
14. Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
15. Direito Civil internacional. Personalidade. Capacidade de direito. Capacidade de fato. Luta entre os princípios da nacionalidade e do domicílio. Solução do direito brasileiro.
16. Atos jurídicos. Vícios de consentimento. Forma. Prescrição.
17. Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma.
18. Do casamento consular.
19. Efeitos pessoais e patrimoniais do casamento.
20. Desquite, divórcio e anulação do casamento.
21. Relações jurídicas entre pais e filhos. Constituição, efeitos e extinção ou suspensão. Alimentos. Tutela e Curatela. Proteção social dos incapazes.
22. Direito das Coisas. Direito das Obrigações. Substância e efeitos. Modalidades da execução. Da cláusula ouro. Das dívidas em moeda estrangeira simples e «aparentes». Dívidas em moedas estrangeiras e taxa de conversão.
23. Direito das sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
24. Direito marítimo e aéreo internacional.
25. Direito Penal Internacional. Territorialidade e extraterritorialidade das leis penais.
26. Direito processual civil internacional. Competência. Forma do processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
27. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES

I — Administração Pública

- A. Organização administrativa federal.
- B. O Decreto-lei nº 200/67 e suas alterações.

II — Ministério das Relações Exteriores

A. Organização

1. Secretaria do Estado: estrutura, competência dos diversos órgãos.
2. Missões Diplomáticas: categorias, competência.
3. Repartições Consulares: categorias, competência.

B. Pessoal

1. Diplomata: legislação, deveres e funções; informações gerais.
2. Oficial de Chancelaria: legislação; deveres e funções.
3. Funcionários administrativos. Auxiliares locais; legislação; deveres e funções.
4. Cônsules Privativos e Honorários: legislação; deveres e funções.

C. Comunicações

1. Regras gerais de correspondência oficial.
2. Andamento e trânsito de correspondência oficial.
3. Normas específicas de redação oficial.
4. Correspondência postal, telegráfica e serviço telex:
 - a. Memorando.
 - b. Ofício.
 - c. Despacho.
 - d. Aviso.
 - e. Nota.
 - f. Exposição de Motivos.
 - g. Carta de Chancelaria.
 - h. Carta de Gabinete.
 - i. Carta.
 - j. Telegrama e telex.
 - l. Circulares.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS

PRÁTICA DIPLOMÁTICA E CONSULAR

C.P.

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CHANCELARIAS

(Programa analítico)

1.0 — Introdução. Noções gerais.

1.1 — Composição da Missão diplomática.

- 1.1.1 — Pessoal diplomático.
Chefe da Missão. Encarregado de Negócios.
Chefe de Chancelaria.
Chefe ou Encarregado de Setores. Ministro para Assuntos Comerciais.
- 1.1.2 — Pessoal administrativo.
Oficial de Chancelaria.
Assistente de Chancelaria.
Oficial de Administração.
Outros quadros administrativos.
Auxiliar local.
- 1.1.3 — Pessoal subalterno.
Porteiros.
Serventes. Mensageiros. Faxineiros.
Motoristas.
Guardiães.
Pessoal doméstico da Sede.
- 1.1.4 — Adidos.
Adidos militares. Adjuntos e Auxiliares dos Adidos.
Adidos civis. Adido Cultural. Adido Científico.
Relações dos Adidos com o chefe da Missão diplomática. Assistente técnico.

- 1.1.5 — Colaboradores temporários. (Contratos específicos).
Pessoal de outros órgãos brasileiros no exterior.

1.2 — Estrutura de Missão diplomática.

- 1.2.1 — Chefia da Missão. Encarregatura de Negócios.
- 1.2.2 — Chefia da Chancelaria.
- 1.2.3 — Setores da Chancelaria.
Político.
Econômico.
Promoção Comercial.
Cultural. Instituto ou Centro Cultural.
Administrativo.
(Consular)
Imprensa. Cerimonial. Setores *ad hoc*.

1.3 — Mecânica de trabalho de Missão diplomática (Organograma) (Fluxograma).

- Coleta e recebimento.
Distribuição.
Processamento.
Produção.

2.0 — O Setor Administrativo.

2.1 — Finalidades. Atribuições. Estrutura.

2.2 — Instalações. Sede e Chancelaria.

- 2.2.1 — Sede. Prédio próprio ou alugado.
- 2.2.2 — Chancelaria. Prédio próprio ou alugado.
- 2.2.3 — Outras instalações.

2.3 — Acervo. Inventário.

- 2.3.1 — Material permanente.
- 2.3.2 — Documentação.
- 2.3.3 — Material de Consumo.
- 2.3.4 — Inventário.

2.4 — Contabilidade.

- 2.4.1 — Verbas. Dotação. Reforço. Aplicação.
- 2.4.2 — Prestação de contas.
- 2.4.3 — Auditoria pelo Inspetor-Geral de Finanças.

- 2.5 — Pessoal.
 - 2.5.1 — Disciplina. Horário de trabalho.
 - 2.5.2 — Controle. Avaliação de trabalho. Boletim de merecimento.
 - 2.5.3 — Contrato de pessoal.
- 2.6 — Expediente. Arquivos.
 - 2.6.1 — Livros de protocolo.
 - 2.6.2 — Arquivo de originais. Arquivo de referência. Arquivo da correspondência especial. Classificação de documentos. Cópia de documentos. Proibição de guarda de documentos oficiais.
 - 2.6.3 — Mecanografia. Multiplicação de documentos. Serviços gráficos.
 - 2.6.4 — Expedição. Malas diplomáticas.
- 2.7 — Comunicações.
 - Meios de comunicações. Correio diplomático.
- 2.8 — Biblioteca. Documentação.
 - Organização e funcionamento.
- 3.0 — *Segurança de Missão diplomática.*
 - 3.1 — Segurança de instalações.
 - 3.2 — Segurança de material.
 - 3.3 — Segurança de comunicações.
 - 3.4 — Segurança de pessoal.
 - 3.5 — Segurança da ação diplomática.
- 4.0 — *Casos especiais.*
 - 4.1 — Chancelaria de Delegação junto a Organismos Internacionais.
 - 4.2 — Chancelaria de Repartição consular.
 - 4.3 — Abertura de Missão diplomática (aspecto administrativo).
 - 4.4 — Passagem de direção (aspecto administrativo).
 - 4.5 — Encerramento de Missão diplomática.
 - 4.6 — Proteção de interesses (aspecto administrativo).
 - 4.6.1 — Proteção de interesses por terceiro país.
 - 4.6.2 — Proteção de interesses de terceiro país.
- 5.0 — *Responsabilidades dos funcionários.*
 - 5.1 — Responsabilidade individual e coletiva.
 - 5.2 — Disciplina. Regulamentos. Praxe. Hierarquia.

- 5.3 — Relações humanas. Peculiaridades da vida no exterior.
- 5.4 — A importância profissional da versatilidade.

COMUNICAÇÕES
(Programa sintético)

- 1.0 — Transmissão de informações: escolha de meios.
- 2.0 — Segurança das comunicações: os meios de cifração.
- 3.0 — Malas diplomáticas e correspondência postal.
- 4.0 — Correspondência telegráfica.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA I

REPRESENTAÇÃO E USOS DIPLOMÁTICOS

(Programa analítico)

- 1.1.0 — *Diplomacia e a profissão de diplomata.*
 - 1.1.1 — Encargos de diplomata.
 - 1.1.2 — Qualidades requeridas pela profissão.
 - 1.1.3 — Importância das regras protocolares.
- 1.2.0 — *Corpo diplomático e seus membros.*
 - 1.2.1 — Composição de uma Missão diplomática.
 - 1.2.2 — Diferentes tipos de Chefe de Missão.
 - 1.2.3 — Reuniões do Corpo Diplomático convocadas pelo Decano ou pelo Ministro das Relações Exteriores.
- 1.3.0 — *Embaixador. Designação e assunção.*
 - 1.3.1 — «Agrément».
 - 1.3.2 — Exposição de motivos, mensagem ao Senado, decreto.
 - 1.3.3 — Cartas credenciais e cartas revocatórias. Cópias figuradas.
 - 1.3.4 — Chegada do Chefe de Missão: providências práticas.
 - 1.3.5 — Primeiras visitas do Chefe de Missão.
 - 1.3.6 — Apresentação de credenciais.
 - 1.3.7 — Visitas do Embaixador a outros Chefes de Missão.
 - 1.3.8 — Visitas e convites ao Embaixador por membros da Missão.

- 1.4.0 — *Encarregado de Negócios. Designação e assunção.*
 - 1.4.1 — Encarregado de Negócios *ad hoc*.
 - 1.4.2 — Encarregado de Negócios *ad interim*.
 - 1.4.3 — Obrigações protocolares e de representação do Encarregado de Negócios e de sua mulher.
 - 1.4.4 — Residência do Encarregado de Negócios.
- 1.5.0 — *Secretário de Embaixada. Remoção e apresentação.*
 - 1.5.1 — Problemas e providências.
- 1.6.0 — *Missões temporárias.*
 - 1.6.1 — Cartas de plenos poderes.
 - 1.6.2 — Instruções.
- 1.7.0 — *Missões cumulativas.*
- 1.8.0 — *Regras gerais de precedência.*
 - 1.8.1 — Precedência da República do Brasil.
 - 1.8.2 — Precedência do Corpo diplomático.
 - 1.8.3 — Precedência entre as Missões diplomáticas.
 - 1.8.4 — Precedência entre os Chefes de Missão.
 - 1.8.5 — Precedência dos membros de uma Missão diplomática.
 - 1.8.6 — Lista Diplomática.
 - 1.8.7 — Precedência do Corpo Consular.
 - 1.8.8 — Precedência entre instituições de uma colônia de nacionais no exterior.
 - 1.8.9 — Equivalência de cargos civis e militares.
 - 1.8.10 — Precedências especiais: Senhoras viúvas e desquitadas; maridos de funcionárias diplomáticas.
 - 1.8.11 — Precedência «de cortesia».
 - 1.8.12 — Conflitos entre as precedências oficial e de cortesia.
 - 1.8.13 — Precedência em mesas de conferências.
- 1.9.0 — *Usos diplomáticos.*
 - 1.9.1 — Importância dos detalhes protocolares.
 - 1.9.2 — Modelos de convites.
 - 1.9.3 — Respostas a convites.
 - 1.9.4 — Agradecimentos a convites.
 - 1.9.5 — Envio de flores.
 - 1.9.6 — Sobrescritos de envelopes.
 - 1.9.7 — Vestuário.

- 1.9.8 — Diferentes tipos de mesas de jantar e respectivas cabeceiras.
 - 1.9.9 — Planos de mesa.
 - 1.9.10 — Pontualidade.
 - 1.9.11 — Cartões de visita.
 - 1.9.12 — Bandeiras.
 - 1.9.13 — Pronunciamento de alocações.
 - 1.9.14 — Filas de recebimento em recepções.
 - 1.9.15 — Cortejo para salas de refeições.
 - 1.9.16 — Cortejo de automóveis.
 - 1.9.17 — Obrigações das mulheres dos diplomatas.
- 1.10.0 — *Atividades sociais em uma Missão diplomática.*
 - 1.10.1 — Almoços, jantares e recepções usuais.
 - 1.10.2 — Recebimento do Presidente da República do Brasil.
 - 1.10.3 — Recebimento do Ministro das Relações Exteriores.
 - 1.10.4 — Recebimento de Chefe de Estado estrangeiro.
 - 1.10.5 — Recebimento de Príncipe ou Cardeal.
 - 1.10.6 — Recebimento de tripulação de navio de guerra ou navio-escola brasileiro.
 - 1.11.0 — *Visitas oficiais.*
 - 1.11.1 — Organização da visita. Providências práticas.
 - 1.11.2 — Visita de Chefe de Estado estrangeiro.
 - 1.11.3 — Visita de Chefe de Governo estrangeiro.
 - 1.11.4 — Visita de Ministro de Estado estrangeiro.
 - 1.11.5 — Visita de outras personalidades.
 - 1.11.6 — Visita em caráter privado de personalidades estrangeiras.
 - 1.12.0 — *Festas nacionais.*
 - 1.12.1 — Comemorações em uma Missão diplomática.
 - 1.12.2 — Cortesias de Governo a Governo.
 - 1.13.0 — *Luto oficial ou calamidades públicas.*
 - 1.13.1 — Decretação de luto oficial.
 - 1.13.2 — Cortesias: assinatura de livro, telegramas.
 - 1.13.3 — Cerimônias religiosas.
 - 1.14.0 — *Condecorações e medalhas*
 - 1.14.1 — Principais ordens honoríficas brasileiras e estrangeiras.

1.14.2 — Concessão e aceitação de condecorações.
Regulamentos.

1.14.3 — Uso de condecorações.

1.15.0 — *Privilégios e imunidades.*

1.15.1 — Convenção de Viena sobre relações diplomáticas.

1.15.2 — Inviolabilidade.

1.15.3 — Imunidade de jurisdição.

1.15.4 — Isenção de impostos e taxas.

1.15.5 — Isenção de obrigações de caráter público.

1.15.6 — Renúncia de imunidades.

1.15.7 — Privilégios aduaneiros.

1.15.8 — Privilégios dos familiares.

1.15.9 — Privilégios relativos ao automóvel.

1.15.10 — Lisura na utilização de privilégios.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA II

OS SETORES POLÍTICO, ECONÔMICO E CULTURAL DE UMA EMBAIXADA

(Programa analítico)

2.1.0 — *As funções de observar e informar.*

2.1.1 — A coleta de informações:

i — imprensa

ii — autoridades

iii — Corpo Diplomático

iv — meios locais

2.1.2 — A avaliação e seleção das informações.

2.1.3 — A concatenação das informações:

i — fichário de personalidades

ii — fichário de assuntos

2.1.4 — A transmissão das informações:

i — meios:

— telegrama

— ofício

— relatório mensal

ii — linguagem

2.1.5 — Troca de informações entre as Missões diplomáticas brasileiras.

2.2.0 — *A divulgação do país.*

2.2.1 — A divulgação política:

i — imprensa

ii — autoridades

iii — meios locais

2.2.2 — A divulgação cultural:

i — imprensa

ii — estabelecimentos de ensino:

— primário

— secundário

— universitário

iii — meios culturais

iv — organização de atividades culturais:

— exposições

— conferências

— concertos

v — elaboração de publicações

vi — cinema

vii — uso da televisão

2.2.3 — A divulgação econômica:

i — imprensa

ii — autoridades

iii — câmaras e associações empresariais

iv — sindicatos

2.3.0 — *A negociação.*

2.3.1 — A gestão diplomática:

i — meio:

— verbal

— *memorandum*

— nota

ii — processo e apoio

2.3.2 — A negociação de acordos:

i — preparação

ii — projeto de acordo

iii — processo de negociação

iv — redação final

v — processamento dos documentos

- 2.4.0 — *A proteção de interesses.*
 - 2.4.1 — A proteção dos interesses nacionais.
 - 2.4.2 — A proteção de brasileiros.
 - 2.4.3 — A proteção de interesses de terceiro país:
 - i — recebimento, transmissão e aceitação do pedido
 - ii — guarda dos arquivos e dos bens
 - iii — intercessão política
 - iv — proteção dos nacionais
 - 2.4.4 — A proteção de interesse por terceiro país.
 - 2.4.5 — O protesto e a reclamação diplomática.
- 2.5.0 — *O asilo diplomático*
 - i — pedido de asilo
 - ii — interrogatório e obtenção de informações
 - iii — concessão do asilo
 - iv — comportamento do asilado
 - v — obtenção do salvo-conduto
 - vi — partida do asilado
- 2.6.0 — *A interrupção e o reatamento de relações diplomáticas*
- 2.7.0 — *A coordenação das Repartições consulares e de outros órgãos do Governo brasileiro.*
- 2.8.0 — *Relações com o Ministério das Relações Exteriores e outras autoridades locais.*
- 2.9.0 — *Relações com a Imprensa.*

PRÁTICA CONSULAR

- 1.0 — *O Serviço Consular.*
 - 1.1 — *O Serviço Consular Brasileiro:*
 - 1.1.1 — Consulados de carreira.
 - 1.1.2 — Serviço Consular nas Missões Diplomáticas.
 - 1.1.3 — Consulados Privativos.
 - 1.1.4 — Consulados Honorários.
 - 1.2 — *Corpo Consular:*
 - 1.2.1 — Características locais. Decanato. Reuniões.

- 1.2.2 — *Relações entre os membros do Corpo Consular.*
- 2.0 — *Os Cônsules.*
 - 2.1 — Carta-Patente.
 - 2.2 — Reconhecimento provisório.
 - 2.3 — Exequatur.
 - 2.4 — Privilégios e imunidades.
 - 2.5 — Chegada ao posto. Providências e visitas.
 - 2.6 — Relações com as autoridades locais.
 - 2.7 — Relações com a Missão Diplomática e demais Repartições brasileiras.
 - 2.8 — Passagem de direção (características particulares das Repartições consulares).
- 3.0 — *Controle consular.*
 - 3.1 — Legalização de faturas comerciais.
 - 3.2 — Licenças ou guias de importação.
 - 3.3 — Legalização de listas de bens e importação de automóveis.
 - 3.4 — O Cônsul Capitão-do-Porto. Atribuições. Mudança de bandeira.
- 4.0 — *Atos notariais e do Registro Civil.*
 - 4.1 — Registro de nascimento. Casamento. Óbito.
 - 4.2 — Procurações. Reconhecimento de firmas. Contratos.
 - 4.3 — Testamento e inventário.
- 5.0 — *Proteção de interesses de brasileiros.*
 - 5.1 — Matrícula e expedição de título de nacionalidade.
 - 5.2 — Auxílio e Repatriação.
 - 5.3 — Serviço Militar.
 - 5.4 — Reclamações de dívidas.
- 6.0 — *Passaportes.*
 - 6.1 — Passaportes brasileiros. Expedição e prorrogação.
 - 6.2 — Passaportes estrangeiros. Vistos.
- 7.0 — *Renda Consular.*
 - 7.1 — Emolumentos consulares. Isenções.
 - 7.2 — Estampilhas. Escrituração. Conta bancária especial. Recolhimento à Delegacia do Tesouro.

PROMOÇÃO COMERCIAL

- 1 — Introdução
- 2 — O Sistema de Promoção Comercial
 - 2.1 — A Secretaria-Geral Adjunta
 - 2.2 — Os Setores
 - 2.3 — A CACEX
 - 2.4 — A COLESTE
- 3 — A Reorganização do Sistema
 - 3.1 — A análise do Sistema
 - 3.2 — Sugestões
 - 3.3 — Programas a curto, a médio e a longo prazo
- 4 — Informação Comercial
 - 4.1 — Oportunidades comerciais
 - 4.2 — Concorrências públicas
 - 4.3 — Estudos de mercado
 - 4.4 — A empresa internacional
 - 4.5 — Comunicações e divulgação
 - 4.6 — Publicações
- 5 — Promoções Diretas e Turismo
 - 5.1 — Planejamento do programa de promoções diretas — feiras, missões comerciais e visitas de importadores
 - 5.2 — Atuação interna — arregimentação e organização
 - 5.3 — Turismo
- 6 — Funcionamento dos Setores
 - 6.1 — Infra-estrutura e organização do serviço
 - 6.2 — Contatos com o importador estrangeiro
 - 6.3 — Estudos de mercado
 - 6.4 — Assistência ao exportador brasileiro
 - 6.5 — Divulgação no exterior de oportunidades comerciais
 - 6.6 — Participação em promoções diretas
- 7 — Programa e Orçamento-programa
 - 7.1 — Formulação do programa
 - 7.2 — Recursos disponíveis
 - 7.3 — Aplicação da dotação «Promoção Comercial».

LEGISLAÇÃO

PORTARIA MINISTERIAL Nº 343, DE 21 DE JUNHO DE 1972

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 76 do Regulamento Orgânico do Ministério das Relações Exteriores, aprovado pelo Decreto nº 1, de 21 de setembro de 1961;

e atendendo ao que lhe expôs o Diretor do Instituto,

Resolve:

I — No Exame Vestibular a iniciar-se em dezembro de 1972, ficam dispensados das provas de seleção prévia os candidatos nelas aprovados em 1969, 1970 ou 1971, desde que tenham sido também julgados aptos nos exames de sanidade e capacidade física e psíquica e na entrevista de que tratam o artigo 7º e parágrafos do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pelo Decreto nº 60.355, de 10 de março de 1967.

II — Os candidatos a que se refere o item I ficam dispensados dos exames e da entrevista da 2ª fase, sem prejuízo, porém, da investigação dos costumes e do conceito corrente, de que trata o § 1º do artigo 7º, do mencionado Regulamento.

III — Os candidatos dispensados da 2ª fase, nos termos do item II, poderão contudo ser submetidos aos exames e à entrevista, de acordo com o artigo 20 do Regulamento do Instituto Rio-Branco e a critério do Diretor, se porventura vierem a ser habilitados nas provas finais da 3ª fase.

IV — Ficam igualmente dispensados das provas de seleção prévia os candidatos que, embora nelas aprovados em 1969, 1970 ou 1971, não se tenham submetido aos exames de sanidade e capacidade física e psíquica e à entrevista.

V — Os candidatos a que se refere o item IV serão submetidos aos mencionados exames e à entrevista juntamente com os aprovados nas provas de seleção prévia a realizar-se em dezembro de 1972.

VI — Na inscrição dos candidatos a que se refere a presente Portaria, observar-se-ão os demais requisitos estabelecidos pela

legislação em vigor e o disposto nas Instruções que acompanhem o Edital de convocação do Exame Vestibular.

VII — Os candidatos aprovados nas provas de seleção prévia em anos anteriores a 1969, bem como os considerados inaptos na 2ª fase, poderão inscrever-se a fim de submeterem-se novamente às referidas provas de seleção prévia.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1972.

a) *Mario Gibson Barboza.*

PORTARIA MINISTERIAL Nº 351, DE 22 DE SETEMBRO DE 1972

O Ministro de Estado das Relações Exteriores usando da atribuição que lhe confere o artigo 85 (Item II) da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 71.088, de 12 de setembro de 1972,

Resolve:

Baixar as seguintes instruções:

Art. 1º Fica instituído o Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara (EREG), com sede no Palácio Itamaraty.

Art. 2º O Escritório Regional destina-se especialmente a representar a Secretaria de Estado das Relações Exteriores junto aos órgãos do Governo Federal sediados no Estado da Guanabara, aos órgãos do Governo Estadual, bem como junto a entidades representativas locais interessadas nos assuntos externos de âmbito econômico, comercial ou cultural.

Art. 3º Cumpre ao EREG zelar pela conservação e assegurar a manutenção do Palácio Itamaraty, de conformidade com o disposto no Decreto nº 66.218, de 17 de fevereiro de 1970.

Art. 4º Ficam subordinados ao Escritório Regional no Estado da Guanabara os seguintes órgãos:

- I — Museu Histórico e Diplomático;
- II — Arquivo Histórico;
- III — Biblioteca;
- IV — Mapoteca.

Art. 5º Caberá ao EREG prover serviços de infraestrutura administrativa ao Instituto Rio-Branco, à Comissão Demarcadora de Limites da Segunda Divisão e à Comissão de Textos de História Diplomática, que continuam instalados no Palácio Itamaraty.

(Publicada no *Diário Oficial* de 28 de setembro de 1972).

Art. 6º Mediante portaria do Ministro de Estado, o Chefe do Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara será designado dentre os Ministros de Segunda Classe ou Conselheiros da Carreira de Diplomata, para ter exercício na Capital do mesmo Estado.

Art. 7º Em seus impedimentos, o Chefe do Escritório Regional no Estado da Guanabara será substituído pelo Diplomata de maior hierarquia funcional lotado no Escritório.

Art. 8º Mediante ato do Chefe do Departamento de Administração serão designados funcionários do Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores para ter exercício no EREG.

Art. 9º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Mario Gibson Barboza.,

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA — EXAME VESTIBULAR

EDITAL

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 4 de setembro ao dia 27 de outubro de 1972, na sede do Instituto na Avenida Marechal Floriano nº 196, Rio de Janeiro, e no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pelas Portarias Ministeriais N.ºs 268 e 269, de 14 de janeiro de 1969 (*Diários Oficiais* de 17 e 28 de janeiro de 1969), e às Instruções que acompanham o presente Edital.

É fixado em 30 (trinta) o número de vagas no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a serem providas pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação.

Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1972.

2011-12-11

PESSOAL

PESSOAL DO INSTITUTO RIO BRANCO DE 1945 A 1972

| N O M E S | CARGO | EXERCÍCIO |
|--|------------------|-------------------------|
| DIRETORES | | |
| Hildebrando Pompeu Pinto Accioly..... | Embaixador..... | 28- 4-1945 a 13- 1-1947 |
| Hélio Lobo..... | Ministro..... | 15- 1-1947 a 24- 4-1947 |
| Lafayette de Carvalho e Silva..... | Embaixador..... | 24- 4-1947 a 26- 1-1956 |
| Antonio Camillo de Oliveira..... | Embaixador..... | 28- 1-1956 a 21- 6-1966 |
| Antonio Corrêa do Lago..... | Embaixador..... | 21- 6-1966 a 17-11-1969 |
| Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva..... | Embaixador..... | 17-11-1969 a 31- 7-1972 |
| Frederico Carlos Carnaúba (*)..... | Ministro..... | 31- 7-1972 a |
| COORDENADOR DE CURSOS | | |
| Jorge Alberto de Seixas Corrêa..... | Ministro..... | 13- 5-1969 a 11- 7-1972 |
| CHEFES DA SECRETARIA | | |
| Labieno Salgado dos Santos..... | Ministro..... | 1- 9-1945 a 3- 6-1946 |
| Jacome Baggi de Berenguer César..... | Ministro..... | 3- 6-1946 a 7- 1-1947 |
| João Guimarães Rosa..... | Secretário..... | 24- 1-1947 a 7- 8-1948 |
| Vera Regina Amaral Sauer (*)..... | Cônsul..... | 1- 8-1947 a 31- 8-1947 |
| Raul Bopp..... | Ministro..... | 17- 9-1948 a 17-11-1951 |
| Beata Vettori..... | Conselheiro..... | 17-11-1951 a 30- 5-1953 |
| Jayme de Azevedo Rodrigues..... | Conselheiro..... | 30- 5-1953 a 11-11-1954 |
| Antonio Corrêa do Lago..... | Ministro..... | 11-11-1953 a 11-10-1952 |
| Luiz Almeida Nogueira Porto..... | Cônsul..... | 6-10-1954 a 26- 5-1953 |
| Vera Regina Amaral Sauer..... | Ministro..... | 26- 5-1955 a 22- 8-1965 |
| Arnaldo Rigueira (*)..... | Secretário..... | 24- 9-1960 a 20-12-1960 |
| Hélio Antonio Scarabóto..... | Conselheiro..... | 22- 8-1962 a 1- 8-1964 |
| Arthur Pimenta Valente..... | Secretário..... | 12- 8-1964 a 1- 4-1965 |
| Isócrates de Oliveira..... | Secretário..... | 25- 6-1965 a 1- 7-1966 |
| Fernando Paulo Simas Magalhães..... | Ministro..... | 1- 7-1966 a 23-12-1966 |
| Othon do Amaral Henriques Filho..... | Conselheiro..... | 28-12-1966 a 31- 5-1967 |
| Oswaldo Barreto e Silva (*)..... | Conselheiro..... | 1- 6-1967 a 31- 7-1967 |
| Othon do Amaral Henriques Filho..... | Conselheiro..... | 1- 8-1967 a 12- 9-1969 |
| Othon Guimarães..... | Conselheiro..... | 12- 9-1969 a 27- 8-1972 |
| José Olympio Rache de Almeida..... | Secretário..... | 27- 8-1972 a |
| COORDENADOR EM BRASÍLIA | | |
| Arnaldo Rigueira..... | Conselheiro..... | 24- 3-1970 a |

(*) Em caráter interino.

CHEFES DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

| N O M E S | CARGO | EXERCÍCIO |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.. | Cônsul..... | 12- 5-1948 a 18-11-1949 |
| Ayrton Diniz (*)..... | Cônsul..... | 18-11-1949 a 23- 6-1950 |
| Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.. | Cônsul..... | 25- 6-1950 a 9- 2-1951 |
| Cláudio Garcia de Souza..... | Cônsul..... | 9- 2-1951 a 26- 5-1952 |
| Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)..... | Cônsul..... | 2- 4-1951 a 28- 5-1951 |
| Marcos Antônio de Salvo Coimbra (*)..... | Cônsul..... | 28- 5-1952 a 27- 3-1953 |
| Manoel Maria Fernandes Alcázar..... | Cônsul..... | 8- 6-1953 a 7- 4-1954 |
| Osires Carneiro Leão (*)..... | Aux. Administrativo.. | 11- 1-1954 a 10- 5-1954 |
| José Maria Vilar de Queiroz..... | Cônsul..... | 7- 4-1954 a 10- 1-1955 |
| Martha Freire Pereira Pinto..... | Escriturário..... | 13- 1-1955 a 20- 1-1959 |
| Arnaldo Rigueira..... | Secretário..... | 21- 1-1959 a 8- 3-1961 |
| Naura Teixeira Lopes da Cruz..... | Oficial Chancelaria.... | 25- 3-1961 a |

CHEFES DA SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

| | | |
|---------------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Alvaro Moitinho Neiva (*)..... | Técnico de Educação.. | 19- 5-1948 a 31-12-1949 |
| Marina de Barros Vasconcelos (*)..... | Professora..... | 9-10-1951 a 13- 1-1955 |
| Rachel Biasotto Mano..... | Professora..... | 13- 1-1955 a 1- 4-1965 |
| Ilmah de Figueiredo Lobo..... | Professora..... | 1- 4-1965 a 20- 8-1968 |
| Martha Freire Pereira Pinto..... | Oficial de Chancelaria.. | 1- 3-1969 a |

CHEFES DA SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

| | | |
|---|--------------------------|-------------------------|
| José Honório Rodrigues..... | Professor..... | 2- 9-1948 a 24- 7-1950 |
| Raul José de Sá Barbosa..... | Cônsul..... | 21- 8-1950 a 26- 5-1951 |
| Luiz Benjamin de Almeida Cunha (*)..... | Cônsul..... | 11- 6-1951 a 24- 9-1951 |
| Cláudio Garcia de Souza (*)..... | Cônsul..... | 24- 9-1951 a 19- 1-1952 |
| Flávio Garcia de Souza..... | Auxiliar..... | 19- 1-1952 a 7- 1-1955 |
| Maria de Vilhena Fabiano de Araújo..... | Oficial de Chancelaria.. | 7- 1-1955 a |

SECRETÁRIOS DO DIRETOR

| | | |
|---|--------------------------|-------------------------|
| Melilo Moreira de Mello..... | Cônsul..... | 22- 5-1946 a 3-12-1946 |
| Pedro de Souza Ferreira Gonçalves Braga.. | Cônsul..... | 23-12-1946 a 12- 5-1948 |
| Vera Regina Amaral Sauer (*)..... | Cônsul..... | 1- 8-1947 a 31- 1-1948 |
| Ayrton Diniz..... | Cônsul..... | 12- 5-1948 a 23- 6-1950 |
| Luiz Benjamin de Almeida Cunha..... | Cônsul..... | 13- 2-1951 a 24- 9-1951 |
| Cláudio Garcia de Souza (*)..... | Cônsul..... | 24- 9-1951 a 5-10-1951 |
| Marcos Antonio de Salvo Coimbra..... | Cônsul..... | 5-10-1951 a 27- 3-1953 |
| Manoel Maria Fernandes Alcázar..... | Cônsul..... | 8- 7-1953 a 7- 4-1954 |
| José Maria Vilar de Queiroz..... | Cônsul..... | 7- 4-1954 a 25- 1-1955 |
| Elza Gomes (*)..... | Aux. Administrativo.. | 9- 2-1956 a 15- 5-1957 |
| Naura Teixeira Lopes da Cruz..... | Escriturário..... | 16- 5-1957 a 24- 3-1961 |
| Martha Freire Pereira Pinto..... | Oficial de Chancelaria.. | 25- 3-1961 a |
| Lucy Soares Carneiro..... | Taquígrafo..... | 30- 3-1970 a |

(*) Em caráter interino.

AUXILIARES DA SECRETARIA E SUA DISTRIBUIÇÃO
PELAS DIVERSAS SEÇÕES
SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

| N O M E S | CARGO | EXERCÍCIO |
|--|---------------------------------------|-------------------------|
| Maria Virginia Dantas Cavalcanti..... | Auxiliar..... | 1- 9-1945 a 31-12-1945 |
| Ladislau Colago..... | Auxiliar..... | 10-11-1945 a 14-11-1945 |
| Jorge Malheiros dos Santos..... | Auxiliar..... | 5-10-1945 a 13-11-1945 |
| Estevão Botelho..... | Contador..... | 1- 1-1946 a 9-12-1958 |
| Martha Freire Pereira Pinto..... | Escriturário..... | 6- 3-1946 a 12- 2-1949 |
| Vera Pereira Correia Costa..... | Auxiliar..... | 8- 7-1946 a 20-12-1946 |
| Manoel Moreira de Barros..... | Auxiliar..... | 8- 3-1946 a 18-10-1946 |
| Ida Lôbo de Brito..... | Arquivista..... | 8- 3-1946 a 1- 2-1947 |
| Naura Teixeira Lopes da Cruz..... | Oficial de Chancelaria.. | 28-11-1946 a |
| Maria Paletta de Alencar..... | Oficial de Chancelaria.. | 6- 5-1947 a 12-12-1947 |
| | | 7- 3-1957 a |
| Dulce Soares de Oliveira..... | Datilógrafo..... | 3- 9-1947 a 31-12-1947 |
| Cloilde Paletta de Alencar..... | Auxiliar..... | 7-11-1947 a 31- 5-1951 |
| Washington Muller dos Reis..... | Auxiliar..... | 21-11-1947 a 5- 5-1948 |
| Iolanda Lúcia Vettori..... | Arquivologista..... | 12- 1-1948 a 30- 8-1948 |
| Cecília Leite Carneiro Monteiro..... | Datilógrafo..... | 1- 1-1949 a 9-12-1952 |
| Regina Lima de Abreu..... | Datilógrafo..... | 23- 3-1949 a 23- 8-1951 |
| Lygia Lima de Abreu..... | Escriturário..... | 25-10-1951 a 16-11-1956 |
| Vera de Pimentel Brandão Corrêa Pinto... | Auxiliar..... | 1-11-1951 a 31-12-1953 |
| Iris Coelho..... | Taquígrafo..... | 1- 1-1953 a 31- 8-1955 |
| Silvia Ribeiro Póvoas..... | Auxiliar Administrativo | 15- 7-1954 a 26- 8-1954 |
| Zoeh Ivone da Veiga Ferreira Pontes..... | Auxiliar Administrativo | 26-11-1951 a 1- 8-1952 |
| Maria Aparecida de Carvalho Sá..... | Auxiliar Técnico Finan- ceiro..... | 1-12-1953 a |
| Rachel Biasotto Mano..... | Escrevente Datilógrafo.. | 1-10-1954 a 13- 1-1955 |
| Maria Sylvia de Noronha..... | Auxiliar Administrativo | 1-10-1954 a 2- 9-1955 |
| Anna Maria Teixeira Nunes..... | Auxiliar..... | 22- 8-1955 a 7- 3-1960 |
| Luciola Junqueira..... | Auxiliar..... | 22- 8-1955 a 7- 3-1957 |
| Laura Moura de Aquino..... | Datilógrafo..... | 10- 5-1962 a 2- 5-1967 |
| Ilma Drinkwater de Oliveira Gomes..... | Auxiliar de Escritório.. | 5-11-1962 a |
| Therezinha Castro Lima..... | Contadora..... | 20- 4-1970 a |
| Margarida do Nascimento Brito..... | Oficial de Chancelaria.. | 29- 4-1970 a |

SEÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA

| | | |
|--|------------------------------------|-------------------------|
| Marina de Barros Vasconcelos..... | Assistente..... | 21- 9-1946 a 19-10-1951 |
| Maria Paletta de Alencar..... | Encarregado de Seção.. | 9-10-1951 a 3-1-1955 |
| Rachel Biasotto Mano..... | Auxiliar..... | 12-12-1947 a 7-3-1957 |
| Zina Arcary..... | Oficial de Chancelaria.. | 3- 1-1955 a 12-1-1965 |
| Ilka Vianna de Moura..... | Datilógrafo..... | 1-10-1954 a 31-12-1959 |
| Luciola Junqueira..... | Oficial de Chancelaria.. | 1-11-1956 a 6-8-1966 |
| Ana Maria Teixeira Nunes..... | Assistente Comercial... | 8- 3-1957 a |
| Juraciema Marciano de Amorim..... | Técnico Contabilidade.. | 7- 3-1960 a |
| Martha Freire Pereira Pinto..... | Auxiliar de Escritório.. | 26- 7-1965 a 19-8-1968 |
| Marina Liema de Figueiredo Pessoa..... | Oficial de Chancelaria.. | 1-3-1969 a |
| | Oficial de Administra- ção..... | 1- 2-1971 a |

| N O M E S | C A R G O | EXERCÍCIO |
|---|------------------------------|-------------------------|
| SEÇÃO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES | | |
| Astréia Dutra dos Santos..... | Pesquisador..... | 26-11-1945 a 31-12-1949 |
| Jacy Lobato Álvares..... | Bibliotecário..... | 10- 9-1948 a 10- 6-1951 |
| Maria de Vilhena Fabiano de Araujo..... | Oficial de Chancelaria..... | 31-11-1948 a |
| Osires Carneiro Leão..... | Auxiliar Administrativo..... | 19- 6-1951 a 26- 1-1955 |

BIBLIOTECA

| | | |
|---|-----------------------------|--------------------|
| Heloisa Behring Tonello..... | Oficial de Chancelaria..... | 15- 3-1955 a |
| Laura Moura de Aquino..... | Datilógrafo..... | 2- 5-1967 a |
| Solange Theresinha Vianna de Almeida e Albuquerque..... | Escriturário..... | 19-11-1971 a |

PORTARIA

| | | |
|--------------------------------------|----------------|-------------------------|
| Wilson Teixeira..... | Impressor..... | 1-11-1945 a |
| Ivan Teixeira..... | Porteiro..... | 1- 4-1947 a 22-12-1969 |
| Antonio Jorge dos Santos..... | Servente..... | (até 15-12-1961) |
| Rubens Pereira de Souza e Silva..... | Porteiro..... | (até 12- 4-1963) |
| Adilson de Miranda Miguel..... | Servente..... | (até 2-12-1963) |
| Joaquim Francisco da Costa..... | Servente..... | De 1-4-1965 a 4-10-1965 |
| Gilberto de Jesus..... | Servente..... | (até 2- 9-1963) |
| | | (até 1- 4-1965) |
| | | De 17-11-1966 a..... |
| Jorge Melo da Costa..... | Servente..... | 5- 9-1963 a 30-11-1967 |
| Luiz Carlos da Gama..... | Servente..... | 5-10-1965 a 15-11-1966 |
| Leonidas Rosa de Oliveira..... | Servente..... | 2- 5-1967 a |
| Rogério Lourenço Pereira..... | Servente..... | 9- 5-1967 a 31- 8-1971 |
| Jorge Ivo Marcelo..... | Servente..... | 1-12-1967 a |
| Waldir Teixeira..... | Porteiro..... | 2-12-1969 a |
| Domingos Matias Filho..... | Servente..... | 1- 9-1971 a |

PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

1972

ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1965 a 1972)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1935). *Atividades Profissionais*: Professor universitário, advogado, e jornalista. *Principais Funções Públicas*: a) Membro da Comissão de Reparções de Guerra, 1945; b) Consultor Especial da Comissão Nacional de Energia Nuclear desde 1961; c) Delegado do Brasil ao Comitê Intergovernamental sobre Responsabilidade Civil da Agência Internacional de Energia Atômica (Viena, 1962); d) Delegado do Brasil e Presidente do Comitê Jurídico da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Washington, 1962; Viena, 1963; Washington, 1963; Buenos Aires, 1964; México, 1967; Rio de Janeiro, 1969; e Washington, 1971); e) Delegado do Brasil e «Rapporteur» à Conferência Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares (Viena, 1963); f) Delegado do Brasil à 5ª Reunião da Comissão Interamericana de Energia Nuclear da OEA (Valparaíso, 1964); g) Membro da Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, eleito em 1964 e reeleito por mais 4 anos em 1972; h) Delegado do Brasil à II Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); i) Delegado do Brasil na Comissão de Peritos sobre Assistência de Emergência em caso de Acidente Nuclear da AIEA (Viena, 1965); j) Representante do Brasil no Seminário das Nações Unidas sobre o Apartheid (Brasília, 1966); k) Membro do Tribunal de Arbitragem do Consortium Internacional de Telecomunicações por Satélites (Washington, 1967); l) Delegado do Brasil à Comissão das Nações Unidas sobre Satélites de Comunicação Direta (Nova York, 1969); m) Delegado do Brasil à Conferência do INTELSAT (Washington, 1969 a 1971); n)

Chefe da Delegação do Brasil à Conferência Especializada da OEA sobre Direitos Humanos (San José, 1969); o) Delegado do Brasil à Conferência da Cruz Vermelha sobre Direito Internacional Humanitário (Genebra, 1971/72). *Exercício de Magistério*: a) Professor contratado de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito (1940); b) Professor Livre Docente de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1965); c) Catedrático interino de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da UEG (1969 a 1971); d) Catedrático interino de Direito Constitucional da mesma Faculdade (1967/68); e) Conferencista nas Universidades de Coimbra, Lisboa, Santiago, Brasília, Pernambuco, São Paulo, Santa Maria e Juiz de Fora, na Pontifícia Universidade Católica e outras Universidades; f) Conferencista da Escola Superior de Guerra, da Escola Naval e da ADESG. *Outras Atividades Internacionais*: a) Tesoureiro da Inter-American Bar Association (1965-1972); b) Diretor-Geral da Comissão Interamericana de Arbitragem Comercial (1968-70 e 1971-73); c) Presidente da Comissão Brasileira do XXV Aniversário das Nações Unidas (1970); d) Vice-Presidente do Comitê de Direito e Tecnologia dos Computadores da World Peace through Law Center (1968-72).

ALMEIDA, 2º Secretário Márcio Fortes de

(C.P.C.D. — Português — 1966 a 1972)
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1967, 1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Orientação Profissional — 1968)
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M. R. E. — 1969, 1970)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1965). Curso de Doutorado, Direito Público, da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio «Rio-Branco», medalha de *vermeil* — 1º lugar, 1963. Prêmio «Lafayette de Carvalho e Silva» (vestibular ao Instituto Rio-Branco, 1962). Assessor das Delegações do Brasil às II Reuniões Anuais do Comitê Interamericano Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos (1963). Assessor do Exame de Seleção Prévia e do Exame Vestibular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco (julho de 1964 e julho-novembro de 1965). Assessor da Delegação do Brasil à XIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (dezembro de 1964, março

de 1965). Membro do Conselho da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (G.O.), como representante do Ministério das Relações Exteriores (maio de 1965—fevereiro de 1967). Auxiliar do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (agosto de 1965—fevereiro de 1966). Examinador de Português dos Exames de Seleção Prévia de 1966 a 1972 e do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1972. Examinador de Português da 1ª Fase (Seleção Prévia), do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967) e do Concurso para Oficial de Chancelaria (1970). Orientador do 1º ano do C.P.C.D. em 1967 e do 2º ano em 1968. Membro do Grupo de Estudos sobre Direito Internacional Público e Política Internacional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, representando o Ministério das Relações Exteriores (setembro de 1966 e março de 1967). Assessor da Assessoria Especial do Presidente da República (1966 a dezembro de 1969). Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra (negociações sobre café e instalação da reunião da Oic), à Alemanha Ocidental e à França (negociações sobre siderurgia) agosto de 1970. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem aos Estados Unidos da América, Itália, Áustria, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra e Japão (negociações sobre siderurgia) abril/maio de 1971. Assessorou o Ministro da Indústria e do Comércio em viagem à Inglaterra e à França (negociações sobre seguros e siderurgia), maio de 1972. Adjunto da Assessoria Especial do Presidente da República (dezembro de 1969...)

ALVES, Ministro Dário Moreira de Castro

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1968)
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1969 a 1972)

Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1951. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, 1951. Serviu na Embaixada em Buenos Aires, na Missão junto à ONU, na Embaixada em Moscou e no Consulado em Roma. *Congressos e Conferências a que compareceu*: XIII, XIV, XVIII e XX Sessões da Assembléia-Geral da ONU; VI, VII, VIII e IX Reuniões de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas; X Conferência Interamericana da OEA (Caracas); Comissão de Desarmamento (Genebra); Comitê do Es-

paço Cósmico (Nova York); Conferência para constituir o Banco Interamericano de Desenvolvimento; I Assembléia Geral Extraordinária da OEA.

AUGER, Jacques

(C.P.C.D. — Francês — 1969 a 1972)

Diretor dos Cursos Exteriores da Aliança Francesa do Rio de Janeiro; Professor de Letras (Académie de Paris — 1958-1961); Professor de Francês do Instituto Universitário de Mogadiscio (Somália) (1962-1967); Criador e Diretor do centro cultural da Embaixada Francesa na Somália (1965-1967); Diretor do centro áudio-visual da Aliança Francesa do Rio de Janeiro (1967-1969). Diplomado pelo Centro de pesquisas e estudos para a difusão do francês língua estrangeira (Faculté des Lettres et Sciences Humaines — Montpellier, 1955).

BAUMGARTEN JÚNIOR, Alfredo Luiz

(C.P.C.D. — Economia — 1968-69, 1971/1972)

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1961-1964); Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (1965-1966). *Cursos de Aperfeiçoamento*: Curso de Produtividade Industrial (1962) da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curso de Localização de Empresa (1963); Curso de Desenvolvimento e Planejamento (1963); Curso de Análise de Sistemas pela IBM do Brasil; Assistente de Pesquisa do «Center for International Studies» do «Massachusetts Institute of Technology», com estágio no Departamento de Economia da mesma Instituição (1970). *Experiência Profissional*: Redator do Suplemento Econômico do «Correio da Manhã» de 1963 a 1964; Auxiliar de Economia do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica — Setor de Orçamento e Finanças — e da Assessoria do Gabinete do Ministro da Fazenda, em 1964, tendo participado dos estudos da Reforma Tributária de 1964; Economista do Centro de Estudos Industriais e do Centro de Estatística e Econometria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1967/70; Chefe do Centro de Estudos Industriais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1970. *Atividades Docentes*: Professor e Consultor Técnico do Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Ja-

neiro, 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Governamental do III Curso do Programa Nacional de Aperfeiçoamento de Professores de Administração (PRONAPA) do Centro de Pós-Graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, 1969; Professor assistente nas Cadeiras de Macroeconomia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRJ, 1971; Professor Associado do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1969; Professor da Cadeira de Planejamento Econômico da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. *Comissões*: Representante da Fundação Getúlio Vargas junto ao 1º e 2º Congressos de Usuários de Computadores Eletrônicos promovidos pela SECESU, em 1968-69. Representante da Fundação Getúlio Vargas nas Conferências patrocinadas pela Associação Econômica Internacional sobre «O Papel da Ciência e da Tecnologia no Desenvolvimento Econômico» (Áustria, 1971) e «Planejamento de Longo Prazo e Previsão» (URSS, 1972).

BECKER, Bertha Koiffmann

(C.P.C.D. — Geografia — 1966 a 1972)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Geografia Política — 1968)

Licenciada e Bacharel em Geografia e História, Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil. Livre-Docente em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da U.F.R.J. Chefe de Pesquisas, Conselho Nacional de Pesquisas. Membro da Banca Examinadora no Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata de 1966 a 1972 e na 1ª Fase (Seleção Prévia) do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967); Membro da Banca Examinadora no Concurso para Livre-Docência na Universidade de Rio Claro, São Paulo (1971). Representante da Seção Regional do Rio de Janeiro no Conselho Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Secretária da Comissão sobre Aspectos Regionais do Desenvolvimento, União Geográfica Internacional. Sócia fundadora da Sociedade Brasileira de Planejamento. Membro da Delegação Brasileira a vários Congressos Internacionais: Rio de Janeiro (1956), Londres (1964), México (1966), Nova Delhi (1968), Vitória, Espírito Santo (1971) e Montreal (1972). Presidente de Sessão no «Population Symposium,

XXI International Geographical Congress», Nova Delhi (1968). Relatora da Comissão de «Diretrizes e Prioridades da Pesquisa Geográfica», na II Conferência Nacional de Geografia, Estatística e Cartografia, promovida pela Fundação IBGE (1972).

BECKER, Gretchen

(C.E. — Alemão — 1971/1972)

«Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge» (junho de 1960). Licenciada em Inglês pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras «Santa Úrsula», Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (dezembro de 1960). Seminário de Inglês organizado pela Diretoria do Ensino Secundário — CADES (setembro e outubro de 1960). Curso de Treinamento de Professores de Inglês, Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa (1961). Registro como Professora de Inglês no Ministério da Educação e Cultura (junho de 1962). «Degree of Master of Arts in Education, Michigan State University, U.S.A.» (dezembro de 1964). «Certificate of Special Program in Audio-visual Education, Audio-visual Center, Michigan State University» (dezembro de 1964). 1º Seminário Intensivo de Aperfeiçoamento para Professores da Língua Alemã, promovido pelo Instituto Cultural Brasil-Alemanha (janeiro/fevereiro de 1969). Certidão do Concurso para Professor Auxiliar de Ensino da Cadeira de Alemão no Colégio Pedro II (1970). 1º Congresso Latino-Americano da Associação Internacional para Instrução Programada sobre Pedagogia Cibernética, Salvador, Bahia (novembro de 1969). Professora de Inglês no Curso Pré-Vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Úrsula, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1961). Bolsista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) na «Michigan State University, U.S.A.» (setembro a dezembro de 1964). Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha, a partir de agosto de 1969.

BROWN, Gilbert Clark

(C.P.C.D. — Inglês — 1971/1972)

Universidade de Queens, 1946-1948. Universidade do Estado de Nova York, Cortland, B.S., 1951. Universidade de Columbia, M.A., 1955; Ed. D. 1960. Professor Secundário de Línguas, 1951-1960. Administrador Escolar — 1960-71. Curso de Aperfeiçoamento de Administração Escolar, Howard Uni-

versity, 1968. Membro: Associação Americana de Administração Escolar, Associação Nacional de Educação, Phi Delta Kappa, Ex-Presidente da Associação de Escolas Bi-Nacionais da América Latina, Comissão de Inspectores Escolares da «Southern Association of Colleges and Schools».

CARNAUBA, Ministro Frederico Carlos

(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M. R.E. — 1971/1972)

Diretor, interino, do Instituto Rio-Branco. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1950 e no C.A.D. em 1951. Sócio Titular da Sociedade Brasileira de Geografia. Consultor Econômico da Comissão Permanente para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal. Serviu nas Embaixadas em Santiago, Buenos Aires, Bonn e Bogotá. Cônsul do Brasil em Luanda. *Congressos e Conferências a que compareceu*: V Período de Sessões da CEPAL; II, III, IV e V Sessões do Comitê Plenário da CEPAL; 1º Período de Sessões do Comitê de Comércio da CEPAL; Comissão de Peritos de Bancos Centrais para elaborar um projeto de Banco Interamericano de Desenvolvimento; XIV Conferência Sanitária Pan-americana; Conferência Econômica da OEA (1957); VI Sessão da COINS; III Período de Sessões do Comitê dos 21; II e IX Reunião Anual da Junta de Governadores do BID; XXIII Sessão do Comitê Consultivo do Algodão; V Sessão da Conferência Européia de Aviação Civil; Simpósio de Estudos sobre a nova geração soviética (Munique, 1965); II Reunião da CECLA; Reunião do Comitê de Transporte Marítimo da OEA; 1ª Reunião de Peritos Governamentais sobre Direito Humanitário; XXVI Assembléia Geral da ONU. II Reunião de Peritos Governamentais sobre Direito Humanitário.

CASTRO, Conselheiro Raymundo Nonnato Loyola de

(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1970 a 1972)

Chefe da Divisão de Passaportes. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1948. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no C.P.C.D. em 1947 e no C.A.D. em 1948. Estagiário e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra em 1958 e 1959. Serviu em Quito, Estocolmo e Buenos Aires. Membro da Co-

missão Mista Brasileiro-Argentina em 1961. Representante do Itamaraty na Comissão Interministerial que elaborou o Estatuto do Estrangeiro em 1969.

FIORAVANTE, Moacyr Antonio

(C.P.C.D. — Economia — 1968, 1971/1972)

LIMA, Ministro Paulo Tarso Flecha de

(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1971/1972)

Secretário-Geral Adjunto, interino, para Promoção Comercial. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, 1957. Cônsul de Terceira Classe, por concurso do Instituto Rio-Branco, 1955. Oficial do Gabinete Civil da Presidência da República, 1956. Membro da Missão Especial às Solenidades da Posse do Presidente da Bolívia, 1956. Membro da Missão Especial às Solenidades da Posse do Presidente do México, 1958. Oficial de Gabinete do Presidente da República, 1959. Chefe do Gabinete do Governador Provisório do Estado da Guanabara, 1960. Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (DALALC) M.R.E., 1966 a 1968. Serviu na Embaixada em Roma, no Consulado-Geral em Nova York e na Delegação Permanente do Brasil junto à ALALC, Montevidéu. Representou o Brasil na I Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, 1957; na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura — FAO, 1961/62; na II Conferência Latino-Americana da Uva e do Vinho (Mendoza, 1963); na Reunião de Peritos Governamentais sobre Integração Econômica Latino-Americana (Montevidéu, 1964); no IV Período de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu (Bogotá, 1964); na III Assembléia Extraordinária da ALAMAR (Montevidéu, 1965); na Reunião para Análise da Política de Transporte Aquático da ALALC (Montevidéu, 1965); na Conferência dos Chanceleres das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu (Montevidéu, 1965); no V Período de Sessões das Partes Contratantes do Tratado de Montevidéu (Montevidéu, 1965); na II Reunião da Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação — CEBRAC (Buenos Aires, 1966); na I Reunião do Conselho de Ministros da ALALC (Montevidéu, 1966).

LIMA SOBRINHO, Antonio Estevam de

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo (Cibernética) — 1971/1972)

«Master of Economic Sciences», Universidade de Varsóvia, 1968. Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade de Varsóvia. Especialização em Métodos Numéricos e Algol-60, Instituto de Cálculo Numérico da Universidade de Varsóvia. *Experiência Profissional*: Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1968/69. Professor de Planejamento Econômico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, 1969. Professor de Econometria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1969/71. Professor de Econometria da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 1969/70. Chefe de Pesquisa do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1968/69. Membro do Secretariado Executivo da Comissão do Ano 2000 da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Guanabara, 1970. Professor Regente de Pesquisa Operacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara, 1970/71. Vice-Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, 1971. Consultor da S.P.L. — Serviços de Planejamento, 1969/71. Assessor da Presidência da União de Bancos Brasileiros, 1969/70. Coordenador da Assessoria Econômica do Conselho da União de Bancos Brasileiros, 1971. Diretor da IBRATA — Indústria Brasileira de Granito, Brita e Derivados Ltda., 1971. *Congressos, Seminários e Reuniões Científicas (Participação)*: Seminário Latino-Americano de Ciências Políticas (Projeto Brasil) Rio, 1969; II Congresso da Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional, Rio, 1970; Simpósio Internacional de Pesquisa Estatística — Amostral e Domiciliar, Rio, 1970. *Associações Científicas de que faz parte*: Sociedade Brasileira de Pesquisa Operacional. Sociedade Cibernética Brasileira.

LOPES, Helga de Godoy

(C.E. — Alemão — 1972)

Cursos Superiores: de 1962 a 1969: a) Filologia Romana e Filosofia (Universidade de Colônia); b) Curso Prático de Língua Francesa (Paris); c) Curso de Literatura e Civilização Francesa (Paris); d) Estudos Franceses (Paris); e) Curso de Russo (Paris); f) Lingüística e Letras Alemãs (Pa-

ris). *Diplomas e Certificados*: de 1963 a 1972: a) Diploma Superior do Curso de Literatura e Civilização Francesa — Seção Universitária — Sorbonne — Paris; b) Diploma de Estudos Franceses — 2º grau — Sorbonne — Paris; c) Diploma Superior de Estudos Franceses — 3º Grau — Sorbonne — Paris; d) Certificado Prático de Língua Francesa — Seção Universitária — 1º Grau — Sorbonne — Paris; e) Certificado de frequência regular do 3º ano de Russo da Escola Nacional de Línguas Orientais Vivas — Paris; f) Atestado de Licença «ès-lettres» — Universidade de Paris; g) Dois Certificados de estudos de Alemão — Universidade de Paris; h) Certificado do I Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Serviço de Psicologia Aplicada (SERPA) — 1971 — Brasília; i) Certificado do Curso de Orientação — Método Audiovisual do Centro Brasileiro de Lingüística Aplicada — 1971 — Brasília; j) Certificado do II Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Serviço de Psicologia Aplicada (SERPA) — 1972 — Brasília. *Atividades Profissionais*: de 1969 a 1972: a) Professora de Alemão no Liceu Blaise Pascal — Orsay — Paris; b) Professora de Alemão no Colégio Alain Fournier — Orsay — Paris; c) Professora de Francês no Colégio Sacré-Coeur — Brasília; d) Professora de Francês no Colégio Santa Dorotéia — Brasília; e) Professora de Alemão na UnB — Brasília; f) Professora de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha — Brasília; g) Curso de Alemão a um grupo de funcionários do Ministério da Fazenda — Brasília; h) Tradutora e Locutora da Seção Internacional da Rádio Nacional — Brasília.

MESQUITA, Embaixador André Teixeira de

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1970 a 1972)

Chefe do Cerimonial. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, 1945. Ingressou na Carreira como 3º Secretário, por concurso, em 1943. Serviu nas Embaixadas em Madri, Cairo, Bogotá e Viena e nas Missões em Genebra e Nova York. Embaixador em Honduras, 1968/69. *Congressos e Conferências a que compareceu*: III Conferência Interamericana de Radiocomunicações (Rio de Janeiro, 1945); VI Sessão da Comissão de Indústrias Têxteis (Genebra, 1956); VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Punta del Este, 1962); Reunião do Comitê de Desarmamento das Nações Unidas (Genebra, 1962); XVIII Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas (Nova York, 1963); Comitê do Ano Internacional para os Direitos do Homem (Nova York, 1964); Comitês de Pro-

gramas, do Orçamento Administrativo e da Junta Executiva do FISI (Nova York, 1964); I Conferência da UNIDO (Viena, 1966). Chefe da Missão Preparatória da Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores à África Ocidental e membro da comitiva que o acompanhou em sua viagem (1972).

MOREIRA, 1.º Secretário Marcílio Marques

(C. P. C. D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965)

(C. P. C. D. — Economia II — 1966)

(C. P. C. D. — Política Internacional — 1966 a 1968)

(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional I — 1968)

(C. P. C. D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1969 a 1972)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Diplomado no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio-Branco. Prêmio Rio-Branco, medalha de ouro, 1954. Professor, substituto, de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito Cândido Mendes, de abril a junho de 1956. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1956). Diplomado no Curso de Estudos do Sistema Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, em 1956. Serviu na Embaixada em Washington, de 1957 a 1963. Assistente do Secretariado da Reunião dos Países Participantes do Sistema de Pagamentos Multilaterais, (Rio de Janeiro, 1956). Assessor da Delegação do Brasil à XXV Sessão do Conselho Econômico e Social (Ecosoc) das Nações Unidas (Nova York, 1958). Membro da Delegação do Brasil à Conferência sobre o Mercado Comum Europeu (1958). Assessor da Delegação do Brasil à Junta Diretora do Governo Internacional do Café (Washington, 1959). Participou do seminário sobre a América Latina (Bloomfield Hills, 1961). M.A. em Ciência Política pela Universidade de Georgetown, Washington D.C. (1963). Diretor-Substituto temporário do Brasil no Fundo Monetário Internacional e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (1961-1963). Assessor-Geral do Departamento de Operações Internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1963-1965). Delegado-Substituto do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Genebra, 1964). Assessor do Chefe da Delegação do Brasil à 2ª Con-

ferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965). Professor de Aspectos Sociais e Políticos do Desenvolvimento nos cursos de Bacharelato, Mestrado e Doutorado no Instituto de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1965. Diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Universidade do Estado da Guanabara, a partir de maio de 1968. Diretor-Tesoureiro do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1968 — 1971). Membro da Comissão Consultiva do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, do Ministério do Interior (1968/1970). Diretor-Presidente da COPEG (1965/1968). Diretor da União de Bancos Brasileiros (1968). Vice-Presidente do Banco de Investimento do Brasil (1968). Representante do Brasil na «Atlantic Conference» (Caracas — 1972).

NASCIMENTO E SILVA, Embaixador Geraldo Eulálio do

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1946 a 1948, 1956 a 1958, 1961)

(C.P.C.D. — Política Internacional — 1970 a 1972)

Diretor do Instituto Rio-Branco (nov. 1969 a jul. 1972). Formado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (1941). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco nos Cursos de Prática Consular (1945), de História Diplomática do Brasil (1947), de Prática Diplomática (1947) e de História da Formação Territorial do Brasil (1948). Diplomado pela Escola Superior de Guerra (1955). Professor de Direito Consular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1948). Professor do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris «Sorbonne» (1954), Professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito «Cândido Mendes» (1956), Professor da Universidade *Pro Deo* de Roma (1958 a 1960), Presidente do Grupo de Trabalho encarregado de proceder aos estudos relativos à ampliação dos cursos do Instituto Rio-Branco (1961). Secretário-Geral da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, membro da «Internacional Law Association» (1950), da Comissão Brasileira de Direito Comparado, do Instituto de «Derecho Internacional de la Universidad del Litoral» (Rosário-Argentina), do «London Institute of World Affairs» (1962), da «Comission Internationale de Juristes», representante do Brasil no *Praesidium* da «Grotius Foundation» (Munique), associado do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional (1969), Secretário

da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional (desde 1944), Diretor do Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (desde 1945). Representou o Brasil na Assembléia Geral das Nações Unidas (1946); no Conselho e na Conferência da F.A.O. (Roma, 1958-1960); no Conselho Internacional do Açúcar (Londres, 1963-1964); na Conferência das Nações Unidas sobre Relações e Imunidades Diplomáticas (Viena, 1961); na Conferência Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (Londres, 1962); na Assembléia da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (Londres, 1963); na Conferência sobre Relações Consulares (Viena, 1963); na Conferência Internacional sobre Facilidades de Viagens e Transportes Marítimos (Londres, 1964), quando foi eleito Presidente da Conferência; na IIª Conferência Interamericana Extraordinária (Rio de Janeiro, 1965); na Conferência sobre o Direito dos Tratados (Viena, 1969); na Conferência sobre as Conseqüências Legais da Poluição do Mar por Óleo (Bruxelas, 1969) e na Conferência sobre apoderamento ilícito de aeronaves (Haia, 1970). Como diplomata, serviu em Rosário, Tel Aviv, Roma, Vaticano, Londres e São Domingos.

PAYNE, Kenneth James

C.P.C.D. — Inglês — 1961, 1964 a 1968, 1971, 1972)

St. Catherine's Society, Oxford 1945-48. Honours Degree in Modern Languages (Class I). Professor primário — 1948-52 e professor particular de inglês — 1952-54, em Eastbourne. Professor Assistente na Escola de Inglês da Legião Árabe em Londres, 1955-56, em Amã, na Jordânia, em 1956. Professor Assistente no «The Linguist Club School of English», Londres — 1956-57. Professor no curso de inglês para professores de ensino secundário organizado pela CADES, Ministério da Educação e Cultura, Belo Horizonte — 1958. Professor na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1958. Conferencista titular — junho, 1958; Diretor da filial de Botafogo em 1958-60. Nomeado Diretor de Estudos na SBCI em abril — 1960. Examinador de provas orais para o diploma «Cambridge» no Rio de Janeiro. Examinador de Inglês dos Exames de Seleção Prévia (1960, 1962, 1963, 1965, 1967 a 1969, 1971), do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1959, 1960, 1962 a 1971), e do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata (1967 — 1ª fase). Professor Assistente da PUC — 1966-67. Coordenador de Inglês da PUC — 1968-69.

RIBEIRO, 1.º Secretário Jorge Carlos

(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1971/1972)

Chefe da Divisão de Comunicações. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1959). Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (1958) e no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1960). Auxiliar do Chefe do Departamento de Administração (1963/66). Serviu no Consulado-Geral em Marselha, na Delegação em Genebra e na Embaixada em Montevidéu. Membro de delegações brasileiras a conferências sobre patentes e direitos de autor (1967/71), transportes marítimos (1966/70) e agências especializadas da ONU em Genebra.

Rios, Hilton Carlos da Silva

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1969 a 1972)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Ex-Assistente Jurídico do Estado de Pernambuco. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Curso de Preparação a Pesquisas Sócio-Jurídicas da Divisão de Ciência do Direito do Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco. Antigo Professor Assistente de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito de Caruaru (Pernambuco). Antigo Professor Titular de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Professor Associado de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Auxiliar de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Theophilo de Azeredo

(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1963 a 1972)

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Curso de Doutorado da «Faculté de Droit et de Sciences Economiques de Paris». Diplomado no Curso Superior de Guerra, pela Escola Superior de Guerra — Diretor da Associação dos Di-

plomados na Escola Superior de Guerra — ADESG. Professor de Direito Comercial da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Estado da Guanabara. Examinador no concurso para juiz substituto da Justiça do Estado, Examinador no concurso para defensor público no Estado da Guanabara. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros. Diretor da «Inter-American Bar Association» (Washington). Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Coordenador dos Cursos de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Diretor do Comitê Nacional de Direito Comparado. Diretor da «International Law Association», seção brasileira. Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara. Presidente da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. Ex-Diretor do Banco Comercial de Minas Gerais S.A. Ex-Diretor do Banco Nacional de Investimentos S/A. Vice-Presidente da ADECIF — Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento. Presidente da Federação Latino-Americana de Bancos. Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Diretor da Rio de Janeiro — Companhia de Seguros Gerais. Presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção — seção brasileira — CICYP. Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. Membro da «Society for International Development», seção brasileira. Consultor Jurídico da Companhia Docas da Bahia. Membro da Associação de Direito Marítimo, da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Membro da Delegação Brasileira à Reunião do Fundo Monetário Internacional. Ex-Presidente da Comissão Consultiva de Mercado de Capitais do Conselho Monetário Nacional. Membro do Conselho Assessor do Plano de Integração Social (P.I.S.). Redator da Revista Forense, da Revista de Direito Mercantil, Econômico e Financeiro (São Paulo) e do Boletim Cambial. Presidente do Conselho Consultivo do Banco Metropolitano de Investimentos, S. A.

SCHLIEPER, Ernesto Oto Carlos

(C.E. — Alemão — 1972)

Bacharel em Teologia e Filosofia pela Faculdade Superior de Teologia e Filosofia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, no Rio Grande do Sul, 1960. Curso de Psicologia na Universidade de Minnesota e Treinamento Clí-

nico Pastoral em Chicago (1961/62). Curso de Teologia e Filosofia na Universidade de Heidelberg, Alemanha (1963/64). Pastor da Igreja Luterana no Rio de Janeiro em 1965, em Campinas (SP) até 1968 e em Brasília a partir de 1968. Professor de Alemão no Instituto Cultural Brasil-Alemanha em Brasília, desde 1970.

SELON, André

(C.P.C.D. — Francês — 1961 a 1972)

Licence-ès-lettres — Sorbonne, Licence en Droit — Sorbonne. Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial (1.º colocado em Concurso — 1958). Dirigiu o Serviço de Tradução dos seguintes congressos: Conferência dos Ministros de Economia e Finanças (1954 — Rio); Congresso Internacional da União Interparlamentar; Congresso Internacional das Organizações Superiores de Controle de Finanças Públicas (1959 — Rio); Congresso Internacional do Pen Club (1960 — Rio). Participou, como tradutor, da II Conferência Extraordinária Americana — Rio, 1965; das Quartas Reuniões Anuais do Conselho Econômico e Social Interamericano — (Buenos Aires, 1966); da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária — (Buenos Aires, 1967); da Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores — OEA — (Punta del Este, 1967); da Reunião de Chefes de Estado Americanos — (Punta del Este, 1967); da Conferência do CIES — (Buenos Aires, 1967); da DEA — Viña del Mar, 1967); da 1ª Assembléia Geral da OEA — (Washington, 1970); da Conferência sobre Cultura e Educação — OEA (Lima, 1971); da Assembléia Geral da OEA (São José da Costa Rica, 1971); da Assembléia Geral da OEA (Washington, 1972). Professor do Centro Preparatório de Funcionários Internacionais. Adaptação e narração, em francês, dos filmes: «Brasil Ano 150», «A Transamazônica», «Nossa Senhora da Glória do Outeiro» e «Burle Marx». Ministrou o Curso «Aspectos Sociais da Comunidade Industrial» na Federação das Indústrias de Salvador (Bahia, 1966).

SILVA, 1.º Secretário Alberto Vasconcellos da Costa e

(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática II — 1968 a 1972)

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Diplomado pelo Instituto Rio-Branco no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata — 1957. Prêmio Rio-

Branco, medalha de prata. Diplomado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas — 1958. Serviu nas Embaixadas em Lisboa, Caracas e Washington. Auxiliar do Secretário Geral de Política Exterior — 1967 a 1969. *Congressos e Conferências a que compareceu*: Comissão Econômica para a África (Adis Abeba, 1961); Reunião dos Principais Produtores de Cacau (Abidjã, 1962); Conferência Internacional do Café (Nova York, 1962); III Período Extraordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA (Washington, 1971); XIV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos (Washington, 1971).

TAPAJÓS, Vicente Costa Santos

(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1969 a 1972)

Professor de História pela Escola de Economia e Direito da Universidade do Distrito Federal. Curso da Escola Superior de Guerra (1967). Professor Catedrático do Instituto de Educação da Guanabara, Professor secundário do Estado da Guanabara, Diretor do Departamento de Educação Técnico-Profissional da Secretaria de Educação da Guanabara, Diretor do Curso Normal do Instituto de Educação, Professor do Colégio Pedro II — Externato (por concurso). Conferencista e pesquisador, em Portugal, a convite do Instituto de Alta Cultura. Professor do Curso de Formação de Professores do Ensino Normal do Instituto de Educação. Professor associado da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula. Professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro, da Universidade Gama Filho. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Chefe do Departamento de História da Faculdade Santa Úrsula. Chefe do Departamento de História da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Examinador em concurso para professor catedrático de História da Universidade do Estado da Guanabara e para professor secundário do Estado da Guanabara. Professor de História e de Didática da História e Didática Geral em cursos da CADES. *Entidades culturais a que pertence*: 1) Instituto Histórico e Geográfico do Estado da Guanabara. 2) Academia Brasileira de História. 3) Associação Brasileira de Educação. 4) Sociedade Capistrano de Abreu. 5) Instituto Paranaense de Pedagogia (sócio honorário). 6) Instituto de Estudos Históricos da Universidade do Recife (sócio correspondente). Diretor da revista «Histórica».

VALENTINO SOBRINHO, 2.º Secretário Raphael

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1968)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1968)
(C.P.C.D. — Direito Constitucional — 1969 a 1972)
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Econômicos Contemporâneos — 1969 a 1972)

Subsecretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Interior (desde 1968). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Curso de Doutorado na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Curso do Instituto de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Paris. Diplomado no Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, realizado no Instituto Rio Branco, em 1963. Professor de Política Internacional no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1969 a 1972; Professor de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro — 1972; Conferencista da Escola de Guerra Naval, nos cursos de Direito Internacional Público e Economia Internacional — (desde 1968). Integrante da Comissão Interministerial de Direito do Mar (1963-1964). Assessor Internacional Adjunto do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Geral (1965-1967). Representante do Ministério do Interior na Comissão Interministerial da Bacia do Prata (a partir de 1969). Representante do Ministério do Interior no Sistema Interministerial de Cooperação Técnica (a partir de 1969). Membro da Delegação do Brasil à 1ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Peru (Lima, 1971). Membro da Delegação do Brasil à 2ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Venezuela (Caracas, 1971). Membro da Delegação do Brasil à 1ª Reunião da Subcomissão de Cooperação Econômica e Técnica da Comissão Mista Brasil-Ecuador (Brasília, 1971). Assessor do Ministro do Interior no seminário sobre «As Forças de Transformação na América Latina», promovido pelo Council on Foreign Relations, em New York, em novembro de 1971. Assessor da Delegação brasileira à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente, em Estocolmo (julho de 1972).

VALLADÃO, Haroldo Teixeira

(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1959 a 1972)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Privado — 1968)
(C.P.C.D. — Coordenador do Departamento de Direito — 1967 a 1970)

Professor Catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade do Brasil e da Universidade Católica do Rio de Janeiro; antigo Diretor da Faculdade Católica e Vice-Diretor da Faculdade Nacional de Direito; Decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo desde 1924, e Presidente (1944 a 1946) do Instituto dos Advogados Brasileiros. Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1950-1952). Membro, antigo 1º Vice-Presidente do «Institut de Droit International» e Presidente da Sessão de Nice (1967) do mesmo Instituto. Antigo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1959). Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores (1961 a 1971). Procurador-Geral da República (1967). Doutor «honoris causa» da Universidade de Aix, Marseille. Acadêmico da Pontifícia Academia Romana de Santo Tomás de Aquino e de Religião Católica, Seção Jurídico-Econômica. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Membro da Comissão Nacional de Codificação do Direito Internacional. Presidente da Comissão Permanente de Inquérito e Conciliação Chileno-Sueca. Membro da Academia Internacional de Direito Comparado da Haia. Presidente do Comitê Nacional (Brasil) de Direito Comparado. Membro eleito do Conselho Diretor (Comitê Internacional de Direito Comparado) da Associação Internacional das Ciências Jurídicas da UNESCO (1960/63 e 1970/73). Consultor-Geral da República (1947-1950). Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos (1965). Presidente da Seção Brasileira da «International Law Association». Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Sócio efetivo e orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Professor da Academia Interamericana de Direito Internacional e Comparado, encarregado de cursos em Havana (1945-1959). Professor, em 1952, em 1962 e em 1971, na «Académie de Droit International de La Haye». Membro Correspondente da Academia de Ciências Políticas e Sociais da Venezuela. Membro Honorário da As-

sociação Argentina de Direito Comparado. Membro Titular do Instituto Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional. Encarregado de Cursos nas Faculdades de Direito de Paris e Rennes (1936) e de Paris, Bordeaux e Toulouse (1949) e, a seguir, conferencista nas principais Universidades, Faculdades e Associações Jurídicas do Brasil, das Américas e da Europa. Embaixador-Chefe da Delegação do Brasil às Conferências de Peritos Governamentais para o Direito Humanitário Internacional, da Cruz Vermelha, Genebra (1971/72).

VENANCIO FILHO, Alberto

(C.P.C.D. — Pensamento Político Contemporâneo — 1971/72)

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956). Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da American Political Science Association. Assistente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES (1954/57). Secretário Executivo da Comissão de Ciências Sociais do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — IBCEC (1956/57). Coordenador da Assessoria Técnica da Presidência da República (1961). Assessor da Reunião da Comissão Especial para programação da Educação, Ciência e Cultura da Organização dos Estados Americanos (1962). Perito participante do Seminário sobre Organização e Administração de Empresas Públicas da Organização das Nações Unidas (Genebra — 1966). Professor da Cadeira de Introdução ao Desenvolvimento Brasileiro da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (1961/65). Diretor Executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado da Guanabara (1966/68). Colaborador do relatório sobre o ensino superior no Brasil preparado para o «Council of Higher Education in the American Republics» — CHEAR (1960/61). Organizador do Plano Inicial da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília — 1960.

RELAÇÃO DOS EX-PROFESSORES DO INSTITUTO RIO-BRANCO

ACCIOLY, Embaixador Hildebrando Pompeu Pinto

(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1947 a 1950, 1952-53, 1956 a 1958).

AGUIAR, Ministro Sérgio Portella de

(C.A.D — C.P. — Promoção Comercial — 1968-69).

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício

(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1960 a 1964)

(C.P.C.D. — História das Américas — 1965-66).

ALEXANDRE, Peter

(C.P.C.D. — Inglês — 1958).

ALMEIDA, Embaixador Miguel Álvaro Ozório de

(C.P.C.D. — Economia Política — 1953-54, 1961)

(C.E. — Análise Estatística — Análise Macroeconômica — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — Coordenador — 1969).

ALMEIDA, Renato Costa

(C.P.C.D. — Português — 1952).

ALVIM, Clara de Andrade

(C.P.C.D. — Português — 1966).

ANDRADE, Dyla Sílvia Navarro de

(C.E. — Prática de Arquivo — 1947-48).

ARANTES, Tarcísio Barbosa

(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964, 1965).

- ARAÚJO, Secretário João Hermes Pereira de
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963)
- ARAÚJO, Secretário Roberto Luiz Assumpção de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- AUSTEN, Mary Veronica
(C.E. — Inglês — 1964).
- ÁVILA, Padre Fernando Bastos de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1957-58).
- BACKEUSER, Everardo
(C.E.X. — Geografia Política do Brasil e da América Latina — 1945).
- BAER, Werner
(C.P.C.D. — Economia II — 1966).
- BALTHASAR, João da Silva
(C.E. — Taquigrafia — 1967).
- BANDEIRA, Pedro Paulo Rocha
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1967-68).
- BATISTA, Secretário Paulo Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1959).
- BARAT, Josef
(C.P.C.D. — Economia I — 1966)
- BARROS, Julio d'Assunção
(C.E. — Direito Administrativo e Contabilidade Pública — 1967).
- BATALHA, Secretário Ivan Velloso da Silveira
(C.P.C.D. — Teorias de Política Internacional — 1969)
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- BECKER, Martha Ellen
(C.E. — Alemão — 1952-53).

- BENTES, João Ferreira
(C.P.C.D. — Economia — 1970).
- BERARDINELLI, Cleonice Serôa da Motta
(C.P.C.D. — Português — 1961 a 1963).
- BIRCHALL, Stephen
(C.E. — Inglês — 1966).
- BIER, Secretário Amaury
(C.P.C.D. — Economia II — 1966)
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- BORJA, Célio de Oliveira
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1961 a 1963).
- BRAGA, Ministro Pedro de Souza Ferreira Gonçalves
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1949-50, 1959).
- BRITO, Aldemar Hora Dantas de
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1954).
- BRITO, Dante de
(C.P.C.D. — Inglês — 1951).
- BRYTYGIER, Guy
(C.P.C.D. — Francês — 1962).
- BUESCU, Mircea
(C.P.C.D. — Economia II — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Economia — 1968)
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador dos Seminários e Conferências — 1969).
- BURGOS, Frederico Luiz de
(C.E. — Estenografia — 1948 — 1951-52).
- BURKITT, Sara
(C.P.C.D. — Inglês — 1968-69).

- BURNIER, Maria Cândida Penido
(C.P.C.D. — Francês — 1971)
(C.E. — Francês — 1964 a 1967)
- CABAL, Embaixador Hélio de Burgos
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1964).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso
(C.P.C.D. — Português — 1958 a 1960).
- CAMPOS, Pedro de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- CAMPÓS, Ministro Roberto de Oliveira
(C.A.D. — Sociologia Política — 1950).
- CARBONAR, Secretário Orlando Soares
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967-68)
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — Política Internacional II — 1968).
- CARNEIRO, Ministro Octavio Augusto Dias
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1952 — Economia Política — 1952-53).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1951-52).
- CARNEIRO JÚNIOR, David Antônio da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- CARVALHO, Carlos Delgado de
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1955-56).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1956).
- CASTRO, Antônio Barros de
(C.P.C.D. — Economia I — 1964, 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
- CAVAGNARI, Maria Eugênia Corrêa Lima
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).

- CHACEL, Julian Magalhães
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1960).
- CHAMOUN, Ebert Vianna
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1959 a 1969).
- COLE, Desmond
(C.P.C.D. — Inglês — 1958 a 1960).
- COLLOR, Secretário Lindolfo Leopoldo
(Curso Especial Correspondente à Terceira Fase do Concurso de Provas — Política Internacional — 1963).
- CONNEL, Grahah
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CONRADO, Secretário Raul
(C.A.D. — Espanhol — 1946).
- CORRÊA, Roberto Alvim
(C.P.C.D. — Francês — 1947-48, 1950).
- CORRÊA JÚNIOR, Ministro Manuel Pio
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1951-52 — Política Internacional — 1959).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1951).
- CORREIA, Marlene de Castro
(C.P.C.D. — Português — 1963 a 1965).
- CORTES, Secretário Marcos Henrique Camillo
(C.A.D. — C.P. — Organização e Administração de Chancelarias — 1968).
- CORTESÃO, Jaime
(C.A.D. — História da Formação Territorial do Brasil — 1946 a 1950).
C.E.X. — História da Cartografia e Geografia das Fronteiras do Brasil — 1945).
- COSTA, Edilberto
(C.P.C.D. — Economia Política — Política Econômica — 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1957).

- COSTA, Secretário João Frank da
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961-62).
- COUCHOUD, Jean Paul
(C.P.C.D. — Francês — 1963).
- COX, Melvyn Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- CURY, Américo
(C.P.C.D. — Economia Política — 1948 a 1950).
- DAROS, Eduardo José
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
- DOURADO, Mecenas
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1954).
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1954-55).
- DRUMOND, José Eduardo Pizarro
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1958).
- DUARTE, Aluísio Capdeville
(C.P.C.D. — Geografia — 1961).
- DUARTE, Secretário Sérgio de Queiroz
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1969).
- DURÁN, Túlio Hostilio Federico Arvelo
(C.P.C.D. — Economia — 1970).
- ELIA, Hamilton
(C.P.C.D. — Português — 1951, 1958-59).
- EMMERICH, Charlotte
(C.E. — Alemão — 1966).
- FALCON, Francisco José Calazans
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1959).
- FARIA, Ministro Milton
(C.A.D. — Prática Consular — 1950, 1957 a 1959).

- FARO JÚNIOR, Embaixador Luiz Pereira Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1960).
- FERNANDES, Cônsul-Geral Mário de Deus
(C.A.D. — Prática Consular — 1948, 1951).
- FERRAZ, Sérgio
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1965).
- FINN, Patrick James David Gardner
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- FLYN, John Gerard
(C.P.C.D. — Inglês — 1963).
- FONSECA, Roberto Piragibe
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1952).
- FORRER, Robert L.C.
(C.P.C.D. — Inglês — 1959-60).
- FOX, William Thorton Rickert
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1966).
- FOZ, Alberto dos Santos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1951).
- FRANCO, Alexandre
(C.E. — Alemão — 1964).
- FRANCO FILHO, Secretário Álvaro da Costa
(C.P.C.D. — Problemas Internacionais Contemporâneos — 1969).
- FRAZÃO, Secretário Sérgio Armando
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1951).
- FREY, Alexander
(C.P.C.D. — Inglês — 1962).
- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja
(C.E.X. — Geografia Cultural do Brasil e da América Latina — 1945).

- GALVÃO, Ivan
(C.A.D. — Italiano — 1946).
- GALVÃO, Jesus Bello
(C.P.C.D. — Português — 1952 a 1957, 1960).
- GOMES, Ministro Jaime de Barros
(C.P.C.D. — História Social e Política do Brasil — 1952-1953).
- GOMES, Henrique de Carvalho
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
(C.P.C.D. — Economia II — 1967).
- GONÇALVES, Embaixador Roberto Mendes
(C.P.C.D. — Português — 1963).
- GRIECO, Secretário Donatelo
(C.P.C.D. — Português — 1951).
- GRIFFIN, William James
(C.P.C.D. — Inglês — 1947).
- GUERREIRO, Embaixador Ramiro Elysis Saraiva
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1962).
(Curso Especial correspondente à 3ª Fase do Concurso de Provas — Direito Internacional Público — 1963).
(C.P.C.D. — Relações Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Departamento de Política — Coordenador — 1969).
- GUILLOU, Yvonne
(C.P.C.D. — Francês — 1958-59).
- GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares
(C.P.C.D. — Geografia — 1952 a 1954, 1957 a 1960).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Geografia — 1963).
- GUIMARÃES, José Nunes
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1954).

- HENFREY, Norman
(C.P.C.D. — Inglês — 1961).
- HERMES JÚNIOR, Ministro João Severiano da Fonseca
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1948, 1950).
- HOLLANDA, Guy de
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — 1967-68).
(Estágio de Formação correspondente à 4ª Fase do Concurso de Provas — História das Relações Exteriores do Brasil — 1968).
- HOLLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de
(C.P.C.D. — Português — 1952, 1957).
- JACQUES, Paulino Ignacio
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1966 a 1968).
- JACQUIER, Louise
(C.P.C.D. — Francês — 1946 a 1960).
- JENNINGS, Ralph Edward
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- KARIDAKIS, Savas
(C.E. — Francês — 1963-64).
- KELLER, Elza Coelho de Souza
(C.P.C.D. — Geografia — 1957).
- KING, Bernard Noel
(C.P.C.D. — Inglês — 1969).
- KNOX, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1946 a 1957).
(C.E. — Inglês — 1952-53).
(C.E.X. — Inglês — 1953).
- KRANC, Piotr Pawel
(C.P.C.D. — Inglês — 1963 a 1965).

- KURY, Adriano da Gama
(C.P.C.D. — Português — 1961).
- LACERDA, José Cândido Sampaio de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1955 a 1959).
- LACOMBE, Américo Lourenço Jacobina
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1949, 1957-58).
(C.P.C.D. — História das Relações Exteriores do Brasil — Coordenador — 1967 a 1970).
- LAGE, Alfredo Martins
(C.E. — Inglês — 1948).
- LAGO, Ministro Antônio Corrêa do
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1954).
- LAMY FILHO, Alfredo
(C.P.C.D. — Direito Comercial — 1960 a 1962).
- LANNA, Hélio José da Costa
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LANTELME, Paulo
(C.P.C.D. — Português — 1957).
- LATOURE, Embaixador Jorge
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1956-57).
- LEAL, Hamilton
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1946 a 1959).
- LÉCUYER, Jacques
(C.P.C.D. — Francês — 1961-62).
- LEITE FILHO, João Baptista Barreto
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955 a 1961).
- LELLIS, Raul Moreira
(C.P.C.D. — Português — 1956).

- LEME, Og Francisco
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LEMONS, Augusto Jefferson de Oliveira
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- LIED, Helmut
(C.E. — Alemão — 1964).
- LIMA, Alceu Amoroso
(C.P.C.D. — Economia Política — 1947).
(C.A.D. — Sociologia Política — 1948).
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1950, 1953 a 1957).
- LINHARES, Bruno Mattos
(C.P.C.D. — Economia I — 1965).
(C.P.C.D. — Economia II — 1965).
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1965).
- LINHARES, Maria Yedda Leite
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1957).
- LOBO, Ministro Hélio
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — Prática Diplomática — 1946).
- LODGE, Ian Dennis
(C.P.C.D. — Inglês — 1967).
- LOPES, Secretário José Ferreira
(C.A.D. — C.P. — Promoção Comercial — 1970).
- LOPES, Desembargador Miguel Maria de Serpa
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1960).
- MADEIRA, Marcos Almir
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1952).

- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1958).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1958).
- MANGABEIRA, Francisco
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1956).
- MANTOVANELLI NETO, Obertal
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).
- MARINHO, Secretário Ilmar Penna
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946).
- MARTINS, Marco Antônio Campos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- MELLO, José de Campos
(C.P.C.D. — Economia Política — 1949).
- MELLO, Embaixador Rubens Ferreira de
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1958).
- MELLO FRANCO, Afonso Arinos de
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946).
- MENDONÇA, Mário Alexandre Campos
(C.P.C.D. — Direito Civil — 1969).
- MÉRIGOUX, Pierre
(C.P.C.D. — Francês — 1967).
- MIRANDA, José Luiz Silveira
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1966).
- MONTEIRO, Clovis do Rêgo
(C.P.C.D. — Português — 1947 a 1949).

- MONTEIRO, Secretário Márcio Rêgo
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963 — Política Internacional — 1963).
- MOREIRA, Laura de Barros
(C.E.X. — Praxes Sociais e Diplomáticas — 1951).
- MORTARA, Marcella
(C.A.D. — Italiano — 1948, 1950).
- MOTA, Secretário Benedito Rocque da
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1955).
- MOTTA, Petrônio
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- MOURA, Secretário Heitor Pinto de
(C.P.C.D. — Português — 1962-63).
- MULHOLLAND, John
(C.P.C.D. — Inglês — 1952, 1954 a 1957).
- MURPHY, Alan James
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- NABUCO, Gustavo Schmidt
(C.E. — Leitura Dinâmica — 1968).
- NASCENTES, Antenor
(C.P.C.D. — Português — 1946).
- NEVES, Ministro Adolpho de Camargo
(C.E.X. — Prática Consular — 1945).
- NOGUEIRA, Júlio
(C.E. — Português — 1947-48).
- NORONHA, Secretário Sérgio Seabra de
(C.A.D. — C.P. — Comunicações — 1970).

- NOVELLI, Flávio Bauer
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1964-65).
- NUNES, Amaro Ventura
(C.E. — Português — 1967).
- ONIGA, Teodoro
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).
(C.E. — Pesquisa Operacional e Teoria de Jogos — 1969-1970).
- OUCHKOFF, Oleg
(C.E. — Russo — 1964 a 1966).
- PACHÁ, Sérgio de Carvalho
(C.E. — Português — 1964).
- PAIVA NETTO, Jacintho Francisco
(C.P.C.D. — Administração Pública e Direito Administrativo — 1969).
- PARAÍSO, Hamilton Prisco
(C.P.C.D. — Direito Constitucional e Administrativo — 1960).
- PAULA, Tacariju Tomé de
(C.P.C.D. — Geografia — 1962).
- PEARSON, Christopher
(C.P.C.D. — Inglês — 1961-62).
- PEDROSA, Mário
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1955).
- PEREZ, David José
(C.A.D. — Espanhol — 1948, 1950).
- PIMENTEL, Maria de Lourdes
(C.E. — Criptografia — 1947).

- PINHEIRO, Conselheiro João Baptista
(C.P.C.D. — Economia Política — 1953 — Política Econômica — 1952 a 1954).
(C.E.X. — Conceitos Básicos de Economia Política e Renda Nacional — 1952).
- PINHO, José Wanderley de Araújo
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1957).
- PINTO, Luiz Fernando da Silva
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- POLZIN, Cônsul-Geral Alfredo
(C.A.D. — Prática Consular — 1954 a 1957).
- PÔRTO, Conselheiro Luiz de Almeida Nogueira
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1954).
- PÓVOAS, Sílvia Ribeiro
(C.E. — Datilografia — 1948).
- PRADO, Eugênia Damasceno Vieira
(C.P.C.D. — História Diplomática Mundial — 1958).
- QUEIROZ, Secretário José Maria Vilar de
(C.P.C.D. — Português — 1964).
- RAILLARD, Georges Léopold
(C.P.C.D. — Francês — 1960).
- RENAULT, Adrien
(C.P.C.D. — Francês — 1963 a 1969).
- REZENDE, Omar Vieira de
(C.E. — Prática de Correspondência e Comunicação — 1947).
- RIBEIRO, Darcy Rodrigues Lopes
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1958).

- RIBEIRO, Pedro Freire
(C.P.C.D. — Política Mundial Contemporânea — 1947 a 1953).
- RIOS, José Arthur
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- RODRIGUES, Embaixador Jaime Azevedo
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1961).
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1961).
(C.P.C.D. — Orientação Profissional — 1953).
(C.A.D. — Prática Diplomática — 1960).
- RODRIGUES, José Antônio Gonçalves Amaral de Figueiredo
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- RODRIGUES, José Honório
(C.P.C.D. — História do Brasil — 1946 a 1949, 1956).
- RODRIGUEZ, Ministro Carlos Calero
(C.P.C.D. — Direito Internacional Público — 1954-55, 1963-64).
- ROUANET, Secretário Sérgio Paulo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1967).
- SÁ, Hernane Tavares de
(C.A.D. — Estudos Brasileiros — 1951).
- SÁ, Jayme Magrassi de
(C.P.C.D. — Economia Política — 1955 a 1957 — Política Econômica — 1954 a 1957).
(C.A.D. — Tratados e Política Econômica do Brasil — 1954 a 1957).
- SANTOS, Ezio Távora dos
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1964-65).
- SANTOS JÚNIOR, Carlos
(C.P.C.D. — Economia II — 1963).

- SCARABÔTOLO, Ministro Hélio Antônio
(C.P.C.D. — Prática Diplomática — 1963 a 1966).
- SETTE, Secretário Luiz Paulo Lindenberg
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
- SILVA, Secretário Bernardino Raimundo da
(C.P.C.D. — Organização e Métodos de Trabalho do M.R.E. — 1971).
- SILVA, Fernando Antônio Rezende da
(C.P.C.D. — Desenvolvimento Econômico — 1969).
- SILVA, Hélio Schlittler
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1958 a 1964).
- SILVA, Jacyr Heronville da
(C.P.C.D. — Relações Econômicas Internacionais — 1969).
- SILVA, Embaixador Joaquim Eulálio do Nascimento e
(C.A.D. — História Diplomática do Brasil — 1948).
- SILVA, José Luiz Werneck da
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1965-66).
- SILVA, Paulo Cesar Machado da
(C.P.C.D. — Inglês — 1948-49).
- SILVA, Conselheiro Rinaldo de Carvalho e
(C.A.D. — C.P. — Prática Consular — 1968-69).
- SILVA, Roberto Barbosa da
(C.P.C.D. — Português — 1953).
- SILVA, Ministro Ruy Barbosa de Miranda e
(C.P.C.D. — Prática Consular — 1963 a 1966).
- SIMONSEN, Mário Henrique
(C.P.C.D. — Economia Política — 1961).
(C.P.C.D. — Política Econômica — 1962).
(C.P.C.D. — Departamento de Economia — Coordenador — 1967 a 1969).

- SOARES, Secretário João Clemente Baena
(C.P.C.D. — Português — 1964-65).
- SOARES, Pedro Paulo Martins
(C.P.C.D. — Economia I — 1967).
- SOUSA, Senador José Ferreira de
(C.P.C.D. — Direito Civil e Comercial — 1951).
- SOUZA, Alberto Mello e
(C.E. — Análise Macroeconômica — 1969-70).
(C.E. — Análise Estatística — 1969-70).
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly
(C.P.C.D. — Geografia — 1946 a 1958).
- TEIXEIRA FILHO, Henrique Carneiro Leão
(C.P.C.D. — História Diplomática do Brasil — 1959).
- TENÓRIO, Desembargador Oscar Accioly
(C.P.C.D. — Direito Internacional Privado — 1946 a 1958).
- THIELEN, Maila Karen
(C.E. — Alemão — 1966).
- TRIGUEIRO, Embaixador Oswaldo
(C.P.C.D. — Política Internacional — 1960).
- TURTUR, Hermann
(C.E. — Alemão — 1963-64).
- VÁRZEA, Afonso
(C.E.X. — Geografia Econômica do Brasil e da América Latina — 1945).
- VASCONCELLOS, Cônsul Dora Alencar de
(C.A.D. — Prática Consular — 1952).
- VASCONCELLOS, Marina de Barros e
(C.P.C.D. — Francês — 1951 a 1954).
(C.E. — Francês — 1948).

- VIANA, Hélio
(C.A.D. — História Diplomática — 1950).
- VIEIRA, José Maria Gouveia
(C.P.C.D. — Economia I — 1963).
(Curso Especial correspondente à terceira fase do Concurso de Provas — Economia — 1963).
- WEINSCHENCK, Conselheiro Guilherme
(C.A.D. — C.P. — Prática Diplomática I — 1968-69).
- WEISS, Arthur Bernardes
(C.P.C.D. — Geografia — 1963 a 1965).
- WHITFIELD, Margaret Ann
(C.P.C.D. — Inglês — 1970).
- WOOD, F.G.
(C.P.C.D. — Inglês — 1961 a 1963).

INDICE

| | <i>Págs.</i> |
|---|--------------|
| DIREÇÃO | 5 |
| HISTÓRICO | 7 |
| ORGANIZAÇÃO ATUAL | 9 |
| Curso de Preparação à Carreira de Diplomata | 11 |
| Exame Vestibular | 11 |
| Organização do Curso | 12 |
| Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas | 17 |
| Cursos Especiais e de Extensão | 17 |
| Concursos | 17 |
| Brasília | 17 |
| Dia do Diplomata | 18 |
| Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores ... | 21 |
| ANEXOS | 27 |
| Atividades em 1972 | 27 |
| Exame Vestibular para o ano de 1972 | 29 |
| Curso de Preparação à Carreira de Diplomata | 33 |
| Cursos de Aperfeiçoamento de Diplomatas | 43 |
| Exame Vestibular para o ano de 1973 | 46 |
| Cursos Especiais | 48 |
| Pesquisas e Publicações | 51 |
| Biblioteca | 52 |
| Turma de 1972 | 57 |
| Programas e Modelos de Provas | 61 |
| Legislação | 135 |
| Pessoal | 143 |
| Pessoal do Instituto Rio-Branco de 1945 a 1972 | 145 |
| Professores do Instituto Rio-Branco | 149 |
| Relação dos ex-professores do Instituto Rio-Branco | 169 |